

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

Ester Oliveira Bayerl

**A LAVANDERIA COMUNITÁRIA DO MORRO DO BOREL E O DEBATE SOBRE
RACISMO AMBIENTAL E LUTAS COMUNITÁRIAS EM CONTEXTOS URBANOS**

Rio De
2025

Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social
Órgão Suplementar do Centro de Tecnologia UFRJ



Janeiro

Ester Oliveira Bayerl

A LAVANDERIA COMUNITÁRIA DO MORRO DO BOREL E O DEBATE SOBRE RACISMO AMBIENTAL E LUTAS COMUNITÁRIAS EM CONTEXTOS URBANOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento
Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de
Janeiro.

Linha de Pesquisa: Gestão Participativa

Orientador: Fernanda Santos Araújo

Rio De Janeiro
2025

CIP - Catalogação na Publicação

B3571 Bayerl, Ester Oliveira
A LAVANDERIA COMUNITÁRIA DO MORRO DO BOREL E O
DEBATE SOBRE RACISMO AMBIENTAL E LUTAS COMUNITÁRIAS
EM CONTEXTOS URBANOS / Ester Oliveira Bayerl. --
Rio de Janeiro, 2025.
106 f.

Orientador: Fernanda Santos Araújo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2025.

1. Lavanderia Comunitária. 2. Saneamento Básico.
3. Racismo Ambiental. I. Araújo, Fernanda Santos,
orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

ESTER OLIVEIRA BAYERL

A LAVANDERIA COMUNITÁRIA DO MORRO DO BOREL E O DEBATE SOBRE
RACISMO AMBIENTAL E LUTAS COMUNITÁRIAS EM CONTEXTOS URBANOS

Dissertação de Mestrado Profissional submetida ao
Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o
Desenvolvimento Social, Núcleo Interdisciplinar
para o Desenvolvimento Social – NIDES, da
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,
como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Mestre em Tecnologia para o
Desenvolvimento Social.

Aprovada por:

Fernanda Santos Araújo – Doutora UFRJ

Carlos Alexandre Rodrigues Pereira – Doutor UFRJ

Marianna Fernandes Moreira – Doutora UFRJ

Sandra Rufino Santos – Pós-Doutora ITA

Rio de Janeiro

2025

Sumário

Dedicatória	07
Agradecimentos	09
Resumos	10
Lista de Figuras	14
Introdução	12
Capítulo 1: Dos quilombos às favelas... e ao Morro do Borel	15
1.1 O Morro do Borel	18
1.2. As relações raciais e de resistência no campo - favela: um olhar sobre o Morro do Borel	25
1.3 Horta Comunitária	30
1.4. Os transportes coletivos no interior da comunidade	30
1.5 O Correio Comunitário e os serviços de caixa postal	32
1.6 O Guarda-roupas Solidário	34
1.7 A Lavanderia Comunitária do Borel	35
1.8 O Rio Maracanã	38
Capítulo 2 - A história da Ana Márcia e o protagonismo das lideranças comunitárias, presença e poder de pessoas pretas nos territórios vulnerabilizados	45
2.1 A luta incessante por captação de recursos	51
2.2. As estratégias de comunicação comunitária	58
2.3. O sonho da Ana Márcia e o imaginário futuro de sua atuação: A Fábrica de Sabão do Borel	61
2.4. As preocupações de Ana Júlia, filha da Ana Márcia	62
2.5 O feminismo negro e a Lavanderia Comunitária do Borel	64
Capítulo 3 - Dados sobre a Tijuca e o Morro do Borel e o debate sobre Racismo Ambiental	72
3.1 A questão do Saneamento Básico no Morro do Borel	775
3.2 A relação entre a Lavanderia Comunitária do Borel e o conceito de Racismo Ambiental	78
3.3. O Racismo Ambiental e seu impacto na qualidade da água do Rio Maracanã	81
4. Considerações finais - E a Ana Márcia, é uma liderança?	86
4.1. Pode uma favela esperar cem anos por uma política pública? O Tempo como Fator Crucial no acesso às Políticas Públicas	96
Referências bibliográficas	98

Vocês acham que essa meia porção de salário é correspondente com o custo de vida? Não, não dá. Sobra prá moradia? Não, não sobra. Então a solução é favela mesmo. As terras são do nosso Brasil e eu nasci nele, portanto, sou brasileiro, tenho as mesmas características dos outros, ricos ou pobres; não tenho terras, não as herdei e não ganho o suficiente para comprá-las. Moro no Morro do Santo Antônio, ele vai ser demolido como foram os do Senado e Castelo. Taí, eu vou morar no Borel; vou ajudar aqueles bravos lutadores a lutarem até a vitória final pelo direito incontestável de ficarem onde nasceram e se criaram. Eu acho isso um absurdo, os sedentos por terras, os grileiros, querendo transformar os trabalhadores em passarinhos vivendo em revolta, dormindo nos galhos de diferentes árvores da floresta brasileira”.

*Manduca (morador do Morro do Borel em depoimento no livro **As lutas do povo do Borel**, de Manoel Gomes).*

Dedico esse trabalho a minha mãe, Helenita Nogueira Oliveira (*in memoriam*), uma mulher preta, pobre e favelada, que ensinou a mim e aos meus irmãos que a Educação é um ato revolucionário e pelo qual vale a pena lutar.

Mais do que isso, Helenita tinha um sonho, que era estudar biologia. Mas não conseguiu realizá-lo por conta da necessidade de ter iniciado no mundo do trabalho aos nove anos. Por causa do trabalho, ela não teve infância. Depois, não teve adolescência e não teve uma juventude. Sua vida adulta foi consequência do que veio antes...

Foi uma mãe solo mesmo casada, trabalhou na casa de muitas famílias..., mas foi nesses lugares que ela reparou algo que mudou nossas vidas: os ricos tinham poder porque tinham conhecimento.

Então ela repetia para nós: *eu só vim até aqui, mas vocês irão mais longe, porque se eles estudam, vocês também vão estudar...*

Ela faleceu em 2021, vítima do racismo estrutural no atendimento médico num hospital público. Antes disso, enterrou dois filhos. O primeiro a falecer, lhe gerou forças para mostrar ao Exército Brasileiro que sua morte não foi um simples acidente. Foram 20 anos de luta e ela, que só cursou o Fundamental 1, conseguiu provar o descaso com meu irmão e também a responsabilização dos envolvidos. Quando me inscrevi no Mestrado, senti que estava obedecendo ao pedido dela e minha pesquisa, tem muita conexão com sua história de vida.

Moradora do Morro da Caixa D'água, na Penha, contando sobre quando carregava lata d'água na cabeça subindo o morro.

Quando fomos morar no Parque Anchieta, último município do Rio de Janeiro, antes da Baixada Fluminense, ela expressava com muita alegria o acesso digno à água encanada, a alegria de ter chuveiro numa casa que levou décadas para ter sua obra finalizada. Ela cantava sambas antigos enquanto cozinhava em seu fogão a gás... mas nos dias de aperto, lembrava o que era fazer uma fogueira no quintal de casa para cozinhar.

Um dia, quando houve uma intensa falta de água na nossa rua, por causa de um gato feito pelos vizinhos da rua de cima perto do período de eleição, ela, furiosa e traumatizada, mobilizou toda a região e chamou os políticos lá em casa e disse: *vocês não podem tirar a água de uma rua para colocar em outra, vocês precisam melhorar lá e cá!* E eu testemunhei toda aquela autoridade saindo de sua boca e silenciando os políticos do bairro.

Estudei um ano inteiro à noite no Colégio Pedro II, depois de um ano fazendo curso preparatório. Ela pagava esse curso com faxinas. Fui aprovada e ela pagava os livros do colégio com faxinas. Ela me disse que ao fazer vestibular, que não aceitava que eu não lutasse para ser aprovada para uma universidade pública, pois ali era sim o meu lugar. E eu fui aprovada. Quando me formei, mostrei o diploma para ela e, com um sorriso nos lábios me disse logo depois do parabéns: agora falta o Mestrado e o Doutorado...

Ela cuidou de 4 filhos sozinha, ela nos educou, nos ensinou o valor do estudo, nos ensinou caminhos importantes. Não tinha telefone fixo ou celular, máquina de lavar roupas, microondas, carro, ônibus na porta ou *Air Fryer*. Eu não sei se ela tinha consciência de que ela é que foi muito além daquilo que sonhou para mim e meus irmãos... espero que ela saiba...

Antes de falecer, contei a ela sobre a Lavanderia e ela achou a ideia revolucionária...

Quando penso nela, lembro de uma frase que ela sempre me repetia quando tudo parecia difícil: *filha, Deus proverá...* e lembro de uma outra que ela usava para complementar o versículo bíblico: *mas os interessados que correm atrás...*

Estou no corre, mãe... espero que saiba...

Agradecimentos

Tenho alguns agradecimentos importantes para fazer e começo pela Fernanda: orientadora parceira, que entende que a Educação é um processo de construção de saberes que se dá de formas diferentes para as pessoas. Ao ser essa pessoa, Fernanda abre caminhos para que possamos de fato construir autonomia, liberdade e viver os processos educativos pelos caminhos que a vida nos abre.

Nem sempre é fácil, mas Fernanda me diz “eu confio em você” e quando ela fala isso, eu volto a sentir o chão e dou mais um passo. Obrigada, Fernanda, por toda a sua dedicação e apoio. Sei que a ancestralidade e os anjos te servirão, nessa jornada linda que você tem de apoiar outras mulheres que lutam para sair da condição de minorizadas que a sociedade insiste em nos rotular.

Ao Gustavo, agradeço pelo colo, pela presença, pelas orientações e pelo sorriso lindo, de quem luta, não desiste e que acredita no que faz. Isso dá sentido aos nossos estudos e nesse último semestre, como te falei, foi o meu melhor, porque eu vi muito sentido em tudo o que você apresentou ao grupo. Obrigada!

Agradeço ao NIDES, por criar esse curso tão revolucionário e tão importante, que reúne pessoas tão engajadas e interessadas pela transformação social e sustentável. Pessoas, que estão trabalhando em prol da descolonização dos saberes e por uma Engenharia popular.

Agradeço ao meu pai, homem negro, músico, bombeiro hidráulico. Trabalhou construindo essa cidade, equipamentos públicos e obras tão importantes para o urbanismo do Rio de Janeiro.

Ao meu tio Adilson (in memorian), que ao trabalhar como mestre de obras na construção de algumas universidades públicas, repetia: *um dia, algum parente meu vai estudar aqui...* sua profecia se cumpriu, tio!

Agradeço ao meu marido, Helder, companheiro de caminhada, que tem uma mente incrível e é muito parceiro. Tem acompanhado de perto e de longe o desafio da pesquisa e da escrita e tem sido um grande aliado nas reflexões sobre os processos históricos do Morro do Borel.

Aos meus filhos Maria Antônia e Samuel. Maria, que sobe comigo o morro, vai no mototáxi e que já entende que há uma causa nesse mundo pela qual precisamos lutar. Samuel, a seu modo, tem sido um norte nas minhas lutas e inspiração para muitas ações.

Ao meu sobrinho, Francisco, eu sempre estarei presente em sua vida...

À Ana Márcia, liderança comunitária do Morro da Indiana, a quem conheci por conta de uma visita de trabalho, mas que virou uma parceira de vida. Conhecer a história do Morro do Borel através das suas narrativas tem sido um presente e uma conquista. Foi através de sua fala e de suas caminhadas pelo território que compreendi que há outras histórias que precisam ser

contadas. É importante destacar sua contribuição para as mulheres da comunidade e sua dedicação na implantação de projetos que fazem a diferença na vida das pessoas.

Quando passamos na entrada de uma favela, geralmente pensamos nos sofrimentos e dificuldades que podem existir nesses espaços, mas dificilmente vemos as potências e oportunidades que esses territórios apresentam. Ana Márcia é uma dessas pessoas que revela a riqueza que há na favela e o faz de forma assertiva, sem romantizar sofrimentos, mas destacando todo o tempo que todos temos uma responsabilidade com o território. Ela mostra que roupa suja se lava... no Morro do Borel, trazendo debates sobre questões sociais, econômicas e políticas para o território, permitindo que reconheçamos as lutas do Morro do Borel no tempo e no espaço.

Agradeço a mim, por toda a resistência na vida, no estudo e na escrita. Não é fácil expressar tanta riqueza num texto. Tenho considerado essa dissertação reveladora, mas também desafiadora e enriquecedora.

Que esse estudo eternize importantes reflexões sobre o Morro do Borel e que conte às gerações futuras, quem é a Ana Márcia!



Resumo

As favelas no Rio de Janeiro possuem uma história importante que resulta, principalmente, do esforço e protagonismo de seus moradores. A vida nas favelas é cercada de muita inteligência, sabedoria, estratégia e de movimentos que garantem soluções para as moradias populares e para o acesso a direitos e serviços voltados ao bem viver dos sujeitos.

O que é proposto pelos moradores chega à favela de forma mais rápida e eficiente e já nasce de uma organização coletiva, mobilizando diferentes atores sociais e os engajando em lutas que oportunizam o acesso para todos. Dessa forma, a Lavanderia Comunitária, é apresentada como uma construção social, idealizada por uma liderança comunitária do Morro do Borel e voltada ao atendimento de cerca de cem mulheres chefes de família, o que representa uma demanda de quase $\frac{1}{3}$ de moradores da subcomunidade Indiana, pelo acesso à água limpa e tratada, um direito universal garantido pela constituição, mas esquecido durante o processo de ocupação das favelas no início do século XX.

O mergulho na história da Lavanderia Comunitária do Borel traz luz a importantes reflexões relacionadas às favelas enquanto continuidade dos quilombos urbanos e enquanto espaços que revelam a ausência do poder público e a constituição de um racismo ambiental que por décadas estruturou narrativas que justificavam e fortaleciam argumentos segregadores, que classificavam os moradores como “ilegais” em seus territórios de vida.

Através da história da moradora Ana Márcia, liderança comunitária, nascida e criada no Morro do Borel, este trabalho apresenta um potente estudo, baseado em metodologias como história de vida, trazendo o campo - Morro do Borel - para o centro da análise, além da utilização de dados secundários, que apresentam uma narrativa popular sobre como que os moradores de favelas protagonizam o bem viver em seus espaços de moradia, com percepções que ajustam a linha do tempo dessas lutas para a compreensão sobre a ausência de políticas públicas e para o entendimento de que os moradores de favelas não são sujeitos passivos de direitos, mas sim, demandantes.

Palavras-Chave: Lavanderia Comunitária - Saneamento Básico - Racismo Ambiental

Resumen

Las favelas de Río de Janeiro poseen una trayectoria histórica significativa, arraigada principalmente en la agencia, resiliencia y protagonismo de sus habitantes. La vida en estos territorios se caracteriza por un alto grado de inteligencia, sabiduría, organización estratégica y movimientos de base que generan soluciones eficaces para la vivienda y para la conquista de derechos y servicios orientados a la promoción de condiciones de vida dignas.

Las iniciativas que surgen desde el interior de la comunidad tienden a llegar a las favelas de manera más rápida y eficaz, ya que emergen de una organización colectiva que moviliza a diversos actores sociales, involucrándolos en luchas que buscan garantizar un acceso equitativo para todos. En este contexto, la *Lavandería Comunitaria* se presenta como una innovación social concebida por una lideresa comunitaria del Morro do Borel. Fue diseñada para atender a aproximadamente cien mujeres jefas de hogar—lo que representa cerca de un tercio de la población de la subcomunidad Indiana—garantizando el acceso a agua limpia y tratada, un derecho universal consagrado en la Constitución brasileña pero históricamente desatendido durante el proceso inicial de ocupación de las favelas a comienzos del siglo XX.

La historia de la Lavandería Comunitaria del Borel invita a una reflexión crítica sobre el papel de las favelas como expresiones contemporáneas de los quilombos urbanos y como espacios que revelan tanto la ausencia del Estado como la presencia estructural del racismo ambiental. Durante décadas, este tipo de racismo ha dado forma a narrativas que legitimaron políticas segregacionistas y que caracterizaron a los habitantes de las favelas como ocupantes “ilegales” de sus propios territorios.

A través de la historia de vida de Ana Márcia — lideresa comunitaria nacida y criada en el Morro do Borel—este estudio ofrece un análisis riguroso basado en metodologías como la historia de vida. Sitúa a la propia favela como centro del análisis y se apoya en datos secundarios que construyen una narrativa popular sobre cómo los residentes protagonizan y lideran los esfuerzos hacia una vida digna. El estudio reconfigura la línea temporal de estas luchas para evidenciar la persistente ausencia de políticas públicas y subrayar que los habitantes de las favelas no son beneficiarios pasivos de derechos, sino sujetos activos y organizados en la demanda de justicia y equidad.

Palabras clave: Lavandería Comunitaria - Saneamiento Básico - Racismo Ambiental

Abstract

The favelas of Rio de Janeiro possess a significant historical trajectory, rooted primarily in the agency, resilience, and protagonism of their residents. Life within these territories is characterized by a high degree of intelligence, wisdom, strategic organization, and grassroots movements that generate effective solutions for housing and the pursuit of rights and services aimed at fostering dignified living conditions.

Initiatives originating from within the community tend to reach the favelas more rapidly and effectively, as they emerge from collective organization and mobilize a range of social actors, engaging them in struggles that seek to ensure equitable access for all. Within this context, the *Community Laundry* is presented as a social innovation conceived by a community leader from Morro do Borel. It was designed to serve approximately one hundred women heads of household—representing nearly one-third of the population in the Indiana sub-community—by ensuring access to clean and treated water, a universal right enshrined in the Brazilian Constitution but historically overlooked during the initial occupation of the favelas in the early 20th century.

The history of the Borel Community Laundry invites critical reflection on the role of favelas as contemporary expressions of urban quilombos and as spaces that highlight both the absence of state intervention and the structural presence of environmental racism. For decades, this form of racism has shaped narratives that legitimized segregationist policies and framed favela residents as “illegal” occupants of their own territories.

Through the life story of Ana Márcia—a community leader born and raised in Morro do Borel—this study offers a compelling analysis grounded in methodologies such as life history. It situates the favela itself as a central analytical site and is supported by secondary data that construct a popular narrative of how residents actively shape and lead efforts toward dignified living. The study reconfigures the timeline of these struggles to expose the persistent absence of public policy and to underscore that favela residents are not passive beneficiaries of rights, but rather active and organized claimants of justice and equity.

Keywords: Community Laundry - Basic Sanitation - Environmental Racism

Lista de Figuras

Pág: 30 - **Figura 1:** Mapa do Complexo do Borel:

Pág: 32 - **Figuras 2 e 3:** Horta Comunitária

Pág: 33 - **Figuras 4 e 5:** Ida à trancista no Terreirão, alto do Borel.

Pág: 35 - **Figuras 6 e 7:** Divulgação do Correio Comunitário na comunidade Indiana

Pág: 37 - **Figuras 8, 9 e 10:** Guarda Roupas Solidário

Págs: 39 e 39 - **Figuras 11, 12, 13, 14 e 15:** Lavanderia Comunitária do Borel

Pág: 41 - **Figuras 16 e 17:** Lavanderia Comunitária do Borel

Pág: 41 - **Figuras 18, 19 e 20:** Rio Maracanã

Pág: 43 - **Figura 21:** Festa no Borel

Pág: 74 - **Figura 22:** Ana Márcia e a Lavanderia Comunitária do Borel, no Beco do Canal, Indiana.

Pág: 75 - **Figura 23:** Imagem Google Maps 2024 – Entrada da Comunidade Indiana.

Pág: 75 - **Figuras 24, 25 e 26:** Rio Maracanã e Lavanderia Comunitária do Borel

Pág: 80 - **Figura 27:** Mobilização

Pág: 83 - **Figura 28, 29 e 30:** Rio Maracanã

Pág: 85 - **Figura 31:** Pontos de coleta de água do Rio Maracanã

Pág: 92 - **Figura 32** – Caderno Zona Norte.

Pág: 100 - **Figura 33:** Guarda-roupas Solidário – Complexo do Alemão.

Pág: 100 - **Figura 34:** Reportagem Youtube.

Introdução

A Lavanderia Comunitária, localizada na subcomunidade da Indiana, no Morro do Borel, surgiu em 2019, pouco antes da pandemia, por uma iniciativa de uma moradora, chamada Ana Márcia, que se incomodou com o fato de mulheres em sua comunidade ainda não terem acesso à água encanada. Ao ver essas mulheres utilizando as margens do Rio Maracanã, no interior de sua comunidade, ela se incomodou. Afinal, como elas poderiam cuidar da higienização de suas casas utilizando uma água tão poluída e imprópria para o consumo?

Esse incômodo a impulsionou a instalar sua máquina de lavar roupas na entrada da sua casa, disponibilizando o acesso para quem estivesse interessada e passou a contar, desde então, com uma grande adesão de moradoras.

Em 2020, Ana Márcia recebeu um financiamento emergencial, em função da pandemia de COVID-19 e conseguiu comprar mais algumas máquinas, totalizando 5 equipamentos e instalou dois tanques e uma bica, ampliando e consolidando o projeto, situado na Rua do Canal, que dá acesso tanto para a Rua Conde de Bonfim, quanto para a Rua São Miguel. Assim, ela abriu caminho para a inclusão de cerca de cem mulheres que hoje utilizam o espaço, alternando nos três turnos disponíveis para utilização.

O espaço se transformou num gerador de importantes reflexões, sobre a formação de redes de cuidado e apoio entre as mulheres da região, sobre o racismo ambiental e a preservação do meio ambiente na favela e sobre outras iniciativas já existentes no território e que ampliam o bem viver das pessoas, revelando uma importante consideração sobre a vida nas favelas: historicamente, o bem viver nesses espaços está a cargo dos moradores, não do poder público.

A resposta das políticas públicas chegou bem depois das mobilizações realizadas pelos moradores sobre seus direitos à propriedade e à moradia, universalização do acesso e instalação de equipamentos públicos, mostrando o quão potente e revolucionária é a organização da comunidade em função da reivindicação de direitos, desmistificando estigmas de impotência, incapacidade e de ilegalidade, que foram utilizados como narrativas para justificar a ausência do Estado nesses territórios.

Vale destacar que, quando as lutas no Morro do Borel surgiram, ainda não havia a Constituição Federal de 1988, nem a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), reforçando a compreensão de que os direitos conquistados pelo povo do Borel são resultado de uma luta profunda, histórica, pioneira e inovadora por reflexões sobre igualdade e equidade e pelo exercício da cidadania, nascidas no interior da favela, transformando esses moradores em

sujeitos ativos, autônomos e críticos, capazes de elencar suas necessidades e demandar políticas públicas.

A vida na favela, como disse Santos (SANTOS, 2023), se apresenta como uma resposta à demanda da população pobre e negra por soluções para as moradias populares, por pessoas que viviam em condições desumanas e que encontraram nas favelas uma oportunidade de começar uma vida com mais qualidade, mas também com muita resistência. As favelas se tornaram um marco histórico para as soluções de moradia e acesso à propriedade pela população negra no período pós-abolição, trazendo uma perspectiva da ocupação da cidade dos quilombos às favelas e apresentando os ajustamentos que foram feitos para melhorar a qualidade de vida por aqueles que trabalhavam em importantes obras de estruturação da cidade para a elite e que levaram a experiência dessas construções para dentro das favelas.

Esse estudo segue então dois métodos importantes, um de pesquisa e outro de escrita: o primeiro é o método de escrita de Manoel Gomes, morador do Morro do Borel, que em 1980 publicou seu livro *As lutas do povo do Borel*, utilizando uma linguagem popular e uma narrativa em primeira pessoa, com o intuito de desconstruir a história única de uma *ocupação desordenada* da cidade por parte da população negra, revelando que não foi a população negra que trouxe desordem para a cidade, mas que ela simplesmente não foi considerada no planejamento urbano e na provisão dos direitos essenciais, tendo sido vítima de grileiros e posseiros que repartiram as terras de forma desordenada. Situação que foi revertida de forma inovadora pelos moradores do Borel após se unirem e criarem a primeira Associação de Moradores da história. Essa escrita em primeira pessoa apresenta elementos que se entrelaçam para oferecer aos leitores um texto rico em detalhes que expressam a luta dos moradores versus a ideologia política e econômica da época.

Já a pesquisa é pautada nas metodologias da Antropologia, como a observação participante, a pesquisa de campo e a história de vida, contando a trajetória do Morro do Borel e a da Ana Márcia, apresentando um cenário do contexto sócio-histórico do Borel e de como as lutas ainda permanecem ativas no território como forma de resistência pelo coletivo de moradores e moradoras que, segundo Somé (SOMÉ, 2003), se unem e formam um grande espaço de segurança, inteligência, articulação e acolhimento para as causas que mesmo sendo únicas, se transformam em bandeiras coletivas, pois é de interesse do grupo que se resolva.

Dividida em quatro capítulos, essa dissertação apresenta primeiramente um olhar para a história do Morro do Borel e para o contexto de histórico de ocupação das favelas, apresentando um debate importante sobre a luta pela moradia digna e popular em contextos urbanos e contém uma análise do território (ou do campo-favela), que propõe um mergulho na

comunidade, passando por espaços de grande importância para os moradores e que, criados por eles e por movimentos sociais, fortalecem o bem viver na favela.

No segundo capítulo, apresento a história da Ana Márcia e da Lavanderia Comunitária do Borel, suas percepções sobre o fazer social e sobre como conduz as articulações sociais da comunidade através da sua prática como liderança comunitária.

No terceiro capítulo, apresento os dados do Morro do Borel e um debate sobre o conceito de racismo ambiental, propondo uma compreensão sobre o quanto as favelas nos centros urbanos são impactadas por essa estrutura racista que culminou, inclusive, no ordenamento da cidade e das políticas públicas e sociais.

Por último, concluo com uma reflexão sobre o papel da liderança feminina na comunidade, retomando a história da Ana Márcia e seu poder de ação no território e sobre o quanto que sua atuação exerce um papel importante na vida das mulheres, que antes compreendiam que não tinham nada a contribuir, mas que agora (e sempre, desde o início da ocupação do Morro do Borel em 1921), contribuem para a transformação do território de várias formas, incluindo o fazer doméstico.

Capítulo 1: Dos quilombos às favelas... e ao Morro do Borel

A história da população negra no Brasil está marcada por lutas históricas de resistência à opressão, seja durante o período colonial com a formação dos quilombos ou na modernidade, com a resistência representada pelas favelas urbanas. No Rio de Janeiro, essas duas manifestações de resistência negra se entrelaçam, construindo um legado de luta por liberdade, dignidade e autonomia. Enquanto os quilombos se constituíam como espaços de fuga e resistência contra a escravidão, as favelas surgiram como resposta à marginalização e exclusão dos negros e das populações pobres, principalmente após a abolição da escravatura.

Este texto visa traçar um percurso histórico entre os quilombos e as favelas, abordando a formação das primeiras favelas no Rio de Janeiro, a relação dessas comunidades com a memória quilombola e o papel da resistência negra na construção dessas novas formas de organização social. Além disso, será discutido o pensamento de autores negros que, ao longo do tempo, refletiram sobre as desigualdades raciais e sociais que moldaram esses espaços urbanos, como Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg, Silvio Almeida, Conceição Evaristo, entre outros.

Os quilombos no Brasil surgiram como formas de resistência de negros escravizados durante o período colonial. Fugidos das plantações de cana-de-açúcar, minas e fazendas, os negros escravizados criaram espaços autônomos em áreas de difícil acesso, longe do controle dos senhores de engenho. O quilombo de Palmares, em Alagoas, é o exemplo mais notável dessa resistência, onde uma comunidade de milhares de pessoas, composta por negros, indígenas e até brancos fugitivos, resistiu durante mais de 60 anos aos ataques do exército colonial. Essa resistência gerou, para muitos, um símbolo de luta pela liberdade, não só para os negros escravizados, mas também para outras populações marginalizadas.

No Rio de Janeiro, os quilombos surgiram nas regiões periféricas da cidade, e sua presença foi um reflexo da resistência negra contra a escravidão e o racismo. Carlos Hasenbalg (1987), em seu estudo sobre a estratificação social no Brasil, analisa como essas comunidades foram fundadas com o objetivo de garantir uma sobrevivência digna em uma sociedade que os relegava à condição de propriedade. A resistência desses quilombolas não se limitava apenas à fuga do cativeiro, mas também à preservação da cultura africana, como a religião, a dança, a música e a organização social.

Com a abolição da escravatura em 1888, os ex-escravizados foram libertos sem qualquer tipo de amparo social, econômico ou político. A promessa de inserção social não foi cumprida,

e muitos ex-escravizados continuaram a viver em condições de extrema pobreza. No Rio de Janeiro, muitos migraram para a cidade em busca de trabalho e uma vida melhor, mas encontram-se à margem da sociedade urbana que, ao invés de acolhê-los, os excluía de forma sistemática.

Nesse cenário, a cidade do Rio de Janeiro, que passava por um processo de modernização e urbanização, não estava preparada para acolher essa população. O centro da cidade era destinado à elite, enquanto a periferia se tornava um local de exclusão. A falta de acesso à terra e a pobreza extrema levaram muitos ex-escravizados a ocupar áreas de morros e encostas, onde surgiram as primeiras favelas. A principal característica dessas novas ocupações era a ausência de infraestrutura básica, como água potável, luz elétrica, esgoto e serviços de saúde.

A favela do Morro da Providência, fundada em 1897, é considerada a primeira favela do Rio de Janeiro. O nome "favela" tem sua origem no nome da colina Morro da Favela, onde soldados que retornaram da guerra de Canudos, no interior da Bahia, se estabeleceram. Esses soldados, que estavam em condições precárias após a guerra, começaram a construir barracos nas encostas do morro, sem qualquer planejamento ou assistência governamental. A partir dessa ocupação inicial, a favela se expandiu rapidamente, recebendo imigrantes, ex-escravizados e pobres de diversas origens.

O processo de formação das favelas no Rio de Janeiro está intimamente ligado à segregação racial e social. Segundo Lélia Gonzalez (1984), as favelas podem ser compreendidas como espaços que representam a marginalização e o abandono do Estado. Ela argumenta que, para os negros e pobres, a favela é não apenas um local físico de residência, mas também um espaço simbólico que reflete a exclusão histórica e a negação de direitos fundamentais. As favelas passaram a ser vistas, então, como um reflexo da segregação racial e da estrutura social desigual.

No decorrer do século XX, as favelas continuaram a se expandir à medida que a cidade do Rio de Janeiro crescia. A política pública brasileira, marcada por uma visão elitista e racista, não dava conta das necessidades da população negra, que continuava a viver em condições precárias. O governo da Ditadura Militar (1964-1985), por exemplo, reforçou o processo de exclusão e marginalização, não só das favelas, mas também das populações periféricas como um todo, reforçando as ações de remoção, para a construção de conjuntos habitacionais, implantando uma política habitacional que privilegiou os processos de remoção das favelas, como uma estratégia de favorecer o mercado imobiliário, valorizando determinadas regiões, em especial a Zona Sul do município.

As famílias removidas foram realocadas para conjuntos habitacionais distantes das regiões centrais e com alto custo de transporte, configurando a política de construção de moradia populares, que estigmatizam os moradores de favelas, redefinindo o território de habitação dos grupos vulneráveis para regiões distantes, sem pertencimento e sem reconhecimento dos direitos das pessoas aos territórios. As favelas nesse período se multiplicaram, assim como o domínio do tráfico de drogas aumentando as diferenças entre as regiões “boas” para a classe média e alta morarem e redefinindo as regiões aos quais a população empobrecida “pertencia”¹. Os Programas de Aposentadoria foram centralizados no Sistema Nacional de Habitação, que posteriormente se tornou o FGTS, transformando a política em empreendimentos imobiliários.

No entanto, mesmo diante da violência do Estado e da ausência de políticas públicas, as favelas se tornaram espaços de resistência e solidariedade. Organizações comunitárias, associações de moradores e movimentos sociais começaram a surgir como formas de reivindicar direitos e melhorar as condições de vida nas comunidades. Conceição Evaristo, escritora e intelectual negra, tem se destacado por suas análises sobre a resistência das mulheres negras e da população periférica no Brasil, enfatizando a importância da visibilidade e da luta por direitos nas favelas e outros espaços de marginalização.

A resistência nas favelas cariocas é, portanto, uma continuidade da luta histórica dos quilombos. As favelas, assim como os quilombos, são locais onde a população marginalizada não só busca sua sobrevivência, mas também afirma sua identidade cultural e resiste à opressão social e racial.

Nos anos 1980 e 1990, a resistência nas favelas se fortaleceu com a fundação de vários movimentos sociais que reivindicavam, entre outras coisas, o direito à moradia, educação e saúde de qualidade. A favela tornou-se, assim, não apenas um espaço de resistência à violência e à marginalização, mas também um campo de luta por justiça social, que passa a ser fortalecido com a participação ativa dos moradores na construção de políticas públicas.

No século XXI, o movimento de favelas continua a lutar pela regularização fundiária, pela melhoria da infraestrutura e pelo reconhecimento dos direitos dos moradores. Assim como os quilombos, as favelas são espaços de resistência que desafiam o racismo estrutural e a

¹ RESISTÊNCIA E VIOLÊNCIA: A POLÍTICA HABITACIONAL NA DÉCADA DE 1960. Rhafaelle Barbosa de Castro Rodrigues. Departamento de História - PUC Rio. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2014/resumos_pdf/ccs/HIS/HIS_Rhafaelle%20Barbosa%20de%20Castro%20Rodrigues.pdf

exclusão social, mostrando que a luta pela justiça social é contínua e que a cidade do Rio de Janeiro precisa, urgentemente, olhar para essas populações com mais equidade.

1.1 O Morro do Borel

O Morro do Borel é uma comunidade localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, com uma história marcada por transformações sociais, culturais e urbanísticas. Sua trajetória está intimamente ligada à história das favelas cariocas, que têm raízes profundas na desigualdade social e na dinâmica de ocupação urbana da cidade. O morro é um dos muitos exemplos de como as favelas nasceram como resultado de processos históricos de exclusão e marginalização, mas também como esses espaços, ao longo do tempo, desenvolveram suas próprias formas de organização social, cultura e resistência.

O Morro do Borel, como muitas favelas do Rio de Janeiro, tem suas origens no período pós-abolição da escravidão, quando muitos ex-escravizados não foram integrados de maneira digna à sociedade. No final do século XIX e início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, passava por um intenso processo de urbanização e modernização. Contudo, as classes populares, especialmente os negros e ex-escravizados, foram relegadas às margens do desenvolvimento, sem acesso à moradia digna e a serviços básicos.

O morro, como muitos outros no Rio, começou a ser ocupado nas primeiras décadas do século XX, com a chegada de pessoas empobrecidas em busca de moradia. Historicamente, a ocupação do Morro do Borel teve início por volta da década de 1920, quando as primeiras famílias começaram a se instalar na região. Na época, a falta de infraestrutura, como saneamento, água potável e acesso ao transporte público, não impediu que o morro fosse uma alternativa de moradia para aqueles que estavam sendo excluídos dos bairros centrais da cidade. Os moradores, segundo Gomes (1980), passaram a ocupar terrenos e construir barracos com os recursos disponíveis no território e as sobras das obras em que trabalhavam. Esses espaços eram alugados por pessoas que se diziam donas do terreno do Morro.

De acordo com o Diagnóstico Social Participativo do Morro do Borel, realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2022), os primeiros registros de ocupação das terras da região datam de 1921, quando os moradores passaram a alugar pequenos

terrenos de um homem, Sr. Manoel Isidério, que ocupou terras devolutas do Estado e as alugou aos trabalhadores (IBASE, 2022, p.: 26).

A grande questão a se observar é que essas terras, por serem devolutas, pertenciam ao Estado e eram alugadas para os moradores por um homem que se dizia detentor do direito ao uso da terra. Na época, a propriedade dos terrenos passou por vários donos, incluindo uma fábrica de cigarros, chamada Seda Moderna, subsidiária da imobiliária Borel Meuron Ltda., que deu origem ao nome da comunidade. Essa imobiliária era uma grande construtora de diversos imóveis na Tijuca (IBASE, 2022, p. 27) e chegou a realizar uma grande ação de despejo junto às forças policiais para a expulsão dos moradores.

No entanto, os moradores não aceitaram essa condição, se uniram e buscaram apoio jurídico e descobriram que não deveriam sequer pagar pelo aluguel da terra, pois se tratava de terras devolutas². Eram trabalhadores de construções, trabalhavam na modernização da cidade, na construção de equipamentos públicos, universidades, hospitais, escolas federais, condomínios e casas de alto padrão, mas que não tinha nenhum acesso a financiamento de moradias para si mesmos e dependiam de construir em terrenos pequenos e alugados.

Thimel (1980), um arquiteto que estudava moradias e conjuntos populares na década de 1980, teve uma atuação importante na construção de documentos com recomendações para que o Estado atuasse na orientação das construções em favelas, bairros periféricos e conjuntos habitacionais. O autor afirmou que, ao perceberem que as terras pertenciam ao Estado, os moradores compreenderam que eles estavam no meio de uma luta não somente pelo direito ao uso da terra, mas contra a especulação imobiliária e a grilagem e contra a grande pressão das classes dominantes, incluindo o Estado presente não como um fomentador de direitos e políticas públicas, mas como um agente de repressão dos moradores da favela, através da polícia, que

² Terras devolutas, são áreas de terra que pertencem ao Estado e que não têm um uso definido ou estão desocupadas, ou seja, são áreas que não estão sendo aproveitadas por ninguém, nem pelo poder público nem por proprietários privados. Essas terras podem ser originárias de terrenos que, historicamente, foram concedidos pelo Estado, mas cujos direitos de posse não foram formalizados ou que foram devolvidos à administração pública por diversas razões, como falência de contratos de concessão ou abandono.

Em termos legais, o conceito de "terras devolutas" está relacionado à ideia de que o Estado detém a titularidade de terrenos que não estão sendo utilizados ou que nunca foram ocupados. No Brasil, elas são frequentemente associadas a áreas sem registro de propriedade formal, como terrenos de fronteira, áreas rurais ou terrenos baldios em áreas urbanas. Essas terras podem ser usadas pelo poder público para realizar políticas de reforma agrária, regularização fundiária, ou para a implementação de projetos sociais, desde que o processo de distribuição siga as normas legais e seja feito com o devido processo de regularização.

A gestão das terras devolutas no Brasil tem sido um tema complexo, principalmente porque envolve questões de justiça social, acesso à terra, e o direito dos povos originários e das comunidades tradicionais. Muitas vezes, esses terrenos são objeto de disputa, seja entre o Estado e particulares, ou entre diferentes grupos sociais que reivindicam a terra. (SILVA, L.O. 2008).

executava mandados de remoção e agia regulando o cotidiano dos moradores, imprimindo horários de circulação, proibindo festas e eventos culturais e declarando toque de recolher no território.

Então a resistência era a alternativa que tinham para não perder o direito à moradia, aos seus direitos e à permanência na região. Os moradores decidiram então se organizar coletivamente e contrataram um advogado para defendê-los contra o processo de expulsão. Se organizaram enquanto uma associação de moradores, pagando mensalidades para custear os honorários do processo e criaram assim, a primeira Associação de Trabalhadores do Borel, formalizada em 1954, foi reconhecida como a primeira Associação de Moradores registrada oficialmente no município. O primeiro nome do coletivo foi “União dos Trabalhadores Favelados” destacando a identidade desses moradores – trabalhadores - unidos pelo direito à moradia digna. Com essa vitória na justiça, a UTF ampliou suas atividades e passou a dar apoio jurídico e a representar outras favelas que viviam o mesmo problema. Porém, em 1964, durante o regime militar, esse nome foi modificado para União dos Moradores do Morro do Borel (IBASE, 2022, p. 28).

Thimel (1980) narrou em sua pesquisa, um diálogo com Toninho Martins Vaz, um morador antigo da região, também conhecido como “Mestre Catinga” que, ao contar sua história revelou que pagou muito aluguel para “falsos donos da terra”, assim como os outros moradores, revelando um problema relacionado à grilagem de terras em centros urbanos. E que quando se deu conta desse crime, entendeu que a terra pertencia a ele e aos demais moradores e na época. Os próprios moradores, segundo Thimel, já alertavam para o crescimento desordenado das casas e as péssimas condições de infraestrutura e saneamento básico na comunidade, em função da má divisão das terras por esses grileiros (Thimel, 1980, p. 28). A lógica era reduzir ao máximo os terrenos, vias e respiradouros para alugarem mais espaços e assim, enriquecerem às custas dos inocentes moradores.

Thimel (1980), um estudioso das habitações populares, afirmava que havia uma grande polarização entre classes dominantes e dominadas e que isso impactava principalmente na invisibilização dos costumes e modos de vida das populações mais vulneráveis, orientando a percepção de que, para esse público, as moradias não precisavam ser adequadas às necessidades, sanitárias e de mobilidade e moradia próxima aos locais de trabalho e serviço. Essa percepção na época justificava, por exemplo, as remoções e a inexistência da oferta de serviços essenciais de saúde e saneamento.

Ou seja, o crescimento desordenado, como é comumente conhecido, não foi responsabilidade dos moradores, mas sim das pessoas e empresas oriundas das classes

dominantes, que se aproveitaram de brechas na legislação para alugarem e venderem terras que nem lhes pertenciam. Isso revela que as pessoas das classes dominantes tinham uma liberdade de operação nos territórios e agiam com fluência permissão ou omissão do Estado em ações que nem eram permitidas. Foi necessário um “revide jurídico” para que os moradores do Borel descobrissem que eram os donos da terra. Antes disso, os “falsos donos”, conseguiram mobilizar o Estado até mesmo em ações de remoção e violência policial. Com o movimento de resistência, os moradores do Morro do Borel conseguiram importantes vitórias na justiça: romperam com a sujeição de pagamento de aluguel pelas terras em que moravam, perceberam de quem era de fato a propriedade da terra e, além disso, conseguiram coletivamente, o direito ao uso de uma terra, algo que antes foi praticado somente pelas pessoas mais abastadas da região.

No entanto, a presença do Estado na comunidade foi quase inexistente por muitos anos, o que levou a uma auto-organização das pessoas que ali viviam. Ao longo dos anos, o Morro do Borel foi crescendo de forma desordenada, com a construção de casas feitas principalmente de materiais improvisados e sem qualquer planejamento urbanístico. A ausência de políticas públicas fez com que as condições de vida se deteriorassem, criando um ambiente propenso à violência, ao tráfico de drogas e à desigualdade social.

Apesar das dificuldades, o Morro do Borel, assim como outras favelas, desenvolveu uma rica cultura e identidade local. Ao longo das décadas, a comunidade foi se organizando e criando formas de resistência e organização, reforçando o importante papel do Morro do Borel na construção e no fortalecimento da identidade comunitária.

Nos anos 1980 e 1990, o Morro do Borel passou a ser mais visibilizado na mídia e pela sociedade, não apenas como um espaço de exclusão, mas também como um local de resistência cultural. Surgiram ali, por exemplo, blocos de carnaval, grupos de samba e outras manifestações artísticas que começaram a se destacar na cidade, trazendo uma nova percepção sobre as comunidades periféricas do Rio de Janeiro. Além disso, a comunidade passou a ser o palco de importantes movimentos sociais que buscavam direitos básicos e melhores condições de vida.

Ao longo do tempo, o Morro do Borel também enfrentou uma série de desafios relacionados à segurança e ao tráfico de drogas. Como muitas outras favelas, a comunidade foi marcada pela ausência do Estado versus a presença do tráfico, que gerou um ciclo de violência que afetou a vida dos moradores.

Nos últimos anos, o Morro do Borel tem enfrentado novos desafios e, diante deles, busca alternativas para melhorar as condições de vida de seus moradores. Diversos projetos comunitários têm sido desenvolvidos com o intuito de promover a cidadania e a inclusão social. Organizações comunitárias, movimentos sociais e associações de moradores têm trabalhado para garantir direitos como saúde, educação, moradia e segurança. Além disso, iniciativas de empoderamento local e de cultura popular têm contribuído para transformar a imagem do morro e, ao mesmo tempo, criar alternativas para a juventude da comunidade.

A presença do Estado ainda é um ponto controverso. Programas de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), por exemplo, passaram a ser implementados na região com o objetivo de combater o tráfico de drogas, mas geraram críticas por causa do uso excessivo da força e da ausência de políticas públicas que realmente atendam às necessidades dos moradores. Em contrapartida, a comunidade também tem se esforçado para criar suas próprias redes de segurança e acolhimento, que priorizam a paz, o diálogo e o respeito, principalmente pelo histórico desta favela com incursões policiais, autoritarismo e até mesmo uma chacina, ocorrida em 2003.

Desde sua origem, marcada pela marginalização e pela ausência de políticas públicas eficazes, até sua luta contemporânea por cidadania, o Borel é exemplo de resistência e identidade cultural. A comunidade, com suas manifestações artísticas e sua organização social, continua a enfrentar desafios imensos, mas também mostra que, apesar das adversidades, o espírito comunitário e a busca por uma vida melhor nunca cessam. O Morro do Borel não é apenas um espaço de exclusão, mas também um lugar de luta e de esperança para milhares de pessoas que ali vivem.

1.2. As relações raciais e de resistência no campo - favela: um olhar sobre o Morro do Borel

A pesquisa de campo nas favelas tem se mostrado uma importante ferramenta para compreender as influências raciais na construção de movimentos coletivos de resistência. Através de novas perspectivas de estudos sobre as dinâmicas sociais, culturais e políticas dos territórios periféricos do Brasil, a pesquisa traz descobertas de elementos que nos revelam situações em que os campos do conhecimento cunhados nos próprios territórios são fundamentais para a formação de lideranças comunitárias. Esses elementos demonstram a importância da desconstrução do que Oliveira chamou de “mito do etnógrafo assexuado e não-racializado” (OLIVEIRA, 2018, P. 511) ainda não absorveram por completo.

O senso de pertencimento e de comunidade, a forma como se dão as lutas coletivas e debates sobre direitos humanos, as demandas por políticas públicas e as soluções projetadas e implementadas pelos coletivos para os problemas nos territórios são alguns dos temas que merecem bastante atenção, pois revelam lutas que precedem até mesmo conquistas legais e que ainda hoje, muitas vezes, são as conquistas possíveis dentro de muitos territórios.

O Complexo do Borel é conhecido pelo seu pioneirismo nas lutas por direitos humanos e por direito à terra (GOMES, 1980). É resultado de uma mobilização histórica muito importante, pois foi nesse espaço que se deu uma robusta discussão sobre planejamento urbano e universalização de direitos e, por isso, a construção de uma narrativa sobre a cartografia desta favela fornece grandes contribuições para estudos que desfaçam o estigma de ocupações irregulares que as favelas ainda carregam.

Através da mobilização dos moradores do Borel, surgiram conquistas relevantes para o território, como a primeira Associação de Moradores do Brasil, a primeira rádio comunitária, a primeira escola comunitária dentro de uma favela e a primeira experiência de mobilização em função dos direitos humanos no estado.

O sentimento de pertencimento que os moradores tiveram e ainda têm pelo espaço e a percepção da força que o coletivo possui, construíram uma dinâmica libertadora e enriquecedora e talvez seja esse o segredo de ser esse espaço o celeiro de tantas lideranças políticas e comunitárias com tanto destaque no cenário político e social brasileiro.

Também é importante destacar que este estudo não é o primeiro sobre este território, mas é uma proposta de diálogo entre os escritos de Manoel Gomes (GOMES, 1980), morador do Morro do Borel, que presenciou e eternizou em registro as primeiras ocupações e as lutas dos moradores pelo reconhecimento à propriedade em seu livro *As lutas do povo do Borel*, por relatos de estudos posteriores realizados pelo IBASE (2020), que considerou a colaboração dos moradores na produção de um *Diagnóstico Social Participativo*, dados secundários de agências de pesquisa, como o IBGE e outros textos produzidos por autores negros, que constroem uma visão decolonial sobre as favelas do Rio de Janeiro.

O objetivo é apresentar uma análise sobre o campo-favela que possa revelar um território em toda a sua riqueza e potência, mostrando cenários de importantes transformações pelas quais passou e ainda passa o Morro do Borel e sobre como as relações raciais e o diálogo entre mulheres potencializa movimentos de resistência nas comunidades. As favelas desconstroem devem então ser desvinculadas do imaginário da escassez, representando uma importante tecnologia de agrupamento de pessoas, ampliando a troca de saberes e a produção de soluções para o bem viver. Sob essa ótica, são compreendidas como uma tecnologia que organiza os territórios através de uma de uma experiência histórica de continuidade relacionada à resistência dos negros, apresentando uma jornada contínua desde os quilombos de resistência processual, histórica, socialmente estruturada pelas gerações que vieram antes e pelas que virão depois de nós (BATISTA, 2019, p.403).

Dessa forma, faz todo o sentido mergulhar na comunidade, compreender sua dinâmica atual, perceber as tensões e os usos do território e refletir sobre todos os ajustamentos pelos quais passou.

Em outros capítulos, pretendo abordar uma análise sobre outras duas questões importantes para essa dissertação, como a questão do tempo, enquanto um elemento historicamente construído e que favoreceu a construção do imaginário de que favelas são espaços precários, destinados à população pobre pouco privilegiada da sociedade. E também a memória de ocupação das favelas, enquanto uma continuidade dos quilombos urbanos.

Neste momento, vou concentrar a análise nas informações obtidas tanto no meu mergulho na comunidade, quanto nos relatos apresentados pela Ana Márcia e pelas clientes da Lavanderia Comunitária do Borel e no mergulho nos materiais que me foram disponibilizados para compreender a riqueza da constituição do Morro do Borel, enquanto um espaço de letramento de pessoas e formação de uma percepção crítica sobre a história da ocupação das favelas no Rio de Janeiro e de sua topografia, sempre considerada como "imprópria" para a moradia.

Conheci o Morro do Borel caminhando com a Ana Márcia. Na minha primeira visita à favela, em 2020, quando fui acompanhar um projeto para o qual trabalhava e que estava se destacando em algumas favelas do Estado.

Cheguei ao Borel com uma imagem na memória relacionada à carência - o projeto que fui visitar era um espaço para a doação de roupas. Entendi que, durante a pandemia, seguindo o aumento nas doações de roupas e cestas básicas, essa era uma grande iniciativa. E realmente foi. Mas ao conhecer outros projetos já existentes na comunidade, percebi que há uma forte conexão entre os projetos e me interessei bastante pela Lavanderia Comunitária, porque ao chegar nesse espaço, vi tantas coisas acontecendo ao mesmo tempo: mulheres se acolhendo, acolhendo seus filhos, se apoiando e se aconselhando. Principalmente mulheres negras, acima de 40 anos, com dois ou mais filhos, participando ativamente das ações e realizando uma importante gestão em tempo real.

Essa gestão ocorria em momentos muito interessantes, mostrando que a gestão do tempo dentro do território, não segue o padrão das oito horas diárias de trabalho. Elas ocorrem quando há demanda, quando é possível e quando faz sentido e que o trabalho iniciado por uma mulher pode muito bem ser continuado por outra, desde que haja uma comunicação fluida e orgânica entre elas. Muitas vezes, o momento em que essas mulheres possuíam para fazer a gestão desses espaços (Guarda Roupas e Lavanderia) era o momento da utilização e estava tudo bem, pois era possível nesse momento um encontro presencial ou uma mensagem de áudio por WhatsApp em busca das mensagens e dos recursos necessários para que os problemas fossem resolvidos.

Eu mesma, durante minhas visitas ao projeto, ajudava de alguma forma, seja segurando os bebês para que as outras mães pudessem lavar suas roupas/louças, ou buscando algum material ou informação para uma necessidade ou dúvida cotidiana. Vi mulheres fecharem acordos de apoio mútuo nesses espaços, vi outras informarem situações complexas como casos de violência doméstica ou necessidade de atendimento médico. Vi outras compartilharem dificuldades no cuidado com seus filhos e vi que a Lavanderia possuía uma vida pulsante, assim como os demais projetos que conheci na comunidade.

Ao chegar na entrada do Borel, pelo acesso da rua Conde de Bonfim, fui convidada por ela a circular pelas ruas e vielas, antes de chegar à Associação de Moradores. O circuito que me foi apresentado pela Ana Márcia, previa mostrar todos os avanços estruturais da favela, as propostas interessantes de gestão comunitária que deram certo no território e as formas dignas sobre como a comunidade se organiza para o bem viver. Com as minhas outras idas ao Borel, percebi também que cada espaço apresentado representava um lugar de apoio no fazer comunitário e no compartilhamento dos desafios da vida pelo coletivo.

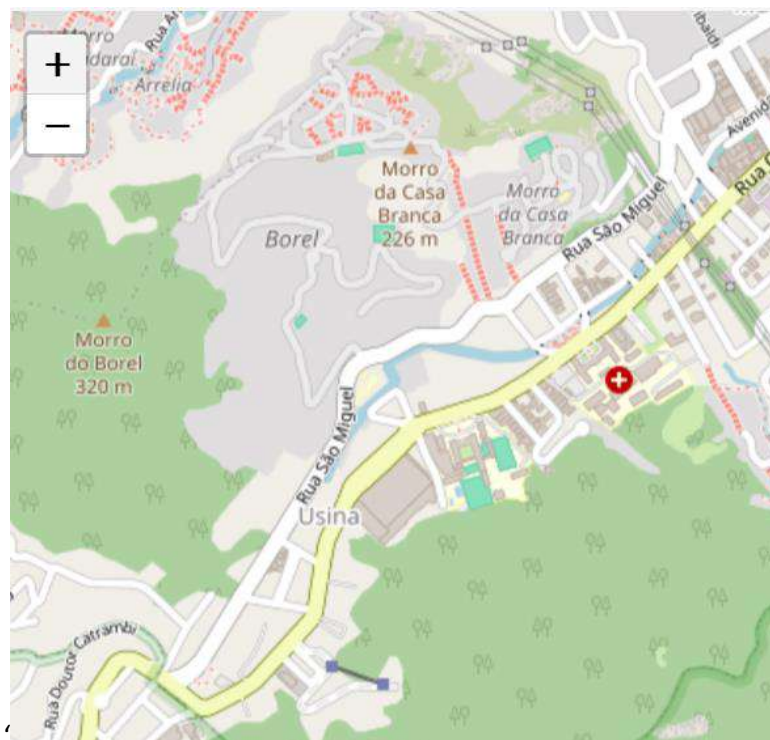
De acordo com Somé (SOMÉ, 2003), o conceito de comunidade para o povo Subunfu se baseia no compartilhamento da intimidade e no compartilhamento das relações que se dão através da presença, da vida em conjunto e da escuta coletiva dos problemas e conselhos e isso transforma a comunidade em um lugar seguro, onde se formam redes de apoio que auxiliam na superação das limitações. E o que eu vi nas minhas inserções no Morro do Borel foi um convite a fazer parte dessa intimidade e ao me conectar, percebi um conjunto de iniciativas que são importantes redes de apoio para que a vida se estabeleça e se perpetue no território.

Gomes (Gomes, 1980), quando citava os desejos dos moradores ao olharem para a favela, na década de 1950, afirmava que eles pensavam nos pontos de acesso, na abertura de vias, na sustentabilidade do território ao utilizarem as nascentes de água e ao buscarem na natureza os recursos para a construção das moradias. Sonhavam com a construção de uma escola comunitária e uma unidade básica de saúde popular. Sonhos que ainda não faziam parte sequer da dos direitos constitucionais, mas que já faziam parte do imaginário coletivo dos moradores do Borel.

O Borel foi sonhado por um coletivo de construtores visionários, de artífices e mestres de obras, que não se conformaram em serem construtores de tantas melhorias para o asfalto e de não verem nenhuma política pública direcionada para a população das favelas. Esses homens e mulheres que se uniram para pensar o Morro do Borel, possuíam talentos importantes para definir não somente sua cartografia, mas sua forma de poder coletivo e sua função social. Hoje, percebo que esse imaginário coletivo ainda se manifesta nas atuais lideranças comunitárias, que almejam muitas conquistas para o território.

Numa primeira volta, parece fácil andar pelo Morro do Borel, há saídas para vários pontos da comunidade e para as principais vias, então facilmente é possível caminhar de fora para dentro, ou de dentro para fora da comunidade. Há acesso pela rua São Miguel e pela Conde de Bonfim e ruas e vielas que conectam essas duas partes. Mas há também uma parte alta, íngreme, com um acesso desafiador, muito adensada, onde moram a maioria dos moradores, que são as subcomunidades Borel, Chácara do Céu e Casa Branca.

Figura 1: Fonte: Wikifavelas - Disponível em:
https://wikifavelas.com.br/index.php/Favela_do_Borel#Mapa_do_Borel



A entrada pela rua Conde de Bonfim tem um largo, onde avisto uma ONG, uma grande calçada de um condomínio de esquina, a entrada de outro prédio residencial, uma padaria bastante conhecida e uma grande Igreja Universal, além de um polo gastronômico com muitas opções de lanches e sobremesas e um comércio local. Há também um ponto de kombis e de mototáxi que levam os moradores para as partes mais altas do complexo de favelas.

Logo à esquerda, na primeira viela, hoje já sei de cor, fica a entrada da Rua do Canal, onde está instalada a Lavanderia Comunitária do Borel. Mas em minha primeira visita, não fui direto para lá, fiz uma volta pelo lado direito do Largo e entrei em uma outra rua, que parecia mais uma ponte. Andei alguns minutos por ela e percebi que já nesse espaço, havia algumas residências muito pequenas. Nessa ponte, pude avistar o Rio Maracanã e algumas dessas casas com manilhas abaixo de suas construções, despejando continuamente o esgoto no rio. Como o objetivo era visitar o projeto de doação de roupas, mas segui para a direita, passando por um outro espaço, que era a horta comunitária.

1.3 Horta Comunitária

Como Guardiã das Matas, Ana Márcia tem uma tarefa importante na comunidade, que é sensibilizar os moradores para a preservação do meio ambiente e o cuidado com a Mata Atlântica. O Morro do Borel tem acesso à Floresta da Tijuca e o trabalho da Ana Márcia é apresentar aos moradores a importância de preservar o bioma da Mata Atlântica, onde foi fundada a comunidade. Principalmente sob a perspectiva de que os moradores não são desmatadores, mas sim protetores do espaço, que pelos tantos anos de vida e pela atuação como lideranças comunitárias, possuem grande conhecimento dos acessos à floresta. Este projeto foi lançado pela Prefeitura do Rio em 2023 e atende a 25 comunidades e tem nas lideranças comunitárias femininas uma importante parceria para sua implementação.

Ana Márcia então me apresenta a horta, as ervas medicinais e fala do uso que os moradores fazem desse espaço, destacando que muitos utilizam as plantas para o cuidado com a saúde. Alguns moradores se revezam nos cuidados com a horta, regando, podando e colhendo os frutos quando preciso.

Numa articulação com uma escola de Ensino Fundamental do território e também uma creche, a horta é apresentada aos estudantes pelas folhas, sementes, chás e sucos, aproveitando a oportunidade para promover o conhecimento das espécies nativas e outras formas de interação dos estudantes com a natureza.

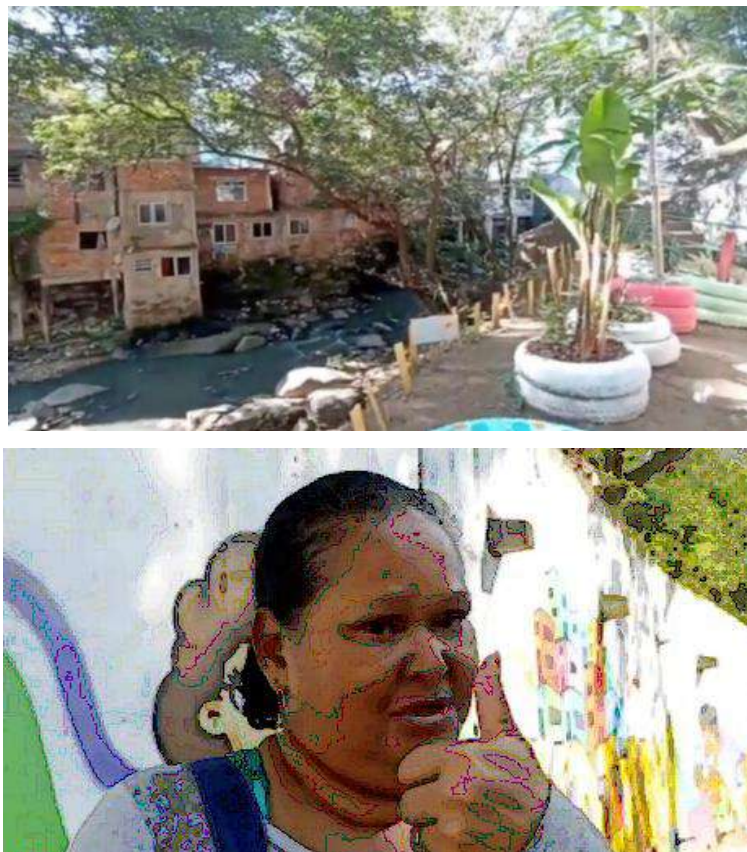
Ela contou feliz sobre o dia em que conseguiu colher maracujás da horta e o apresentou às crianças, utilizou a cozinha da escola para fazer suco e fez uma tarde de lanche com eles, mostrando que no Borel ainda é possível, plantar, colher e comer.

Além da horta, Ana Márcia me aponta no caminho, na direção da nascente do Rio Maracanã. Conta sobre como é a nascente. Que as crianças costumam brincar nas margens, que ainda é possível ver peixes nessa parte do rio e fala sobre os animais que surgem na comunidade, como cobras, aves da região e micos. Se lembra de episódios em que esses animais surgiram causando alvoroço em alguns espaços da comunidade e reflete que desde a pandemia, quando os moradores permaneceram mais tempo em suas residências, alguns animais voltaram a aparecer na região.

A horta comunitária funciona num pequeno espaço que foi revitalizado através de uma parceria para ensino de grafite aos jovens. Com as paredes pintadas, o espaço ganhou um novo sentido para os moradores, passando a ser um espaço de visitação e um ponto de referência.

Figuras 2 e 3: Horta Comunitária

Acervo: Ester Bayerl



1.4. Os transportes coletivos no interior da comunidade

Figuras 4 e 5: Ida à trancista no Terreirão, alto do Borel.

Acervo: Ester Bayerl



Há uma gestão de transportes no interior da comunidade. Nas ruas principais há uma vasta opção de ônibus e bem perto, uma estação de metrô. Mas para o interior da favela, os serviços de carro por aplicativo não funcionam: são bloqueados para solicitação. A comunidade possui então seu próprio ponto de Uber, localizado na entrada do Borel pelo acesso da Rua Conde de Bonfim, onde há também a oferta das kombis.

Sou consumidora de alguns serviços realizados por mulheres do Morro do Borel, como as tranças. Há uma grande rede de trancistas na comunidade, resultado de um projeto chamado *Trançando Caminhos e Africanidades*³, promovido pelo Sesc RJ, que tem formado inúmeras transcritas nas favelas. Para acessar a da minha preferência, que atende durante à noite e madrugada, com uma promoção chamada “viradão”, voltada para todos os profissionais que

³ O projeto *Trançando Caminhos e Africanidades* é oferecido pelo Sesc Tijuca e por outras unidades do Sesc no Rio de Janeiro e faz parte de uma iniciativa voltada para o protagonismo empreendedor de mulheres negras nas regiões periféricas do Rio de Janeiro. Desde seu lançamento, em 2018, já foram formadas mais de mil mulheres em cursos básicos, intermediários e avançados, ampliando os conhecimentos sobre tranças, oferecendo cursos especializados em estética negra e empreendedorismo negro e contribuindo para a valorização positiva da etnicidade. Mais informações no site: <https://portaldaeducacao.sescrj.org.br/artigo-convite-do-curso-etnomatematica-das-trancas-africanas/>

não conseguem atendimento durante o dia por causa do trabalho, abrindo um mercado de atendimento de profissionais de saúde, motoristas de aplicativo e outros profissionais que atuam no horário comercial, é necessário ir até a Rua São Miguel e lá, pegar um mototáxi para o Terreirão, que é uma região localizada na parte de cima, na subcomunidade Borel (imagens acima, tiradas logo quando cheguei ao ponto de mototáxi. Não foi possível tirar muitas fotos por conta do tráfego, presente nessa localidade).

Pela Rua São Miguel, o acesso aos trechos mais altos e íngremes se dá somente através do moto-táxi. Uma alternativa para garantir a locomoção dos moradores. Importante ressaltar que o Morro do Borel fica situado numa região alta do bairro da Tijuca, no caminho para o Alto da Boa Vista. Daí a importância da oferta de transporte local que acesse as regiões onde o transporte público não chega, garantindo a mobilidade para as regiões mais altas e mais distantes das vias principais.

Vale destacar que o Complexo do Borel está situado bem próximo à estação de Metrô Uruguai e possui acesso para as duas principais vias da Tijuca: Avenida Maracanã e Rua Conde de Bonfim. Logo, torna-se fundamental que os residentes desse complexo de favelas possuam alternativas para locomoção. O serviço de moto-táxi custa em média R\$2,00 a 4,00 reais a ida e a volta é gratuita. Já a Kombi custa R\$2,00 a ida e R\$1,00 a volta. Cada um desses serviços deixa os passageiros em locais estratégicos, com acesso às vias de maior circulação no bairro. Que outro transporte coletivo não cobra o retorno, ou cobra apenas metade do valor?

Reforço que, ao descer do mototáxi, eu e minha filha fomos recepcionadas pelo tio da trancista e ainda subimos por mais algumas vielas até chegar à casa da trancista. Ainda há muitos espaços íngremes e sem acesso de carros ou motos no interior das favelas, reforçando que esse serviço interno de transporte é essencial para reduzir o desgaste das pessoas na subida do morro, depois de uma jornada diária de trabalho tão exaustiva, principalmente, porque as pessoas carregam suas bolsas de trabalho e, antes de voltarem para casa ainda passam no mercado, subindo e carregando o peso de alguma compra ou outro volume. Tanto a Kombi, quanto o mototáxi são essenciais para a mobilidade no interior da comunidade.

1.5 O Correio Comunitário e os serviços de caixa postal

Figuras 6 e 7: Divulgação do Correio Comunitário na comunidade Indiana

Acervo: Ester Bayerl



Nessa caminhada, descobri que no Morro do Borel existe a Caixa Postal, serviço bastante difundido no território, com muitos pontos de coleta das correspondências e que oferece aos moradores caixas postais instaladas em pontos estratégicos para o recebimento de correspondências e também um posto físico, localizado na sede da Associação de Moradores, para o recebimento de encomendas maiores, móveis e eletrodomésticos.

A *Caixa Postal Comunitária* é uma iniciativa geralmente associada a projetos de colaboração e desenvolvimento comunitário, realizado em parceria com o *Engenheiros Sem Fronteiras* (ESF), que é uma organização internacional que reúne engenheiros e profissionais de áreas afins para desenvolver projetos sociais e comunitários em locais que enfrentam dificuldades estruturais. Em minhas visitas, já os vi circular pelo território, acompanhando algumas de suas iniciativas e observando e mapeando riscos e mudanças estruturais no território. Inclusive, realizam visitas periódicas à Lavanderia Comunitária, para acompanhar o andamento do projeto e mapear suas dificuldades.

No contexto do Engenheiros Sem Fronteiras, a Caixa Postal Comunitária pode ser um projeto de apoio a comunidades que não têm acesso a serviços básicos de correios ou que enfrentam problemas de comunicação e logística. Em algumas situações, a caixa postal comunitária visa fornecer um sistema de correspondência coletivo para facilitar a comunicação em áreas isoladas ou de difícil acesso, promovendo inclusão e melhorando a conectividade social da comunidade. Uma liderança comunitária, ou um morador que possua disponibilidade, atua como ponto focal de sua região, recebe as correspondências e informa aos moradores para que possam buscá-las assim que possível. Isso também resolve um outro problema bastante comum aos moradores que é a formalização de um endereço, que lhes sirva de comprovação da residência para fins de inscrição em cursos, empregos e agências bancárias.

Esse tipo de projeto tem um foco na sustentabilidade, autossuficiência e desenvolvimento local, criando soluções simples e eficazes para resolver problemas comuns enfrentados por comunidades carentes, muitas vezes de forma colaborativa, com a participação ativa dos próprios moradores, que se responsabilizam pelo cuidado e armazenamento das correspondências. Por outro lado, também garante que um maior conhecimento de todos os moradores do conjunto de moradias da região abrangida pela caixa postal, sendo possível saber quem se mudou ou quem são os novos moradores.

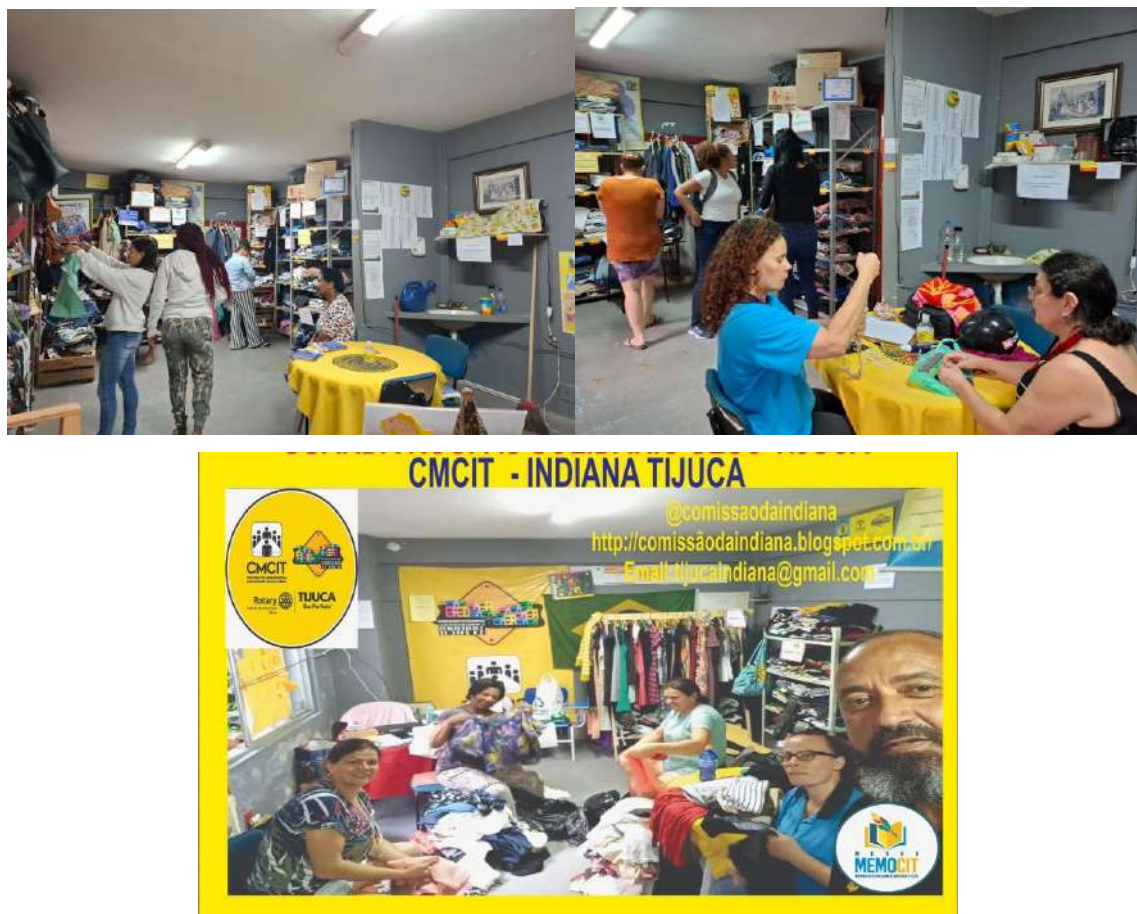
O reconhecimento das ruas sempre existiu nas favelas. Anteriormente nomeadas pelos próprios moradores com nomes que homenageavam pessoas representativas do território. Em 1994, através do Programa Rio Cidade, a Prefeitura do Rio assumiu uma nova forma de gestão social do planejamento urbano, promovendo a integração das favelas aos contextos urbanos através da realização de obras de melhoria e infraestrutura, construindo equipamentos públicos de saúde, creches, assistência social e educação, expansão e pavimentação de vias e o reconhecimento de ruas e dos códigos de endereçamento postal (CEP), beneficiando, a partir

daí, inúmeras favelas no município e trazendo a formalização tão desejada por muitos dos moradores.

1.6 O Guarda-roupas Solidário

Figuras 8, 9 e 10: Guarda Roupas Solidário

Acervo: Priscila Pereira



O objetivo da minha visita ao Borel foi acompanhar esse projeto, mas ele foi o penúltimo lugar por onde passei em minha caminhada pela comunidade. O projeto conquistou um espaço importante na Associação de Moradores, tendo recebido uma sala para o seu funcionamento e uma importante adesão dos usuários que não somente utilizam os produtos doados, como passaram a frequentar diariamente a Associação e também se voluntariam na gestão do espaço. Ele possui uma importante característica de sustentabilidade, mantido por doações de igrejas do entorno e pelo trabalho voluntário das moradoras, em especial aquelas com mais de 40 anos.

Uma das percepções importantes apreendida nas visitas ao Guarda-roupas Solidário, tanto no Morro do Borel, quanto nas outras 13 comunidades onde o projeto está instalado foi a contribuição dessa iniciativa para a mobilização de mulheres mais velhas das comunidades,

incluindo senhoras idosas, que atuam estimuladas pela relação de pertencimento e apropriação com o projeto. Elas têm a oportunidade de participar da gestão, da triagem das doações, da mobilização dos moradores para a retirada dos itens e do mapeamento das famílias mais necessitadas do território. Também informam quando alguns itens já foram doados em excesso e direcionam os pedidos de doações para os produtos que faltam. Através dessa rede, algumas, que são diaristas e trabalhadoras domésticas, também estimulam suas patroas a doarem o que não utilizam mais em suas residências, formando uma rede potente de doações.

No meu envolvimento com esse projeto, pude articular algumas igrejas da região da Tijuca que mobilizaram seus membros para arrecadar itens como mobiliários, utensílios de cozinha e outros materiais que ajudaram muitas famílias a constituir suas moradias no território. Todos fomos envolvidos por esse projeto.

Ele possui uma forma diferenciada para o recebimento das doações: as pessoas recebem produtos ainda úteis, previamente triados e higienizados, expostos em prateleiras como lojas que possibilitam doações mais dignas e assertivas, pois as pessoas não são obrigadas a pegarem o que vier, mas têm a possibilidade de escolha daquilo que realmente querem e isso tem feito toda a diferença.

1.7 A Lavanderia Comunitária do Borel

Figuras 11, 12, 13, 14 e 15: Lavanderia Comunitária do Borel

Acervo: Ester Bayerl





A Lavanderia foi o último lugar do circuito proposto pela Ana Márcia. Foi onde eu parei, sentei e pude observar a vida das mulheres do território acontecendo de uma forma cotidiana e ao mesmo tempo tão rica em tantos aprendizados. Gomes (1980) nos conta em seu livro que a comunidade da Indiana foi uma das últimas a ser ocupada no território, pois era uma região com muita água parada, cobras e sapos - um brejal. Era necessário um esforço maior dos moradores para que esse espaço fosse ocupado, esforço esse que se repete no cotidiano das moradoras, em sua maioria, mulheres que utilizam esse território.

Ana Márcia contou que não morava na Indiana, mas sim no Borel e que se mudou para lá há alguns anos, com a expectativa de ter mais acesso às vias principais e à água potável. Mas que se surpreendeu, pois a realidade da sua moradia não era a mesma das outras pessoas e que,

com o passar dos anos, alguns condomínios da rua Conde de Bonfim, paralela à Rua do Canal, fizeram obras de reforma que prejudicaram a comunidade, acumulando mais lixo, entulho, entupindo tanto a rede de águas pluviais, por conta dos entulhos e que, quando chove, aumentam as inundações na favela, alagando o espaço onde funciona a Lavanderia, cujas máquinas foram instaladas em degraus acima do nível da rua e no muro, foi instalada uma canaleta para o escoamento da água para o Rio Maracanã, nos dias de enchentes. Os moradores já se uniram e protocolaram reclamações na Prefeitura sobre o impacto negativo das obras desses condomínios, mas até o momento nada foi feito. Segundo ela, a culpa é sempre atribuída à comunidade, pois acreditam que o acúmulo de lixo é responsabilidade dos moradores e não dos condomínios tão próximos à favela.

Nas imagens acima é possível perceber o quanto o espaço da lavanderia é utilizado pelas moradoras. Tanto jovens, quanto adultas, se revezam na utilização das pias, da bica e das máquinas. Ao mesmo tempo, socializam e colocam a conversa em dia, tanto com a Ana Márcia, quanto com sua filha, que recebe as jovens com uma linguagem bem próxima e as aproxima do projeto.

Nesse dia, em especial, chegaram doações de produtos de limpeza e, ao me aproximar das clientes da Lavanderia, fiz algumas perguntas sobre o porquê de utilizá-la: *“não tenho água em casa”*. *“Não tenho máquina de lavar”* e *“Hoje a água não caiu, por isso, vim aqui, depois do trabalho, para encher os baldes”*. Um grande desejo da Ana Márcia e que será uma grande oportunidade para a continuidade deste estudo no curso de doutorado, será o cadastramento de todas essas moradoras que utilizam o projeto, compreendendo os motivos pelos quais utilizam a Lavanderia. É sabido que uma grande parcela da comunidade Indiana não possui água encanada em suas casas, mas também há aquelas que acessam a Lavanderia quando falta água em casa, ou quando suas máquinas de lavar quebram, sem que haja previsão de conserto.

Algumas mulheres são tímidas, outras evitam a aproximação. Não foi fácil estabelecer diálogo com elas e para obter alguns minutos de conversa e imagens, foi necessário muita negociação e intermediação junto à Ana Márcia, sendo orientada por elas até mesmo sobre o ângulo das imagens, de forma a não mostrar o rosto, ou a mostrá-las de costas. Entendi que a exposição da imagem delas utilizando a Lavanderia revela uma vulnerabilidade que não gostariam de expor.

Figuras 16 e 17: Lavanderia Comunitária do Borel

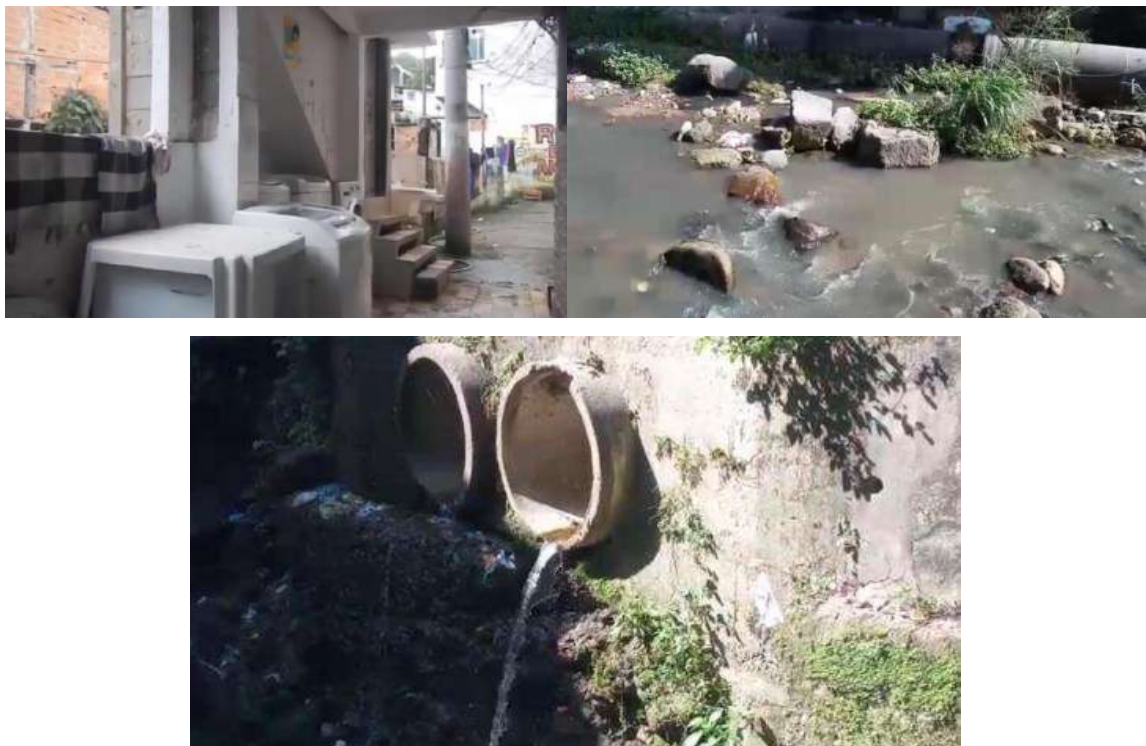
Acervo: Ester Bayerl



1.8 O Rio Maracanã

Figuras 18, 19 e 20: Rio Maracanã

Acervo: Ester Bayerl



O debate sobre a lavanderia comunitária é permanentemente atravessado sobre o debate sobre questões ambientais relacionadas à preservação do Rio Maracanã. Ana Márcia é uma Guardiã das Matas e é claro, que esse tema a incomoda bastante, pois foi o motivo de ter criado a Lavanderia Comunitária do Borel.

Em quase todos os lugares por onde andei, foi possível avistar o Rio Maracanã. Não sei se todas as pessoas que residem na região da Tijuca e Grande Tijuca, como eu, um dia tiveram a dimensão de que este rio nasce um pouco antes e passa por todo o Morro do Borel. Essa foi uma experiência incrível ao conhecer a comunidade e saber que toda ela tem uma conexão tão importante com a Floresta da Tijuca, por ser uma extensão da Floresta. O livro de Manuel Gomes (GOMES, 1980) relata como que a ocupação desse território foi não somente uma ocupação dos espaços possíveis, mas - como resultado da especulação imobiliária e da ação dos grileiros - uma ação de desmatamento de parte da Floresta da Tijuca. Ação essa combatida pelos moradores do Morro do Borel, que chegaram a fazer turnos de vigília para acabar com o desmatamento.

Da Lavanderia é possível avistar suas margens largas, no passado limpas e repletas de peixes, que possibilitavam aos moradores o acesso à água potável e alimentação, mas que hoje, estão visualmente poluídas e impróprias para o consumo humano.

Há uma grande lamentação dos moradores em relação ao estado em que se encontra o Rio Maracanã. Principalmente entre os mais antigos, que se lembram do quanto usufruíram de momentos de banhos e pescaria e reforçam que o estado de poluição em que o rio se encontra atualmente não é resultado da ação dos moradores da comunidade, mas sim dos condomínios, comércios e empresas da região. A quantidade de domicílios do Morro do Borel, de fato, é muito menor do que os domicílios que ladeiam todo o rio. E os moradores denunciam que a maioria dessas construções despejam esgoto em suas margens. Alguns dutos e manilhas que conseguimos avistar de dentro da comunidade, sequer são utilizados pelas casas do complexo de favelas.

Através desse mergulho no campo-favela espero ter conseguido expressar a forma como conheci e como fui apresentada ao Morro do Borel. A escrita em primeira pessoa segue a proposta do livro de Manuel Gomes, que justifica que a linguagem popular consegue transmitir os sentimentos que permeiam a experiência de entrar na favela e de conhecê-la através da lente dos moradores. Nesse mergulho na comunidade, pude conhecer não um espaço de falta, mas de soluções para a vida cotidiana na favela através de seus ajustamentos que desconstróem

estigmas, exaltam a potência das favelas e constroem novas ergonômias que fortalecem o bem viver .

Da mesma forma como quando procuramos uma casa ou apartamento para morar, verificamos se as condições de água, energia e acessibilidade nos agradam, esse foi o Morro do Borel que me foi apresentado, um espaço bom para se viver porque possui soluções importantes para o problema da moradia popular.

Figura 21: Festa no Borel

Fonte: @complexodoborel



Cada espaço que acessei é carregado de histórias contadas de tantas formas e com tantas memórias que se complementam na busca pelo entendimento sobre como as alternativas e os projetos surgiram, qual foi o sentimento de incômodo que levou as pessoas a agirem e como deram os processos de ajustamentos e as adaptações necessárias para o bem-viver dos moradores, dos meios de trabalho e das pessoas no interior de uma favela, surge a necessidade de captar as formas possíveis de construção da qualidade de vida e as condições que favoreceram uma boa ergonomia para o coletivo do Morro do Borel.

Os espaços apresentados também remetem a ajustamentos em favelas, que se referem às estratégias criativas e adaptativas adotadas pelos moradores para lidar com as condições precárias de infraestrutura e os desafios sociais e econômicos presentes na comunidade. Diante da falta de serviços públicos adequados, como saneamento básico, transporte e educação de qualidade, os habitantes das favelas frequentemente desenvolvem soluções que começam improvisadas (e terminam organizadas), mas que são inovadoras para suprir suas necessidades diárias. Esses ajustamentos incluem desde a adaptação dos espaços urbanos para maximizar o uso de áreas limitadas, até a criação de sistemas alternativos de fornecimento de água e energia, muitas vezes com recursos escassos. Tais adaptações refletem a resiliência da população e sua capacidade de não desistir, mas sim de transformar um ambiente adverso em um espaço de convivência, permanência e sobrevivência (Macedo, 2017).

Além das adaptações materiais, os ajustamentos também envolvem práticas sociais e culturais que buscam mitigar as dificuldades cotidianas. Muitas vezes, as favelas funcionam como ambientes de solidariedade mútua, onde os moradores formam redes informais de apoio para enfrentar desafios coletivos, como a insegurança, a violência ou a falta de acesso a serviços de saúde. As organizações comunitárias e as iniciativas de economia solidária desempenham um papel fundamental nesse processo, proporcionando aos moradores uma forma de resistência à marginalização social e de fortalecimento da identidade coletiva. Essas estratégias, embora muitas vezes informais e não regulamentadas, são essenciais para garantir a sobrevivência e o bem-estar das pessoas que habitam essas áreas (Lima & Silva, 2018).

Porém, apesar das estratégias de ajustamento, as condições estruturais das favelas podem limitar a eficácia dessas soluções. A urbanização desordenada e a ausência de políticas públicas adequadas perpetuam um ciclo de desigualdade, dificultando a implementação de soluções duradouras para os problemas enfrentados pela população. Assim, os ajustamentos, embora criativos e resilientes, não substituem a necessidade urgente de uma intervenção pública mais eficaz e inclusiva, que promova a melhoria das condições de vida nas favelas. A longo prazo, é necessário um comprometimento governamental com a urbanização dessas áreas e a inclusão de seus moradores em políticas sociais e urbanas que promovam o acesso a direitos básicos (SANTOS e COSTA, 2019).

Uma proposta para estudos futuros é a forma como os moradores se organizam para reivindicar o cumprimento dessas políticas públicas. Desde a ocupação do Morro do Borel, em 1921 e a descoberta da especulação e da grilagem pelos moradores por volta de 1945, essas intervenções públicas têm sido postas em prática através da mobilização dos moradores e de sua organização em associações e coletivos que buscaram representação na justiça e nos meios

legais de fazer cumprir seus direitos. Então é importante entender que ajustamentos não são soluções provisórias, mas momentos de fortalecimento e de preparação para as ações coletivas futuras. E, como já foi dito anteriormente, o Morro do Borel é um lugar de lutas e conquistas importantes, que continuam acontecendo.

Outro ponto importante de análise é sobre o quanto esses ajustamentos cooperam para a construção de um conceito de *ergonomia das favelas*, que envolve a aplicação de soluções que melhorem a qualidade de vida e o bem-estar nas comunidades, levando em consideração as condições específicas de espaço, recursos e desafios urbanos. Nas favelas, a falta de infraestrutura adequada e o alto índice de ocupação impactam diretamente a saúde física e mental dos moradores. A ergonomia, nesse contexto, não se limita a ambientes de trabalho, mas se expande para as condições de habitação e acessibilidade, com foco na adaptação dos espaços para as necessidades dos habitantes. Estudos apontam que o design de moradias e espaços públicos nas favelas precisa considerar a mobilidade, o conforto, a saúde mental e a segurança, de modo que promova a saúde, a interação social e a dignidade dos moradores, especialmente em áreas de alta densidade populacional (BARROS et al., 2019).

A aplicação de princípios ergonômicos nas favelas também deve envolver a adaptação das atividades cotidianas, como o transporte e a construção de espaços de lazer e trabalho. Em muitas favelas, as pessoas realizam atividades domésticas e profissionais em ambientes pequenos e insalubres, o que pode causar problemas de saúde relacionados à postura e ao esforço físico excessivo. A ergonomia pode, portanto, melhorar a eficiência e o conforto nessas atividades, promovendo soluções simples e de baixo custo, como a reorganização de espaços ou a criação de ferramentas e móveis adequados à realidade da comunidade. Pesquisas indicam que a implementação de práticas ergonômicas pode aumentar a qualidade de vida, ampliar o acesso digno a serviços importantes para o reconhecimento da dignidade e da existência da população e podem também reduzir problemas de saúde relacionados ao ambiente físico nas favelas (SANTOS e SILVA, 2017).

A Ergonomia até então, voltada para as dimensões do trabalho, avança para debates muito importantes no viver coletivo e em comunidades periféricas, integrando a dimensão do trabalho e as dimensões da moradia, de qualidade de vida através de espaços para a construção de uma escola comunitária e para cuidados com a saúde dos moradores, espaços abertos à manifestação dos saberes coletivos e fazeres sociais nesses espaços.

A Ergonomia, nesse contexto, pode ser uma importante aliada para a concepção e adaptação de espaços, diagnóstico, interpretação e mapeamento de necessidades sociais nos

territórios, de forma a conduzir o poder público e gestores comunitários para ações transformadoras.

De acordo com Barros e Oliveira (2019), a cooperação e a solidariedade construídas no cotidiano das relações são condições necessárias para a eficiência dos processos produtivos. Desde o surgimento das primeiras ocupações, as favelas são compreendidas como espaços que abrigam os trabalhadores que, com seus recursos produziram diferentes arranjos organizativos em seus espaços de habitação. Locais esses onde não chegaram os serviços públicos essenciais, por serem até então, compreendidos como ocupações irregulares.

No entanto, Santos (2023) argumenta que as moradias em favelas são as alternativas populares para a moradia da população pobre e que nesses espaços, a população constrói, de suas formas, o *bem viver*. Esse conceito transcende a ideia de bem-estar individual ou material, sendo essencialmente ligado à justiça social e à solidariedade coletiva. Em sua obra, Santos critica os modelos de desenvolvimento que impõem desigualdades e exploram as pessoas e o meio ambiente, propondo que o verdadeiro *bem viver* só é possível em uma sociedade mais justa e equilibrada, onde as necessidades humanas são atendidas de maneira sustentável e inclusiva. O *bem viver*, para ele, é um processo de reaproximação das comunidades com o território e com práticas mais solidárias, que respeitam tanto as pessoas quanto o planeta. Essa visão implica uma crítica à globalização neoliberal, que promove a exclusão e a degradação, e um apelo a novas formas de organização social e econômica baseadas na igualdade e na convivência harmoniosa com a natureza.

Ao circular pelo Complexo do Borel, não somente como uma pesquisadora, mas como uma pessoa que passou a consumir produtos e serviços da região, pude entender como as dinâmicas de vida se dão no território, compreendendo a favela não como um espaço de carência ou marcado por violências e pelo domínio do tráfico, mas como uma região rica na oferta de serviços que garantem acesso equitativo aos moradores. Isso se dá no campo da saúde, da moda, da estética negra, do acesso aos serviços essenciais, da gastronomia e, principalmente, do apoio social demandado e realizado pelos moradores.

Cláudia Rodrigues e Luiz Eduardo Soares, têm contribuído de maneira significativa para essa reflexão, oferecendo uma perspectiva que considera as especificidades e a complexidade das favelas. Rodrigues, em suas pesquisas, discute como as favelas não são apenas espaços de exclusão social, mas também locais de resistência e de construção de identidades, de uma forma aplicada em ações práticas, compartilhadas pelo coletivo. Ela destaca a importância de entender as práticas culturais e as relações de poder dentro desses espaços, considerando as histórias de vida dos moradores e as formas como eles resistem à

criminalização e ao estigma. O trabalho de Luiz Eduardo Soares também é notável, pois ele analisa a violência urbana a partir de uma visão crítica das estruturas de poder que moldam as favelas, sem desconsiderar as realidades de resistência e as formas de organização coletiva que emergem desses contextos (RODRIGUES, 2016; SOARES, 2010).

Analisar o campo em contexto de favelas, especialmente sob a ótica de autores negros, oferece uma crítica ao paradigma tradicional de pesquisas que frequentemente marginalizam as vozes e as realidades dos próprios habitantes dessas comunidades. Autores como Muniz Sodré e Djamila Ribeiro também destacam a importância de uma abordagem que respeite e valorize as narrativas dos moradores das favelas, evitando reducionismos que os representem apenas como vítimas ou criminosos, centrando o foco no que realmente ocorre nos territórios, que é a construção de saberes a partir das vivências de indivíduos que resistem à opressão e criam formas próprias de sociabilidade. A visibilidade dessas experiências e narrativas não apenas desafia os estereótipos, mas também contribui para a reconfiguração do entendimento sobre a favela como um espaço multifacetado, cheio de potencialidades culturais e de resistência (SODRÉ, 2011; RIBEIRO, 2017).

Capítulo 2

A história da Ana Márcia e o protagonismo das lideranças comunitárias, presença e poder de mulheres negras nos territórios vulnerabilizados

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será. Se é mágica a compreensão, mágica será a ação. (FREIRE, 1987, p. 18)

A Lavanderia Comunitária do Borel, situada na subcomunidade Indiana, é um projeto criado por uma moradora da região, chamada Ana Márcia. Uma mulher preta, nascida e criada na região e sempre muito engajada nas mobilizações sociais do seu território. Sua biografia se conecta à história e lutas por direitos dos moradores do Morro do Borel em muitos momentos, desde manifestações por direito à terra no complexo de favelas, mobilizações contra remoções, até outros importantes e sensíveis movimentos, como as manifestações da comunidade contra a chocante chacina, ocorrida em 2003, em que foram mortos 4 jovens, assassinados por policiais, num caso que deu início ao movimento de mães do Borel e à Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência.

Ex-aluna do curso de Direito da UERJ, que abandonou após a perda de sua filha que lhe gerou um grande trauma, tem se dedicado a projetos e movimentos sociais, tendo já atuado na Associação de Moradores do Morro do Borel e na formação de redes de apoio a mulheres em situação de extrema vulnerabilidade que residem na favela. Através da sua atuação, muitas mulheres passam a receber apoio e informações sobre direitos e políticas públicas, atendimento médico, doações de roupas e alimentos e outras possibilidades de apoio que demandam no momento em que entram em contato com ela.

Ana Márcia também é conhecida em sua comunidade pelos muitos projetos que idealizou e por sua participação em movimentos pelos direitos dos moradores do Morro do Borel. Hoje atua também como “Guardiã da Mata”, um projeto realizado pela Prefeitura do Rio, que atende a mais de 25 comunidades, fortalecendo lideranças femininas que atuam como agentes de conscientização nas favelas, visando transformá-las em espaços de proteção ao meio ambiente.

Ela atua na favela onde foi nascida e criada e realiza palestras, oficinas e outras dinâmicas ambientais nas escolas da rede pública da região, nas praças e em outros locais do

complexo de favelas, como o jardim e a horta comunitária, localizados em pontos estratégicos do complexo de comunidades.

Teve a coragem e a ousadia de instalar na porta de sua casa, a Lavanderia Comunitária, garantindo o acesso à água limpa e à tecnologia da máquina de lavar roupas e dessa forma, tem apoiado cerca de 100 famílias em suas tarefas domésticas de cuidado, higienização e saúde cotidianas, possibilitando o acesso à água tratada para moradias ainda sem acesso ao abastecimento de água.

O direito à universalização do saneamento básico está previsto desde a constituição de 1980. É um direito fundamental, mas para muitas pessoas que moram em favelas, ainda não foi possível acessar esse serviço tão importante em suas moradias. Quarenta anos se passaram desde a publicação da constituição, mas ainda há uma parcela importante da população que mora em regiões sem abastecimento de água, coleta de lixo, sem pavimentação e sem redes de esgoto. Os direitos foram universalizados, mas ainda são pouco acessíveis para a população pobre e vulnerável, moradora das regiões periféricas, que ainda lidam diariamente com o racismo ambiental, com a pobreza e as dificuldades no interior de suas moradias. Essas pessoas encontram uma importante referência e uma rede de solidariedade como a que é realizada por lideranças comunitárias como a Ana Márcia e alcançam compreensão para suas dificuldades, alternativas para melhorar a qualidade de vida nos territórios, acolhimento e fortalecimento de grupos.

Lançada em 2019, a Lavanderia Comunitária do Borel teve início um pouco antes da Pandemia de COVID-19 e se tornou uma grande aliada no cuidado da saúde dos moradores durante o lockdown, período no qual mundialmente, foi recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) o isolamento de todas as pessoas em suas residências, a fim de reduzir a propagação da doença e as mortes, devendo permanecer em trabalho presencial somente aqueles que atuavam em serviços de saúde, segurança e outros serviços essenciais.

Claro que os moradores de favelas foram os mais afetados pela pandemia. Diretamente ligados à prestação de serviços e trabalhos domésticos como serviços gerais, de manutenção, entregadores e atendimento ao público, os moradores das favelas enfrentaram, em sua grande maioria, a exposição ao trabalho presencial formal ou informal, além das altas taxas de desemprego, contaminação e mortalidade, uma vez que não possuíam recursos necessários para se manterem em casa nesse período tão inseguro.

Mesmo com o auxílio social (ajuda de custo oferecida pelo governo durante o período de isolamento), os moradores se viram em situações de extrema necessidade e vulnerabilidade, recorrendo a situações de presencialidade, principalmente as informais, para a realização de

diárias e bicos, ou à demanda de cuidado de algum familiar fragilizado pelas enfermidades em decorrência da transmissão do vírus ou pela impossibilidade de continuarem seus tratamentos nas redes de saúde, que naquele momento, encontravam-se mobilizadas para o enfrentamento da pandemia.

O Brasil foi o 14º país com mais mortes causadas pela pandemia, totalizando quase 700.000 mortes, resultantes, principalmente, da demora do governo no enfrentamento da doença e na tomada de medidas que pudessem proteger a população.

Nesse período, uma imagem incomodava constantemente Ana Márcia, que era a de mulheres utilizando a água contaminada do Rio Maracanã para higienização, lavagem de roupas, louças e para o consumo. Como as famílias estariam a salvo da pandemia, se utilizavam uma água nitidamente contaminada por esgoto?

Foi então que, durante a pandemia, ela inscreveu a Lavanderia Comunitária do Borel num programa de apoio emergencial a projetos comunitários e foi contemplada com um auxílio de R\$ 10.000,00 e pôde estruturar o espaço, adquirindo mais máquinas e melhorando a estrutura do espaço com alvenaria, tanque e bica. O projeto se consolidava então como uma importante estratégia para a segurança e a saúde da população e, dessa forma, virou uma referência na comunidade.

Por muitas vezes, ela relata as dificuldades que encontra quanto à gestão da Lavanderia, explicando que a falta de recursos é o fator que mais a preocupa, pois afeta diretamente a sustentabilidade do projeto. Ela entende que muitas mulheres sequer possuem recursos para a compra do sabão em pó ou líquido e chegam à lavanderia sem recursos. Assim, ela ativa outras redes, com o intuito de fornecer os insumos necessários para que as mulheres sejam bem atendidas. Esses recursos advêm de doações e de voluntariado e engajamento de algumas pessoas que consideram relevante o trabalho da Lavanderia, incluindo a realização de vaquinhas, rifas, almoços e parcerias baseadas em trocas.

Sua grande capacidade de dialogar com as demais subcomunidades, permite que ela alcance inúmeras pessoas dentro e fora do Complexo do Borel, sensibilizando, por exemplo, apoiadores e voluntários na manutenção, que pela parceria e pela valorização da iniciativa, cobram menos pelo conserto das máquinas. Ana Márcia ainda aprendeu a fazer pequenos reparos e economiza algum recurso consertando ela mesma, sempre que possível, as máquinas de lavar. Nos últimos dois anos, definiu uma taxa mínima de funcionamento, de R\$ 5,00 por mês, para garantir recursos para a manutenção, mas sabe que nem sempre é possível o pagamento para todas as usuárias, sendo compreensiva quando alguma mulher não possui recursos para utilizar a lavanderia.

Segundo ela, esse projeto possui uma lógica de operação diferente das lavanderias tradicionais e também não é um negócio social que objetiva o lucro em escala: é uma solução para a falta de universalização do abastecimento de água para a comunidade e precisa, dessa forma, alcançar pessoas em extrema vulnerabilidade e que não tenham acesso a água potável em suas casas.

Considerando que o projeto atende a pessoas extremamente vulneráveis, que não possuem recursos mínimos para custear a taxa de manutenção e os produtos de limpeza para a higienização das roupas e das louças, Ana Márcia já tem pensado em outro projeto que pode agregar à Lavanderia Comunitária e contribuir para a geração de renda no território: a Fábrica de Sabão do Borel, produzindo produtos de limpeza a baixo custo, mobilizando a comunidade para a reciclagem do óleo de cozinha e dessa forma, transformando as usuárias da lavanderia em revendedoras do sabão do Borel. Um negócio que a deixa bastante entusiasmada e otimista. Por ora, ela já está sensibilizando as mulheres para a coleta de óleo de cozinha e divulgando a futura fábrica de sabão. Listando possíveis (e já são muitas) interessadas no curso e na produção artesanal. Segundo ela, já está tudo organizado, faltando apenas os recursos para aquisição dos equipamentos e materiais.

De acordo com Gomes (1980), as mobilizações de moradores no Morro do Borel são realizadas dessa forma, a partir do diálogo surgido de porta em porta, das expectativas compartilhadas e do tempo dedicado à apresentação das ideias e ao engajamento dos moradores. Ana Márcia circula pelas comunidades, realizando um trabalho de articulação comunitária historicamente construído no Morro do Borel, na base da palavra, da linguagem popular e imagética e da construção de sonhos coletivos. Ela passa pelas ruas e vielas apresentando suas ideias, compartilhando intenções e saberes que possibilitam uma importante mobilização de mulheres. Essa mobilização se dá através da escuta e da participação comunitária. As pessoas sabem, como bem afirmou Gomes (1980), o que pode ocorrer se permanecerem na passividade. Assim, seus ideais ganham espaço e conquistam inúmeras pessoas.

Ana Márcia também fala de um lugar importante: uma mulher negra, pobre que já passou por perdas, falando com outras tantas que compartilham da mesma jornada de vida que ela. Isso, de alguma forma, fortalece a coletividade, abre espaço para uma escuta atenta por parte dos moradores, cria espelhos e referências e ressoa de maneira potente no imaginário coletivo, resultando num grande engajamento. São mulheres que compreendem que devem estar juntas lutando por melhorias em suas vidas e em sua comunidade.

A intenção das pessoas ao se mudarem para o Morro do Borel, conforme afirmou Gomes (1980), era de levarem uma vida digna. O terreno era conhecido por suas nascentes, pela

arborização e pela boa localização e proximidade com as frentes de trabalho da cidade e despertava o desejo das pessoas de morarem nesse espaço com a possibilidade de uma vida digna e com qualidade. Na época da ocupação do Morro do Borel, em 1921, a mensagem que a sociedade transmitia às pessoas pobres era de que a moradia de qualidade não era algo acessível aos mais vulneráveis. Não lhes cabia essa conquista. Mas a compreensão e o desejo coletivo pelo exercício de direitos ocorreu através das mobilizações, que Ana Márcia presenciou em sua infância e também cresceu ouvindo falar. E é essa mensagem que ela passa aos demais moradores ao circular pela comunidade, afirmando que é possível uma ação coletiva para o cuidado com o território, para a reparação social e para transformações que melhorem a vida na região. Ela é uma referência na construção de ações voltadas ao bem viver dos moradores e atua numa perspectiva de continuidade das ações realizadas por aqueles que vieram antes dela no território. Mostrando que ainda há muito o que fazer para se alcançar a equidade no bem viver no Morro do Borel.

Em todas as visitas que realizei, percebi que ela sabe quem são as pessoas que mais precisam de apoio. Seja uma mulher que teve seu barraco queimado e precisa de doações para recomençar a vida, ou uma moradora antiga que está doente e precisa de cuidados e remédios. Ou uma jovem mãe que acabou de dar à luz e precisa de doações de fraldas e roupinhas de bebê. As mulheres são sempre o centro de sua atuação e entendo, como bem diz Hooks, que a sororidade ainda é poderosa e movimenta articulações incríveis no interior das comunidades (HOOKS, 2023). São mulheres que lutam por conquistas pessoais, mas que ao se unirem, entendem que também são coletivas. Assim, a ideia da Ana Márcia de construir uma lavanderia não a beneficiou somente. Na verdade, ela possuía água limpa e máquina de lavar em casa, mas se incomodou que outras tantas mulheres não tinham. Uma liderança que observa que há mulheres em seu território vivendo questões sensíveis de desigualdade social e econômica impressas em suas vidas domésticas e cotidianas e, enquanto grupo, mulheres unidas podem questionar políticas públicas com mais força, criando redes poderosas de afeto, cuidado e reivindicação social, criando potentes momentos de reconhecimento dos sofrimentos individuais e coletivos e compartilhando o comprometimento com a mudança social, mas foi capaz de dar suporte a $\frac{1}{3}$ das famílias da comunidade Indiana. Mulheres juntas pensam e fortalecem o coletivo, principalmente mulheres negras, que defendem e acolhem seu território e lutam pelas conquistas do grupo, ampliando as relações de solidariedade entre as participantes.

Sobre as relações de solidariedade entre mulheres, cunhado principalmente em situações de dificuldades e sofrimento, seja pelo racismo estrutural, pelas tentativas de silenciamento ou

pelo sexismo, a autora Vilma Piedade (PIEIDADE, 2017) nos apresenta o conceito de “dororidade”, que amplia as dimensões do feminismo negro ao reconhecer que mulheres negras tem muito mais a compartilhar, através das dores resultantes dos processos violentos causados pelo racismo, que se perpetua após o processo de escravização e das estratégias de extermínio da população preta. Ora, Gomes (1980) afirma em seu livro sobre as histórias de lutas do Morro do Borel que a ideologia da época pautava a percepção de que pessoas pretas e faveladas não poderiam ter direito às terras do morro e não deveriam ter acesso a políticas que pudessem melhorar o bem viver. Justo numa época em que as pessoas negras trabalhavam em grandes construções de infraestrutura para pessoas brancas, não poderiam então ter acesso aos mesmos serviços que estavam construindo?

O conceito de “dororidade” propõe uma reflexão sobre as relações de poder entre mulheres negras e do quanto o compartilhamento dessas dores pode ser potente na conscientização sobre os processos violentos sofridos e na desconstrução do imaginário e das experiências de subalternidade (PIEIDADE, 2017 E HARTMAN 2022), reforçando a urgência de pensarmos a construção de novos projetos relacionados ao feminismo negro que incluam de fato aquelas vistas como as mais prejudicadas na sociedade ao ponto de serem expostas a condições desumanas de vida. As populações negras, para as mulheres do morro do Borel, não devem ser vistas como mulheres carentes, mas sim como demandantes de políticas públicas, que é o lugar que os cidadãos vulnerabilizados devem ocupar. Além disso, considera os atravessamentos vividos nas relações interseccionais, compreendendo as dinâmicas vivenciais das mulheres negras afetadas como as que foram citadas pela Ana Márcia. Dessa forma, faz todo o sentido que ela tenha criado um projeto que atenda especificamente àquelas que mais demandam por apoio e acolhimento e que todas as suas outras ações no território estejam conectadas tal qual uma rede de apoio.

Dados apontam para o fato de que as mulheres negras das favelas e periferias foram as mais impactadas desde a pandemia. Não é à toa que sejam essas o centro da atuação da Ana Márcia, que movimenta diferentes grupos em favor do interesse das mulheres. Se em outros tempos, elas já apareciam na história das lideranças dos movimentos dos moradores do Borel, agora atuam não somente pelo direito à moradia, mas por interesses pessoais que são ao mesmo tempo coletivos.

É incrível notar a presença e o poder que Ana Márcia manifesta em sua comunidade. Não é somente uma pessoa que ajuda outras, mas é uma referência no território, como alguém que espalha conhecimentos, saberes e que sensibiliza outras pessoas para o acesso a direitos.

Ela tem o poder de revelar a cada um, moradores, voluntários e aliados, qual é o seu papel e a hora de agir.

A mobilização, a conscientização, o mergulho na comunidade e planejamento de ações são etapas do processo de transformação social. Não à toa, também são caminhos importantes no processo de pesquisa-ação. Lideranças com esse perfil são importantes nos territórios. Porque conseguem compreender o que realmente demandam os moradores. Ao mesmo tempo em que possuem livre trânsito no território e uma potente legitimação. Sua atuação não se prende aos limites do território, mas vai além, representando o Morro do Borel em universidades, apresentando o trabalho que realiza e também participando de ações junto ao poder público, reforçando um papel determinante para a conquista de direitos na história de sua comunidade. As primeiras lideranças, por volta da década de 1950, inconformadas com a truculência das forças policiais em ações de remoção travaram uma histórica batalha jurídica para conquistar o direito à terra, vencendo não somente o Estado, mas também os especuladores imobiliários. Hoje, as lutas permanecem e demandam que novas lideranças sejam cunhadas nessa herança histórica de formação de lideranças na luta e que acolham todos os tipos de luta que possam existir e que incentivem que todos lutem por seus territórios, recusando a condição de subalternidade e construindo pontes para um futuro mais justo e equânime.

O trabalho das lideranças comunitárias do Borel, desde 1950, quando foi formada a primeira associação de moradores até os dias atuais, mostra que a coletividade é uma ferramenta poderosa e capaz de fazer com que os interesses pessoais sejam os mesmos da coletividade a que pertencem (GOMES, 1980). O objetivo é alcançar um futuro menos duro, digno, que seja possível dentro do contexto urbano, mostrando a força que alcançam os explorados quando se unem e se organizam (PRESTES, apud GOMES, 1980, p. 2).

2.1 A luta incessante por captação de recursos

A manutenção da Lavanderia Comunitária do Borel revela o grande desafio pelos quais passam os movimentos nascidos no interior das favelas, que é o exercício árduo da captação de recursos. Daí surge uma reflexão importante sobre como essa captação ocorre em projetos iniciados dentro das favelas? Atualmente, existem diferentes formas de financiamento, como as leis de incentivo, os recursos advindos do empresariado através da pauta de responsabilidade social, mitigação, licenciamento ambiental e voluntariado, ao qual demandam que as organizações financiadas preencham enormes fichas de cadastro, fichas de conformidade, que se enquadrem em requisitos muitas vezes excessivos para as organizações comunitárias, pois

requerem documentos e certidões difíceis de coletar até mesmo para as grandes empresas, atestados de regularidade fiscal e, claro, um registro formal de pessoa jurídica, que é o CNPJ, que atrelado a diferentes documentos, define o porte da organização e as possibilidades de captação de recursos. No entanto, para um movimento comunitário, pautado no ativismo social, no agrupamento de pessoas que se colocam como pontes de diálogos em regiões extremamente vulneráveis, essa é uma realidade distante e difícil de alcançar.

No Brasil, o processo de formalização das ONGs é marcado por diversos obstáculos, que incluem desde a burocracia excessiva até a escassez de recursos e a carência de conhecimento técnico necessário para atender às exigências legais e administrativas e seus prazos. Por ter atuado muitos anos em projetos de assessoria comunitária, percebi, ao longo da minha jornada, que em alguns contextos, as lideranças levam anos para conseguir regularizar seus projetos de forma a conquistarem os requisitos mínimos para se tornarem aptos para angariar recursos.

No caso da Lavanderia Comunitária do Borel, há uma luta para alcançar a regularização do projeto e o tão sonhado “CNPJ”, que possibilitará a inserção deste projeto no universo das captações com o empresariado e com editais públicos de fomento. Até lá, mensalmente, são realizadas mobilizações, pedidos de apoio a parceiros, vaquinhas, rifas, campanhas e almoços, além do engajamento de outras organizações do terceiro setor de maior porte, igrejas, políticos e outros aliados que possam, de alguma forma, contribuir para a permanência do projeto. No início de 2025, a Lavanderia precisou de mais recursos para consertar três máquinas que quebraram por conta do grande volume de lavagens mensais. Para isso, foi necessário criar uma vaquinha virtual, cujo anúncio foi compartilhado entre as pessoas e movimentos parceiros e compartilhado via internet. Ao final, a meta de R\$ 500,00 foi alcançada e os reparos foram feitos. Vale ressaltar que, por estar situada num local de passagem, isso dificulta a formalização do projeto, por não ser um endereço reconhecido como “adequado” aos padrões de formalização. Entretanto, o fato da Lavanderia estar situada num local de passagem apresenta a localização ideal para as moradoras, pois está situada num ponto que é acessível e visível para todas.

Mesmo que houvesse um endereço “formal”, os custos de legalização de projetos sociais são altos para uma liderança arcar, restringindo de forma significativa as oportunidades formais de captação de recursos. A sustentabilidade do projeto passa a ser garantida de outras formas, por meio de ações solidárias, realizadas através de pequenas ajudas e intervenções pontuais. A captação formal de recursos através de leis de incentivos ainda é um cenário distante para a Lavanderia, pois, por não ter um CNPJ, encontra limitações no alcance de recursos, para os

quais só encontra possibilidade de captação de pequenos valores, em editais para pessoas físicas e coletivos. Foi num edital emergencial, em 2020, que Ana Márcia conseguiu captar R\$10.000,00 que foram utilizados na adaptação do espaço (alvenaria, tubulação) e na compra das máquinas, materiais de construção, pias, bicas e o pagamento da mão-de-obra. De lá pra cá, o projeto conta ainda com a contribuição voluntária das usuárias de R\$5,00 mensais, mas Ana Márcia reforça que muitas delas sequer possuem sabão para lavar as roupas e também não possuem recursos para o pagamento da taxa.

A experiência da Ana Márcia na gestão da Lavanderia revela dificuldades diárias que ela e tantas outras mulheres negras atuantes em suas comunidades vivenciam, que é o enxugamento dos recursos e a redução de investimento social privado nos territórios favelizados nos últimos anos, principalmente após a pandemia de COVID-19, que acelerou a saída de projetos sociais desses territórios, reduzindo drasticamente o recurso investido em projetos sociais. Tudo isso mostra que as lideranças ativas nos territórios e engajadas com a transformação social permanecem atuando em suas frentes, desenvolvendo outras formas de fazer social em contextos de favelas, indissociáveis da vivência comunitária, das relações de gênero, classe, identidade e território, construindo agendas sociais e políticas cujo foco principal é a própria população do território. Dessa maneira, conseguem mão-de-obra voluntária ou descontos nos reparos, que acabam ampliando o lugar de participação dos moradores das comunidades, através da construção de processos internos de fortalecimento da gestão social e da participação comunitária por meio de dinâmicas de mobilização que não dependem exclusivamente do financiamento do empresariado. Para essa compreensão, fundamento a análise na percepção da atuação das lideranças nos territórios na construção de processos democráticos e em referências bibliográficas que versam sobre o viver em comunidade e sobre as dinâmicas de empoderamento.

De acordo com o IPAD (2022), há uma perda de hegemonia, no mundo social brasileiro, das forças historicamente comprometidas com a democracia, que aliado a um processo internacional de fortalecimento de forças políticas ultraconservadoras favoráveis à restrição de direitos fundamentais para a maioria da população, tem ampliado as estruturas produtoras e reprodutoras de desigualdades (IPAD, 2022, p. 6), percebidas, inclusive, na desconexão entre os próprios grupos da sociedade civil. Enquanto alguns grupos reivindicam direitos como o acesso à saúde, à educação e à segurança alimentar, outros ofertam iniciativas que constam nas metas empresariais, mas que nem sempre estão conectadas às necessidades reais existentes nas periferias.

Cenários como esses propõem importantes reflexões sobre o que fazem as organizações sociais nos territórios de operação social e sobre a finalidade das intervenções que realizam. De acordo com o IPAD (2022), são os grupos no interior das favelas que buscam, de forma mais contundente, o exercício da democracia, revelando que esses atores têm a capacidade de contribuir para a formulação de propostas que realmente discutam o real alcance da democracia nos territórios.

Nesse caso, sugiro a compreensão de que há dois grupos de trabalhadores atuando no contexto das transformações sociais: aqueles que trabalham em ambientes mais voltados para a gestão técnica de projetos, atuando, principalmente no ambiente empresarial, imersos em metodologias ágeis, relatórios de evolução, coletas de dados e evidências e gerenciamento de projetos que justifiquem o investimento social, em sua maioria, privados. Assim como aqueles que realizam as mesmas funções com capital público, resultante de grandes editais de fomento, materializando ambições corporativas e empresariais que produzem bons relatórios de sustentabilidade, mas que em pouco ou nada se aproximam de debates ligados ao segundo grupo representado pelo pioneirismo, pela coragem e pelo ativismo de mulheres em suas comunidades, que de maneira orgânica, completamente diferente daquela preconizada pelos grandes fundos de investimento e das leis de incentivo, dominam o contexto real dos territórios vulneráveis, que possuem competências e habilidades, muitas vezes, transmitidas por gerações e cunhadas no interior das comunidades. Essas lideranças avançam nas transformações de seus territórios e carregam consigo inúmeras histórias de famílias que também avançaram em suas trajetórias, ao mesmo tempo que apoiam tantas outras em suas dores. Tudo isso porque a luta de uma pessoa no interior de uma favela pode ser compartilhada com tantas outras pessoas, que se mobilizam para agir e conduzir outros grupos às pontes de acesso que constroem.

Para ambos os grupos, o trabalho é formado por muitas áreas de conhecimento: mediação de conflitos, comunicação, marketing, contabilidade, entre outras. Mas para as lideranças comunitárias, essas competências são construídas nas relações diárias. Gomes (1980) afirmou que as primeiras mobilizações dos moradores do Morro do Borel foram feitas através de uma caixa de som instalada num ponto estratégico da comunidade, que tocava músicas e que repetia diariamente as mensagens sobre a mobilização dos moradores. Daí, eram realizadas festas, reuniões na casa de pessoas chaves nas ruas e trechos da favela e mutirões que tinham por objetivo repassar mensagens importantes e sensibilizar as pessoas para a participação social.

São pessoas que dominam o contexto real dos territórios vulneráveis, o contexto de favela, conforme afirma Jorge (JORGE, 2023) e que possuem competências e habilidades, muitas vezes, transmitidas por gerações e cunhadas por muitos atravessamentos no interior das

comunidades (JORGE, 2023, p. 35), que os favorecem na implementação de ações e na produção de iniciativas surgidas nesse ambiente.

Segundo a autora, esses atravessamentos carregam uma memória da ancestralidade negra, capaz de resgatar e visibilizar a própria história dos povos negros, propagando o enaltecimento de saberes e epistemologias contra-hegemônicas, demonstrando que a potência que é inerente ao ato de estar no mundo (JORGE, 2023, p. 36) e assim, essas lideranças avançam nas transformações de seus territórios e carregam consigo inúmeras histórias de famílias que também avançaram em suas trajetórias, ao mesmo tempo que apoiam tantas outras em suas dores.

Liderar um território, principalmente quando em contexto de favela, com tantos atravessamentos como violências, pobreza, fome e outras características com os caracterizam como “vulneráveis”, não é uma tarefa fácil, principalmente, quando o espaço possui outros agentes em lugares de poder, como o tráfico de drogas, que muitas vezes, cerceia o direito de circular no território e Ana Márcia circula por esses espaços com liberdade e diplomacia, realizando seu trabalho e vencendo diariamente os desafios impostos pela falta de recursos e por outros problemas conjunturais tão presentes no cotidiano dos moradores do Morro do Borel.

No caso da Ana Márcia, percebo uma mulher que busca exercer seu empoderamento na prática, agindo, segundo Joyce Berth bem coloca, para a reestruturação social a partir dos grupos minoritários, tendo em vista o locus social e as experiências que dele emergem (BERTH, 2020, p. 64). A luta incessante da Ana Márcia é uma busca por uma estruturação de uma política de bem viver no território e isso se dá de maneira desafiadora, pois esbarra já desde o início, na barreira dos recursos, construindo uma ideia forte de risco quanto à inconsistência do projeto.

As percepções obtidas através da minha imersão na Lavanderia Comunitária do Borel me possibilitaram participar, em outubro de 2023, em Brasília, de uma consultoria, no qual atuei na dinamização de um encontro com mais de 80 mulheres, lideranças negras de diversos movimentos sociais representando todos os Estados brasileiros, onde percebi que as mesmas dificuldades enfrentadas pela Ana Márcia, se repetem em outras regiões onde há pouco ou nenhum investimento social externo, mas com lideranças negras ativas e ativistas em seus territórios.

Nesse encontro atuei como mediadora, sistematizadora e palestrante, elencando as premissas para a construção das diretrizes da primeira Oficina de Consulta Participativa para o Empoderamento Socioeconômico das Mulheres Negras. O objetivo desse encontro era a construção, através de uma escuta participativa, de um edital com recursos de 12 milhões de reais voltados ao fortalecimento de projetos sociais em territórios vulneráveis. Nesse encontro,

estiveram presentes lideranças de todos os territórios do Brasil, representando a sociedade civil, os movimentos sociais, sindicatos, grupos e coletivos. O governo foi representado pelos Ministério da Igualdade Racial, Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Trabalho, Emprego e Renda, Ministério das Mulheres, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática e o grupo de afinidade étnico-racial do Banco do Brasil. Nesse evento, foram realizados debates técnicos, grupos focais, palestras e momentos de escuta que subsidiaram a elaboração do edital de chamamento público de projetos sociais voltados ao fortalecimento de organizações socioprodutivas de mulheres negras.

Dentre alguns questionamentos apresentados, as lideranças informaram sobre as dificuldades de conexão nos territórios mais remotos, seja pela falta de energia elétrica para ligar um computador, por exemplo, ou pela falta de conexão com a internet. Nesses territórios, há ainda uma demora na divulgação de editais pelos veículos de comunicação locais, o que implica no desconhecimento das oportunidades ou no atraso da ciência sobre o edital e consequente redução do prazo para a elaboração das propostas e, nos casos mais críticos, na perda do prazo de inscrição.

Houve também o relato sobre as exigências muito técnicas na prestação de contas que impactam financeiramente as organizações com o custo de contratação de especialistas que muitas vezes nem residem nos territórios e no impacto financeiro de só poderem comprar insumos e equipamentos com organizações totalmente legalizadas, que são justamente as mais distantes, sem que haja estímulo ao comércio local e gerando o encarecimento dos custos com logística. As lideranças encontram grande dificuldade na gestão de projetos e captação de recursos com tantos critérios e na linguagem rebuscada dos editais, que prejudica a compreensão pelos grupos com mais dificuldades técnicas para a submissão de projetos.

Essas organizações não possuem, em sua maioria, um setor de captação de recursos. Algumas sequer possuem CNPJ por falta de recursos, dificuldades que fazem parte do cotidiano das lideranças comunitárias, principalmente após a pandemia, quando muitas empresas deixaram de investir em territórios alegando maior interesse na Responsabilidade Social Corporativa e nas metas de sustentabilidade internas. Tudo isso atrapalha a continuidade dos projetos de base comunitária e apresenta contextos desafiadores para a captação de recursos. Foram feitas inúmeras sugestões pelas participantes, como a estratégia de premiações, e de financiamento de organizações catalisadoras e também a produção de um mapa das organizações nos territórios, de forma que se construiu um importante guia orientador das demandas das lideranças negras e muitos desses desafios também são vivenciados pela Ana

Márcia na busca incansável por recursos para o funcionamento, reforçando que as dificuldades que afetam as regiões remotas também afetam as mobilizações em contextos de favelas nos centros urbanos.

Em 2023, foi publicado um edital de financiamento de lavanderias públicas, promovido pelo Ministério das Mulheres⁴, para o fomento de recursos para a estruturação, aquisição de insumos e capacitação de mulheres que utilizam esses espaços no Brasil. Porém, o recurso foi disponibilizado para prefeituras e não para organizações comunitárias, excluindo a possibilidade de participação de organizações em contexto de favelas. De toda forma, foi interessante perceber que as lavanderias comunitárias (ou lavanderias públicas, quando instaladas em equipamentos municipais), são consideradas como uma política pública de cuidado e que apresenta também uma abrangência formativa para as mulheres. Nesse contexto, os recursos do edital seriam destinados ao financiamento de políticas de cuidado em equipamentos públicos. O que não é uma realidade dos centros urbanos e que afeta diretamente a oportunidade de captação por projetos como o da Ana Márcia. “A replicação dessa iniciativa em outras favelas é necessária e urgente e deveria também ser incentivada pelo governo”, diz Ana Márcia ao lamentar não atender aos critérios para concorrer ao edital.

No contato com empresas privadas com a esperança de captar recursos para ampliar o serviço da Lavanderia, foram feitas tentativas de contato com o ramo como OMO, Limpol e Unilever. Foram recebidos alguns retornos e também uma mobilização virtual, num depoimento na rede social Instagram que gerou uma grande mobilização de leitores marcando a marca Bombril num comentário postado durante as Olimpíadas. Ao todo, foram mais de 50 comentários marcando a empresa, que não respondeu. Essas dificuldades geram uma frustração da Ana Márcia e um entendimento de que o projeto, apesar de tão importante e tão presente na comunidade, não atrai o interesse do empresariado.

Essa frustração gera importantes avaliações sobre a condução do projeto, as relações e as formas como as estratégias de captação de recurso têm sido conduzidas e geram também algumas soluções, como uma reunião que ocorrerá em breve com as mulheres lideranças das favelas da Grande Tijuca interessadas em conhecer e replicar a metodologia. Houve o retorno de quatro comunidades interessadas e a expectativa é que uma rede de favelas tenha mais força

⁴ Ministério das Mulheres: Edital de Fortalecimento de Lavanderias Públicas. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/editais-1/2023/edital-no-02-2023-estruturacao-de-lavanderias-publicas-com-atividades-formativas-nas-tematicas-de-economia-feminista-e-divisao-sexual-do-trabalho/edital.pdf> - último acesso: 20/03/2025.

na captação de recursos e consiga contribuir para que outras mulheres em outras favelas da região tenham acesso ao mesmo projeto.

Os desafios impostos pela dificuldade no angariamento de recursos oriundos de investimento social atrasam a formalização da Lavanderia e dificultam a replicabilidade do projeto para outros territórios. Mas ao mesmo tempo apontam para soluções no interior da própria comunidade, uma vez que são moradores que garantem o funcionamento através do voluntariado e de soluções criativas para o conserto e manutenção. Para as empresas que gastam muito recurso com pesquisas diagnósticas e de impacto, a Lavanderia Comunitária apresenta uma resposta objetiva sobre o que é demandado pela comunidade e chama muito a atenção que projetos como esse, tão representativos nas favelas, ainda recebam pouco apoio das organizações de fomento e investimento social, o que mostra que a democracia hegemonicamente pensada pela sociedade é diferente daquela demandada pelos grupos sociais em situação de vulnerabilidade (IPAD, 2022, p. 24).

2.2. As estratégias de comunicação comunitária

A comunicação é outra ferramenta poderosa e saber como ela se dá no território nos ajuda a compreender as dinâmicas de mobilização e engajamento dos moradores. O sucesso de uma liderança comunitária em seu trabalho de articulação depende muito da forma como se comunica com as pessoas e o quanto elas podem ser conectadas às lutas por direitos.

A utilização do aplicativo WhatsApp como um recurso para a mobilização dos moradores do Morro do Borel favorece a comunicação em escala no território e possibilita a construção de um ambiente de escuta com uma vantagem diferente daquela utilizada pelos líderes comunitários da década de 1950. Naquela época, os moradores utilizaram caixas de som, ligadas na parte central da favela e que espalhavam os anúncios, músicas e as mensagens das lideranças do território. Posteriormente, esse sistema se transformou na "Rádio Cipó", uma das primeiras rádios comunitárias, ecoando as mensagens importantes, músicas e orientações sobre os encaminhamentos da luta pelo direito ao território (GOMES, 1980).

As imagens coletadas em tempo real e as mensagens de voz enviadas no grupo da Lavanderia garantem mais interação e participação no diálogo, possibilitando um ambiente inclusivo e com maior pertencimento.

As lideranças comunitárias utilizam os recursos disponíveis nos territórios e aqueles mais eficientes para alcançar os moradores. Pela facilidade e disponibilidade na utilização e na aquisição deste recurso e pela possibilidade de utilização da oralidade nas mensagens de voz, o

aplicativo se transformou numa importante ferramenta de comunicação e diálogo entre moradores de favelas e lideranças comunitárias, através da transmissão de oralidades, do compartilhamento de saberes, que se deram através da gestão da Lavanderia Comunitária do Borel. Nessas mensagens, as moradoras combinam os dias, horários e tempos de uso, histórias cotidianas e divulgação de projetos e serviços.

A conexão de mulheres, em sua maioria negras, ativistas sociais, que se apropriaram da gestão das tecnologias sociais em seus territórios, articuladas através de aplicativos populares como WhatsApp, Instagram e Facebook, viabilizam questões relacionadas à gestão e à logística através de ferramentas de comunicação em seus territórios. Isso torna possível uma gestão mais rápida, coletiva e com participação de mais pessoas.

As tecnologias sociais são uma importante estratégia para o desenvolvimento territorial que atendem à necessidade da população para a superação da pobreza e das desigualdades. São também um grande motivador para o engajamento de mulheres, em especial, aquelas com pouca escolaridade, pois são ferramentas adaptadas à oralidade, que facilitam a comunicação.

Somam-se a essas questões o fato de terem baixo custo, facilidade de implementação e grande capilarização nos territórios. Tudo isso contribui para uma ressignificação do fazer social, cuja ação coletiva é orientada em função do todo, porém, sem perder o foco na gestão/governança comunitária.

A comunicação através desse aplicativo também possibilita liberdade de poderem compartilhar seus saberes, a seu modo, tendo construído um espaço de escuta e de fala importante em suas comunidades. Não sendo mais secundarizadas (Gonzalez, 2020, p. 219), sendo elas as responsáveis por suas posições de identidade, solidariedade e fidelidade – fundamental para a produção de ações transformadoras.

De acordo com Gonçalves (2022), dentre os aplicativos de troca de mensagens, o WhatsApp é o mais popular do Brasil, estando presente na tela inicial de mais da metade das pessoas que utilizam smartphone. Essa popularidade foi observada na forma como as moradoras dialogam em conversas quase que simultâneas sobre a gestão do projeto em seus territórios. Há muito mais rapidez no compartilhamento de informações que transborda até mesmo o tempo de aplicação de uma pesquisa formal e identifica, quase que em tempo real, as demandas dos moradores e acelera a tomada de decisões. Além disso, destaca os pontos de atenção e as oportunidades de atendimento preferencial de famílias com maior necessidade, oferecendo dados quantitativos e qualitativos simultaneamente.

Essa conexão espaço-temporal modifica a forma como os moradores percebem as questões sociais, amplifica as possibilidades de diálogo e amplia as possibilidades de

participação social. Para além disso, nota-se uma grande aproximação e apropriação entre as participantes e os beneficiários do projeto, pois o aplicativo possibilita “encurtar distâncias” e agilizar as ações do coletivo.

Os usos sociais desse aplicativo refletem os impactos sociais das transformações tecnológicas vividas no cotidiano e ressignificam processos e fluxos operacionais e práticas sociais. Dessa forma, surgem duas questões importantes a observar sobre a utilização do WhatsApp como uma ferramenta para transformação e ativismo social:

- 1) a construção de grupos de diálogo e as interações sociais estabelecidas através da comunicação mediada por dispositivos móveis nos grupos, que resultam numa nova dinâmica de participação social e;
- 2) a visibilidade de grupos até então secundarizados (GONZALEZ, 2020) no tocante ao fazer comunitário e que constroem novos espaços de gestão e atuação social mediados por dispositivos móveis.

O WhatsApp é também uma ferramenta de comunicação que opera facilmente com a escassez de recursos tecnológicos ou com uma rede de dados insuficiente e inconstante. Mesmo com um aparelho android com poucos recursos é possível receber e enviar mensagens, que não são taxadas, como são os torpedos, pois utilizam a conexão com a Internet. O uso desse aplicativo já faz parte das configurações mínimas dos pacotes de dados, mesmo os pré-pagos. E basta uma conexão, ainda que instável e rápida para baixar e encaminhar informações. Nas favelas, de acordo com Julião (2021), cerca de 43% dos lares ou não têm internet ou possuem uma conexão ineficiente. E o aplicativo garante uma conexão mínima viável para esses moradores.

Por sua aplicabilidade e pela possibilidade de utilizar diversos recursos offline, também é possível preparar as comunicações para enviá-las quando houver conexão. Por esse motivo, foi muito utilizado durante o isolamento social, como uma ferramenta de diálogo entre as escolas públicas, setores de saúde e outros agentes, garantindo uma atuação/comunicabilidade mínima nos territórios mais vulneráveis durante a pandemia (Bitencourt, 2021), para pessoas que não tem conexão com a internet todos os dias e em suas residências. Vale destacar a ausência do Estado na criação e aplicação de políticas públicas e sociais emergenciais de conectividade, que ampliasse os canais de participação e fornecesse recursos para o acesso à informação da população nos dois últimos anos. Dadas essas informações, percebe-se o motivo

pelo qual esta ferramenta se tornou numa das mais importantes na comunicação e na transmissão de informações.

Durante alguns meses, participei de alguns grupos comunitários de projetos sociais, incluindo projetos no Morro do Borel, junto com a Ana Márcia e pude observar como se dá a gestão de projetos nesses ambientes virtuais. A liderança se mantém no ambiente virtual através da função de “Administrador” e das opções de trancar conversas, adicionar ou remover pessoas. As conversas diárias ocorrem sempre em torno da dinâmica dos projetos, com muitas dúvidas, imagens e áudios comentando também a divulgação de outras ações no território, como a doação de cestas básicas, atendimentos nos equipamentos públicos, doação de roupas e outros assuntos. Numa de minhas últimas tarefas, produzi alguns flyers sobre o uso da lavanderia que foram disponibilizados no WhatsApp, Instagram e no espaço, divulgando as regras de uso.

2.3. O sonho da Ana Márcia e o imaginário futuro de sua atuação: A Fábrica de Sabão do Borel

Atualmente, Ana Márcia possui um sonho: implantar a Fábrica de Sabão do Borel. Um projeto que amplia o acesso das mulheres a produtos de limpeza, através da produção guiada por saberes ancestrais e que amplia a atuação da Lavanderia Comunitária para a questões relacionadas tanto à sustentabilidade financeira do projeto, quanto para a sustentabilidade ambiental do território, no tocante ao uso de ervas e o reaproveitamento de óleo de cozinha pelas moradoras.

Os sonhos da Ana Márcia tecem importantes redes e são compartilhados por diferentes grupos de mulheres que já formam uma fila de espera para participar desse momento tão esperado. A demanda pela produção de sabão num projeto de grande interesse na comunidade Indiana, em que os moradores agora buscam juntar os insumos para a produção de uma fábrica de sabão para a comunidade, que possa vender produtos de limpeza a preços de custo, garantindo o acesso a todos. Esta iniciativa ainda não teve início pois demanda um recurso inicial de aquisição de materiais e insumos e equipamentos de segurança para a manipulação da soda cáustica.

Um tema importante na construção do tempo nos projetos sociais é justamente pensar qual o futuro do projeto que está em andamento agora? Essa é uma questão que a Ana Márcia pensa e valoriza bastante.

Numa conversa sobre o futuro, ela apresenta inúmeras possibilidades e sonhos, que projetam a ampliação do seu legado, sempre nutrida das demandas da comunidade e sempre

percebendo novas possibilidades de atuação. Visionária, expõe sua expectativa nas futuras conquistas para o território, como o saneamento básico ofertado a todos os moradores e o acesso às políticas públicas. A cada doação, a esperança de continuidade do projeto se renova e os sonhos são compartilhados com as usuárias. Em uma das visitas, ouvi de uma delas: “sonhei que a Lavanderia estava toda reformada e com máquinas novinhas”. Um sonho que também me encheu de esperança, pois tenho somado a essa luta, enviando e-mails e buscando formas de captação de novos equipamentos, produtos de limpeza e roupas.

Recentemente, Ana Márcia recebeu uma bolsa para cursar Serviço Social na universidade e está muito entusiasmada sobre a possibilidade de sua filha conseguir uma bolsa no mesmo curso, já pensando na possibilidade de gerar uma continuidade na liderança do projeto em sua família. Sua filha, Ana Júlia, já a acompanha nos processos de gestão e mobilização da comunidade e a apoia na gestão da Lavanderia. Os sonhos são compartilhados no coletivo.

2.4. As preocupações de Ana Júlia, filha da Ana Márcia

Ao conversar com sua filha, no entanto, percebo uma preocupação: Ana Júlia quer aposentar a mãe e sonha em fazer faculdade para conseguir um bom emprego para mantê-la. Atualmente, ela é trancista, formada em um curso de tranças que sua mãe trouxe para a favela do Borel.

Ana Júlia entende que já houve uma grande dedicação à comunidade e que sua mãe está sobrecarregada. Segundo ela, Ana Márcia está bastante afetada pelo trabalho de cuidar e precisa descansar um pouco. E relata sobre o quadro de saúde de sua mãe: cardíaca, que fez recentemente um cateterismo, fragilizada por outros problemas de saúde e, atualmente, tem desmaios em alguns momentos do dia. Ana Júlia, que é sua parceira nos projetos sociais, acredita que há uma dedicação que compromete a saúde da mãe e uma entrega que a esgota.

O desgaste de lideranças comunitárias é um fenômeno crescente que ocorre devido a diversos fatores, como a sobrecarga de responsabilidades, a falta de apoio institucional e o desgaste emocional causado pela constante necessidade de lidar com conflitos e problemas estruturais nas comunidades. Muitas vezes, essas lideranças assumem funções que vão além das suas capacidades individuais, o que resulta em estresse, exaustão física e psicológica.

Vale destacar que desde 2020, Ana Márcia atua com um grupo de lideranças mais restrito, após um desentendimento por conta da polarização entre eleitores e a ascensão do bolsonarismo. A ausência de uma rede de apoio para ela, seja por parte de outras lideranças ou

de instituições públicas e privadas, agrava ainda mais esse cenário. Em alguns momentos, a vejo sozinha, tomando todas as decisões e agindo em todas as frentes. Tudo isso, somado às constantes demandas da comunidade, aliada à falta de recursos para implementar mudanças significativas, pode levar ao esgotamento emocional e à desilusão das lideranças, enfraquecendo o movimento comunitário e comprometendo a continuidade de ações coletivas (FERREIRA, 2020).

As dificuldades na realização do trabalho, a falta de recursos, as constantes preocupações com a continuidade do projeto e a falta de reconhecimento das contribuições dessas lideranças também são fatores que alimentam o desgaste. Em muitas situações, as lideranças comunitárias trabalham de forma voluntária ou recebem uma remuneração muito abaixo das exigências e responsabilidades do cargo, o que gera uma desmotivação constante. Essa falta de valorização institucional e social pode levar as lideranças a se sentirem desamparadas e a questionarem sua função dentro da comunidade. O esgotamento dessas lideranças pode ter consequências graves, como o afastamento de pessoas-chave e a diminuição da eficácia dos projetos sociais, prejudicando o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento comunitário. A revisão das políticas públicas de apoio às lideranças locais se faz urgente para mitigar esses efeitos negativos (YAGIU *et al*, 2021).

Mas Ana Júlia talvez ainda não tenha percebido que possui o mesmo perfil mobilizador de sua mãe. Recentemente, transporte para a comunidade uma grande doação de roupas e de produtos de limpeza para a Lavanderia. Combinei o ponto de encontro com Ana Márcia, mas, por se tratar de um grande volume de doações, foi necessário contar com o apoio de mais pessoas para carregarmos as bolsas. E essa tarefa ficou a cargo de Ana Júlia, que com apenas uma mensagem, conseguiu mobilizar várias pessoas, homens e mulheres que apoiaram no transporte das doações para o interior da comunidade.

Nesse momento percebi que era noite, mas que essas pessoas, próximas à Ana Júlia, se juntaram, ajudaram a separar as roupas dos produtos de limpeza, ajudaram a organizar o que foi entregue e encheram o local, conversando, batendo papo e aproveitando essa oportunidade para ficarem ali, conversando. Há um potencial de mobilização na Ana Júlia, que sua mãe sonha desenvolver.

E Ana Júlia apresenta suas próprias causas. Se identifica como uma mulher negra, gorda, influencer, que utiliza as redes sociais para estimular que outras mulheres como ela assumam sua beleza e se sintam felizes e livres com seus corpos.

2.5 O feminismo negro e a Lavanderia Comunitária do Borel

Ana Márcia se apresenta como uma mulher negra e que está, recentemente, descobrindo sua ancestralidade indígena. Seu relato sobre a situação da mulher negra no Morro do Borel é muito forte e nos leva a refletir sobre a forma como o feminismo negro constrói uma rede importante de lutas, reconhecimento, acolhimento e de compreensão das interseccionalidades que as levaram a agir em tantos movimentos de resistência, incluindo a Lavanderia Comunitária do Borel.

As máquinas de lavar roupas ainda não são uma realidade para toda a população vulnerável (GENTILLI *et al*, 2018) e chegaram ao Brasil por volta de 1960 e trouxeram praticidade e economia de tempo para as tarefas domésticas. Para a atividade comercial da lavagem de roupas, talvez as lavanderias, instaladas mais próximas às residências dos bairros nobres, tenham reduzido a demanda pela lavagem manual. Soma-se a essa proposta de reflexão que as mudanças no vestir, na composição dos tecidos e, mais recentemente, na possibilidade de trabalho híbrido, tenham reduzido ainda mais a demanda por lavagens mais especializadas e manuais.

Fato é que, desde o surgimento das máquinas de lavar, o processo de lavagem das roupas passou a ser realizado no ambiente doméstico, reduzindo a demanda pelo serviço das lavadeiras (que é um dos retratos da geração de renda no período pós abolição). Outra questão é que as lavadeiras se reuniam nas beiras dos rios ou nas fontes e juntas realizavam o processo de lavagem das roupas, gerando importantes diálogos e articulações coletivas e políticas. Com a compreensão de que as máquinas de lavar são itens indispensáveis na linha doméstica e individual, essas duas funções do processo de lavagem de roupa perdem volume.

Gentilli et al. (2018), afirmam que, enquanto bens de consumo, as máquinas de lavar constituem-se em itens básicos para o funcionamento de uma casa em qualquer lugar. São considerados equipamentos de “linha branca”, ou seja, essenciais no trabalho doméstico, porém, destacam os autores que um contingente representativo de famílias pobres brasileiras passou a conhecer as comodidades de seus usos somente na última década e destacam que:

o que para parte da população é um bem de consumo, para os mais pobres é um 'não direito' e um limitante, muitas vezes estrutural, às suas oportunidades de desenvolvimento e à possibilidade de uma vida digna e segura. (GENTILLI *et al.*, p. 56, 2018).

Segundo os autores, houve um crescimento do acesso aos equipamentos domésticos de linha branca entre 2002 e 2015 e que, para além de pensar um comportamento consumista,

representou “melhorias objetivas, liberação de tempo gasto em tarefas domésticas, melhoria na autoestima das famílias e ampliação das possibilidades de acesso a outras oportunidades”. Esse debate, no entanto, apresenta uma outra importante reflexão: quem foram de fato as mulheres beneficiadas com o acesso aos eletrodomésticos de linha branca?

Em 2002, o acesso a refrigerador ou freezer chegava somente a 44,1% dos lares mais pobres. O crescimento nesse segmento foi exponencial, passando para 91,2%. A ampliação da renda e do crédito, a desoneração da linha branca e a chegada do Programa Luz para Todos em territórios sem energia elétrica explicam parte do aumento das aquisições desse bem durável pelas camadas mais pobres. Foi significativa a ampliação de lares no Brasil com máquina de lavar roupa no período de 2002 a 2015, sendo que o maior crescimento ocorreu entre os 5% e os 20% mais pobres. No ano de 2015, constata-se que 18,1% dos domicílios mais pobres contavam com esse bem de consumo, sendo ainda um patamar muito baixo. É uma situação que indica a dificuldade presente das famílias pobres em adquirir um item determinante no uso do tempo dedicado aos afazeres domésticos, principalmente das mulheres. A desigualdade de acesso a bens de consumo entre brancos e negros fica [ainda mais] evidente, e vai além da questão de renda. Analisando a população brasileira em sua totalidade, observamos que enquanto 42 milhões de pessoas brancas residiam em domicílios com máquina de lavar em 2002, entre as famílias de cor negra, eram apenas 15 milhões, mesmo sendo maioria na população. Entre 2002 e 2015, o aumento garantiu que novos 40 milhões de negros e negras alcançassem essa comodidade (GENTILLI *et al.*, p. 59, 2018).

A economia de tempo, virou um lema dos movimentos feministas do século XX, mas deixaram de lado uma outra questão: grande parcela das mulheres, em especial, mulheres negras e periféricas, não tinham acesso à máquina de lavar, assim como fogão a gás, ferro elétrico, liquidificador e outros equipamentos que aceleravam a realização das tarefas domésticas.

Estamos falando aqui de uma diferença entre mulheres brancas adquirindo equipamentos tecnológicos que facilitam a dinâmica cotidiana e mulheres negras que sequer acessavam o fornecimento de energia elétrica, gás, saneamento básico e abastecimento de água. Então, questões relacionadas à economia de tempo, ou a símbolos que remetem a um empoderamento feminino ou a um feminismo pautado no acesso a eletrodomésticos são temas que contribuíram pouco para a dimensão histórica e social nas regiões vulnerabilizadas, onde estão as mulheres negras. González (2020) reflete sobre a falta de percepção das interseccionalidades que alcançam as mulheres negras das Américas, a quem ela chama de “amefricanas” (González, 2020, p. 269), trouxeram atrasos na concepção político-ideológica do movimento feminista.

Há que se considerar, numa reflexão mais aprofundada, que esse imaginário de que a economia de tempo no uso da máquina de lavar roupas ou outro equipamento de uso doméstico, gera, na verdade, uma conveniência para que as mulheres realizem outras tarefas concomitantes e isso não é libertador, pois gera uma sobreposição de tarefas e não uma economia do tempo. Se elas (mulheres negras) não possuem recursos para adquirir equipamentos e estão, em sua

maioria, trabalhando em casas de famílias, trabalham então em múltiplas jornadas, acumulando tarefas na jornada diária do trabalho doméstico nas casas de família e no trabalho doméstico manual/artesanal em suas casas. Então, que economia de tempo é possível elas fazerem em suas próprias casas, quando na verdade chegam esgotadas e ainda iniciam uma nova jornada? Esse tempo não é redirecionado ao descanso, mas sim à realização de múltiplas tarefas pelas mulheres. E esse é o cenário que percebo numa visita à noite na Lavanderia Comunitária do Borel. Um volume maior de mulheres que chegam de seus trabalhos visivelmente exaustas e que ainda vão à lavanderia com seus filhos e filhas lavar roupas e louças.

Nesse aspecto, a Lavanderia Comunitária do Borel, apresenta um diferencial importante, pois traz de volta a coletividade das mulheres na lavagem das roupas, possibilitando encontros onde ocorrem diálogos e formações e oferecem o acesso às máquinas e à água, trazendo junto uma alternativa para o bem viver no território que se aproxima esse contexto de uma resposta do feminismo negro à falta de recursos a que é submetida a população negra. O objetivo da lavanderia não é o lucro, mas sim o acesso e a construção de novas possibilidades de relações sociais territorializadas e étnico-referenciadas.

O feminismo negro é um movimento que surge da interseção entre a luta das mulheres negras por igualdade de gênero e a luta por igualdade racial. Embora o feminismo tenha sido essencial para o avanço dos direitos das mulheres em todo o mundo, muitas mulheres negras se viram marginalizadas nas discussões dominadas por feministas brancas, que frequentemente não reconheciam as especificidades da opressão racial vivida pelas mulheres negras. O feminismo negro é, portanto, uma resposta a essa exclusão e busca enfatizar como a opressão de gênero e a opressão racial se entrelaçam, criando uma realidade única para as mulheres negras.

O feminismo negro surgiu como uma resposta à exclusão das mulheres negras nas discussões feministas tradicionais. Embora o movimento feminista tenha se desenvolvido principalmente nas sociedades ocidentais a partir do século XIX, com destaque para as lutas por direitos de voto e igualdade legal, ele muitas vezes falhou em considerar as questões específicas das mulheres negras. Durante o período da escravidão, mulheres negras já estavam se organizando para resistir à opressão tanto racial quanto de gênero, mas foi no século XX, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, que o feminismo negro se consolidou como um movimento formal.

Uma das figuras pioneiras nesse movimento foi *bell hooks*, autora de livros como *"Ain't I a Woman?"*, publicado em 1981. *hooks* denuncia a falta de consideração das questões raciais dentro do feminismo tradicional e argumenta que a luta das mulheres negras é distinta devido

à experiência da opressão racial e de classe. Ela chama a atenção para as formas específicas de violência que as mulheres negras enfrentam, que envolvem tanto o patriarcado quanto o racismo, e que são frequentemente invisibilizadas.

Ao longo das décadas, diversas autoras negras têm sido fundamentais para o desenvolvimento do feminismo negro. Entre elas, destaca-se Audre Lorde, poetisa, escritora e ativista, que em sua obra destaca a interseção entre as opressões de classe, gênero e raça. Em seu livro *"Sister Outsider"*, Lorde escreve sobre a importância de reconhecer as diversas experiências vividas por mulheres negras, dizendo:

“Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que suas correntes sejam muito diferentes das minhas. ” (LORD, 1984, p. 110)

Essa frase resume a filosofia do feminismo negro, que se baseia na solidariedade e na luta coletiva. Audre Lorde insiste que a emancipação das mulheres negras está ligada à libertação de todas as mulheres, independentemente de sua classe social ou etnia, e que a luta contra o racismo, o sexismo e a homofobia deve ser uma tarefa conjunta.

Lélia Gonzalez foi uma das vozes mais importantes do feminismo negro no Brasil. Em seus escritos e palestras, Gonzalez discutiu a necessidade de um feminismo que se atentasse às questões raciais e à realidade das mulheres negras brasileiras. Em seu livro *"O Lugar da Mulher Negra"*, Gonzalez afirma:

“A mulher negra no Brasil sempre foi relegada a um lugar secundário, mas a partir da luta feminista, ela começa a reivindicar o seu lugar no cenário da história. ” (GONZALEZ, 1984, p. 25)

Gonzalez, assim como outras autoras negras, critica o feminismo tradicional por não incluir as questões específicas da realidade de mulheres negras, e propõe um feminismo que reconhece e valoriza as múltiplas opressões vividas por essas mulheres.

Uma das principais críticas do feminismo negro ao feminismo tradicional está em sua falta de sensibilidade para as interseções de raça, classe e gênero. O feminismo hegemônico, predominante nas sociedades ocidentais, frequentemente se concentra na igualdade de gênero, sem considerar as desigualdades raciais e econômicas que afetam de maneira distinta as mulheres negras.

Kimberlé Crenshaw, teórica jurídica e uma das principais pensadoras do movimento, introduziu o conceito de interseccionalidade para explicar como as diferentes formas de opressão não operam de forma isolada, mas se interconectam e criam experiências únicas para indivíduos que ocupam múltiplas posições de marginalização. Segundo a autora:

“A interseccionalidade revela a complexidade da experiência vivida por mulheres negras e outras mulheres que não podem ser definidas apenas pela opressão de gênero ou pela opressão racial, mas pela combinação de ambos.” (CRENSHAW, 1991, p. 1241)

Para as mulheres negras, a opressão de gênero é frequentemente entrelaçada com a opressão racial, o que as coloca em uma posição de vulnerabilidade e marginalização, muitas vezes ignorada pelos feminismos tradicionais.

No Brasil, o feminismo negro tem suas raízes na luta das mulheres negras contra o racismo e a violência estrutural que permeia a sociedade brasileira. O país, com uma longa história de escravidão e uma sociedade profundamente racializada, enfrenta desafios únicos em relação às mulheres negras, que continuam a ser marginalizadas tanto no movimento feminista quanto nas discussões sociais em geral.

Djamila Ribeiro argumenta que as questões raciais devem ser centrais no debate sobre o feminismo e que a luta das mulheres negras deve ser tratada de maneira independente. Em seu livro *"O Que é Lugar de Fala?"*, Djamila afirma:

"Falar a partir do meu lugar de mulher negra é um convite a que as nossas vozes se tornem visíveis em um cenário onde o silenciamento é constante." (RIBEIRO, 2017, p. 25)

Ribeiro também critica a invisibilidade das mulheres negras na política e na sociedade e propõe um feminismo que respeite a diversidade das experiências de gênero e raça. Ela defende um feminismo que, ao contrário do feminismo tradicional, reconheça as desigualdades estruturais que afetam as mulheres negras de maneira única.

O feminismo negro tem avançado significativamente nas últimas décadas, conquistando espaço nas discussões públicas sobre igualdade de gênero e racismo. No entanto, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. A luta contra a violência policial, a feminização da pobreza e a precariedade do acesso à educação e à saúde são algumas das questões que continuam a afetar as mulheres negras no Brasil e em outras partes do mundo.

Além disso, a resistência do patriarcado e do racismo estrutural não desapareceu. Em várias partes do mundo, as mulheres negras continuam a ser vítimas de violência física, sexual e psicológica em níveis alarmantes. A crítica ao feminismo tradicional continua sendo uma das principais bandeiras do feminismo negro, que reivindica mais protagonismo e mais representatividade em espaços de decisão política e social.

O feminismo negro é um movimento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconheça a interseção entre gênero, raça e classe. Ao longo da história, mulheres negras têm sido as protagonistas de uma luta pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento de suas identidades, muitas vezes invisibilizadas pelos discursos hegemônicos.

O feminismo negro, representado por autoras como bell hooks, Audre Lorde, Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro, tem sido essencial para dar voz a essas mulheres, e sua luta continua a ser uma inspiração para as gerações futuras.

Já há algum tempo, autores têm defendido a utilização de metodologias participativas para a construção do real cenário em favelas, periferias e demais regiões vulnerabilizadas. Nesses processos, contam com o apoio da participação de moradores, por compreenderem que eles são os que possuem as informações corretas e concretas sobre as dinâmicas territoriais. O Diagnóstico Social Participativo do Borel, promovido pelo Ocupa Borel em parceria com o IBASE, utilizou essa metodologia e compartilhou com os moradores os dados censitários e dados secundários da região.

Nas pesquisas a dados secundários⁵, foi possível identificar outras lavanderias comunitárias ou lavanderias públicas, como são chamadas. Nos Estados do Piauí, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em todos esses Estados as lavanderias recebem apoio financeiro de suas prefeituras e estão ligadas, em sua maioria, às secretarias de assistência social ou de desenvolvimento social. A Lavanderia Comunitária do Borel só recebeu até hoje um apoio financeiro, quando em 2020, o ABRICÓ EMAU (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo), ligado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, lançou um edital, durante a pandemia para apoio a projetos comunitários. Nesse edital, Ana Márcia conseguiu captar R\$10.000,00 (dez mil reais), que foram utilizados na alvenaria, aquisição e instalação de máquinas de lavar, pias e a bica, melhorando o sistema improvisado que já possuía em sua porta.

Vale destacar que em 2023, o Ministério das Mulheres lançou um edital inédito de financiamento para prefeituras e estados para a construção de novas lavanderias comunitárias⁶. O projeto de Ana Márcia não atendeu aos requisitos do Edital (espaço físico disponível, documentação e registro do projeto), mas de toda forma, houve grande alegria pelo fato de

⁵ Pesquisa realizada no site Google, pelo link:

https://www.google.com/search?q=lavanderia+publica&sca_esv=49379c0f9d17fa5a&sxsrf=ADLYWIIjSzwDyxR0vyCucSOoTgMGr2hRag:1726443795544&ei=E3HnZtz0IM3S5OUPj9qy-QY&start=10&sa=N&sstk=AagrsuiWqcejLsSFvjOfloxOZMKyW0qBMQ6WxHKHd0ZAwHq4EiQ8zKCIXFsg8tucyEKrNh0nBk0QI3SsSHV-gk727rA9YBXtnMMZEg&ved=2ahUKEwicyqGpkMaIAxVnKbkGHQ-tLG8Q8tMDegQIYRAE&biw=1024&bih=532&dpr=1.88 – Acesso em 13 set. 2024.

⁶ Edital lançado em novembro/23, no link: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/editais-1/2023/edital-no-02-2023-estruturacao-de-lavanderias-publicas-com-atividades-formativas-nas-tematicas-de-economia-feminista-e-divisao-sexual-do-trabalho/edital-de-chamamento-publico-no-02-2023-estruturacao-de-lavanderias-publicas-com-atividades-formativas-nas-tematicas-de-economia-feminista-e-divisao-sexual-do-trabalho> - Acesso em 13 set. 2024.

compreender que sua ideia e a de outras lideranças comunitárias pelo Brasil, se transformaram numa política pública e num programa de governo.

Ao falar sobre a presença de mulheres negras em territórios vulneráveis e suas ações enquanto lideranças comunitárias, identifico a carência de referenciais teóricos, em especial, produzidos por mulheres negras que versem sobre esse assunto associado à intrincada natureza e complexidades desse conceito, que trazem para o debate a necessidade de se construir mais espaço para reflexões, que construam novas percepções sobre a vida das mulheres negras em contexto de favela (Jorge: 2023).

As histórias dessas mulheres, atravessadas por tantas situações já vivenciadas, narram experiências de vida tensionadas por diferentes tipos de opressão e também sobre potências forjadas em experiências e vivências coletivas de resistência que produzem respostas críticas e profundas de solidariedade e organização coletivas que as fazem (re)existir em experiências emancipadoras.

Ao mesmo tempo, encontro nesse estudo, recursos que possibilitam iniciar um diálogo, através da literatura existente, construindo novas perspectivas sobre a presença e a atuação de mulheres negras em favelas.

Na memória de Manuel Gomes (GOMES, 1980), essas mulheres já possuíam uma atuação diferenciada no apoio à luta comunitária de resistência do Morro do Borel, desde a “preparação de quitutes” para as reuniões comunitárias nos dias de articulação, até a formação de cordões humanos com seus filhos para evitar as investidas policiais nos territórios. Da mesma forma que foram responsáveis pelo ensino na pequena escola comunitária criada na comunidade, mas também e principalmente, pelo uso da palavra tanto nas ações de mobilização que eram feitas através da ida de porta em porta nas comunidades para realizar diálogos com os moradores até palavras de decisão junto aos seus pares (maridos), participando ativamente nas tomadas de decisões nos territórios. Ações muitas vezes invisibilizadas frente a outras estratégias de mobilização comunitária, pelo seu caráter orgânico, pelo fazer coletivo, por sua característica mais voltada para a oralidade tão comum nos diálogos cotidianos, mas tão importantes e relevantes no contexto decisório das favelas.

Não se trata apenas de uma visão limitada às perspectivas patriarcais que explicam a divisão social do trabalho, mas da construção de outros potentes mecanismos de inserção e participação das mulheres nas lutas comunitárias, de forma que a força das experiências e das vivências dessas mulheres as posicionavam contra as situações de opressões estruturais que viviam, dando a essas situações significados importantes sobre as múltiplas possibilidades de atuação das mulheres negras no arranjo político territorial, cujas histórias encontram-se

entrelaçadas às histórias de tantas outras mulheres, configurando outras formas de existência, de forma que se torna impossível separar gênero, de raça, classe e território (JORGE, 2023, p. 15).

A esse conceito, Andreza Jorge nomeia como “feminismos favelados”, cunhado na coletividade de mulheres nos territórios, em sua maioria negras, que produzem conhecimentos pautados em filosofias e cosmogonias vistas de dentro da favela, por mulheres que constroem formas (e conhecimentos) capazes de lutar contra as opressões estruturais através da coragem e da resistência, gerando importantes ações de questionamento sobre as condições desumanas de violações de direitos a que são submetidas as pessoas das favelas (JORGE, 2023, p. 15-16). Neste caso, a neutralidade, tão comum e tão recomendada em pesquisas é desconstruída pelo argumento de que a inserção na favela, na vida e nas experiências cotidianas oferecem os elementos necessários à produção decolonial de conhecimento, revelando as assimetrias de classe, raciais, sexuais e territoriais (JORGE, 2023, p. 21-22).

Figura 22: Ana Márcia e a Lavanderia Comunitária do Borel, no Beco do Canal, Indiana.
Fonte: Acervo Ester Bayerl



Capítulo 3

Dados sobre a Tijuca e o Morro do Borel e o debate sobre Racismo Ambiental

Figura 23: Imagem Google Maps 2024 – Entrada da Comunidade Indiana.
Acervo: Priscila Pereira



Em 2022, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o IBASE, realizou um diagnóstico social participativo no Morro do Borel (IBASE, 2022, p. 7)⁷. Esse levantamento foi o desdobramento de uma série de ações pensadas pelo Coletivo Brota na Laje, formado em 2018 por jovens moradores das favelas do bairro Tijuca, indignados e mobilizados contra as incursões policiais na favela.

Dentre os projetos desenvolvidos pelo coletivo, foram pensadas ações de reivindicações de direitos dos familiares dos 4 jovens negros, mortos na chacina do Borel, em 2003⁸ e que viram em 2018, os policiais acusados serem absolvidos, causando grande revolta e mobilização junto aos moradores da região. Desde então, outras ações foram realizadas como o “Ocupa Borel” e o projeto “Cidadania Ativa” que propôs o levantamento dos dados que serão apresentados a seguir.

Vale reforçar que no histórico de lutas sociais do Morro do Borel, a favela se destaca como sendo uma região de onde surgiram importantes movimentos, projetos sociais e militantes de grande projeção no cenário político e social do Rio de Janeiro. O Borel, historicamente, é uma favela que reage e resiste às desigualdades e revela de forma ousada a segregação social e

⁷ Relatório obtido através do projeto Brota na Laje, realizado pelo IBASE, disponível na íntegra no site: Diagnóstico social participativo do Complexo do Borel / coordenação Manuela Amaral. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Ibase : Brota na Laje, 2022. -- último acesso: 05 set. 2024.

⁸ Informações sobre a Chacina do Borel, em que 4 jovens foram mortos por policiais, disponível em: <https://ponte.org/novo-juri-popular-absolve-pm-acusados-pela-chacina-do-borel-no-rio/> Último acesso: 05 set.2024.

a estrutura desigual no Bairro Tijuca. Talvez esse seja um dos dados mais importantes a saber sobre o Morro do Borel: um lugar propício ao surgimento de ações e pessoas transformadoras. Dentre as mobilizações que se destacam, as mulheres foram as que resistiram às incursões policiais e ações de remoção, formando corredores humanos que impediram a passagem da polícia. Da mesma forma, evitaram a prisão de lideranças comunitárias durante a década de 1980. Formaram movimentos de mobilização de mulheres para cursos de alfabetização. Nessa comunidade, também houve a projeção da vereadora Mônica Francisco, do PSOL, eleita em 2018 como deputada estadual (IBASE, 2022).

No projeto Cidadania Ativa, os dados foram obtidos de forma participativa pelos moradores, engajados e atuantes em todas as etapas da pesquisa e visavam identificar as potencialidades, os desafios e as características organizativas do território. O diagnóstico contou com etapas de levantamento de dados secundários, questionários semiestruturados e etapas de validação com moradores e lideranças sobre as informações obtidas para a construção de um documento que apresentou uma fotografia original dessa favela.

A construção do relatório data dos anos 2021 e 2022, período recente e pós-pandêmico, e apresenta não somente um registro do Morro do Borel, mas do bairro Tijuca. O que se constatou a partir da pesquisa foi a imagem de que o Morro do Borel mudou sua percepção a partir do diagnóstico, passando a ser compreendido como o Complexo do Borel - uma região que passava por situações constantes de violações de direitos. Transformando esse documento numa importante ferramenta de direcionamento de ações e políticas públicas, no registro formal dessas violações e na produção de uma percepção coletiva entre moradores e lideranças e na construção de uma percepção objetiva entre os moradores sobre as realidades e polarizações vividas no território.

O Complexo do Borel é formado pelas subcomunidades Indiana, Chácara do Céu, Casa Branca e Borel e está situado próximo ao sub-bairro da Usina, na subida para o Alto da Boa Vista e para a Floresta da Tijuca. Tem como limites principais as ruas São Miguel (que conecta a favela ao Maracanã) e Conde de Bonfim (que conecta a favela à Saens Pena e ao Alto da Boa Vista).

De acordo com as informações fornecidas pelo IBASE, atualmente, residem no Complexo do Borel, 12.512 moradores, sendo 52,7% mulheres. Indiana é a menor subcomunidade, com 887 moradores, sendo 53,6% mulheres e um total de 315 domicílios. Os dados acima foram informados pelo IBGE em 2010. Vale ressaltar que, à época do diagnóstico participativo do Morro do Borel (2022), os moradores questionaram a informação do IBGE e afirmam que atualmente, há cerca de 20.000 moradores (IBASE, 2022, p. 26).

O SABREN - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda-, apresenta os dados sobre moradias em favelas e regiões periféricas, sendo 3.093 domicílios existentes no Morro do Borel, dentre os quais 34% (1.062 domicílios) não possuem abastecimento de água regular da rede geral. E 41% (1.286 domicílios) não possuem acesso à rede de saneamento básico. Ou seja, cerca de $\frac{1}{3}$ da população do Morro do Borel ainda não foi alcançada pela universalização do saneamento básico. O sistema também informa que 30% dos moradores (928 domicílios), não possuem acesso regular ao fornecimento de energia elétrica. As mulheres são as principais provedoras das casas e responsáveis pelos domicílios e a maioria recebe até 3 salários mínimos. Sendo que a renda média para as mulheres é menor que a dos homens (R\$564,85 para mulheres e R\$804,19). Já o total de moradores é inferior ao informado pela população ao IBASE e conta com 7.847 moradores, sendo a maioria mulheres - esta última informação ainda baseada no Censo de 2010⁹.

Dentre os problemas elencados pelos moradores no Diagnóstico Participativo do Morro do Borel:

- O problema da segurança pública é a própria Segurança Pública: muitas incursões policiais, violência contra os moradores, toques de recolher e proibições de manifestações culturais no interior da comunidade;
- Péssimas condições de saneamento básico em seus 4 componentes: abastecimento de água potável inexistente em algumas regiões e sub comunidades, esgotamento sanitário inexistente também em algumas subcomunidades, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas;
- Precariedade das moradias próximas ao Rio Maracanã, marcadas também pelo despejo direto de esgoto *in natura* no rio.

3.1. A questão do Saneamento Básico no Morro do Borel

Outras contribuições são apresentadas pelas usuárias da Lavanderia Comunitária do Borel, oferecendo apontamentos precisos sobre os cenários de dificuldade no território: na

⁹ Dados disponíveis no SABREN - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda - que é um hub que reúne e disponibiliza dados e informações sobre os assentamentos de baixa renda da Cidade do Rio de Janeiro. Ele é coordenado e mantido pela Coordenadoria Técnica de Informações da Cidade (CTIC), do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Os dados sobre os domicílios informados foram baseados nos dados preliminares divulgados pelo setor censitário do IBGE em 2024. Já os dados sobre a população, ainda não foram atualizados e se baseiam no Censo de 2010. Disponível em: <https://sabren-pcrj.hub.arcgis.com/pages/favelabusca>

imagem abaixo, é possível perceber visivelmente a turbidez da água que é separada apenas pelo muro da Rua do Canal. Essa água era utilizada até para o preparo dos alimentos e representa um risco à saúde das famílias.

Figuras 24, 25 e 26: Rio Maracanã e Lavanderia Comunitária do Borel 2022. Acervo: Ester Bayerl



A percepção de que havia um problema na região e a sensibilidade de promover uma solução apontam para um caminho importante, trazendo à tona a luta por direitos e acessos em contextos urbanos principalmente no interior de favelas e regiões vulnerabilizadas, onde há pouca inserção do Estado na oferta de políticas públicas e na concretização dos direitos essenciais, como a universalização do saneamento básico, cujo marco legal, estabelecido pela Lei Federal 14.026/2020 estabelece metas para que, até 2033, 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% à coleta e tratamento de esgoto¹⁰. De acordo com os dados do SABREN, no Morro do Borel ainda temos 66% dos moradores possuem acesso ao abastecimento de água e 59% ao esgoto. Ou seja, qual será o plano apresentado pelo setor público para alcançar a meta estabelecida?

Ampliando o debate para o acesso aos direitos, o conceito de saneamento básico, segundo o SINISA, possui 4 componentes, a saber:

A Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020, define saneamento básico como o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. A prestação dos serviços é orientada pela visão integrada dos quatro componentes e sua articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate à pobreza e de sua erradicação, proteção ambiental, promoção da saúde,

¹⁰ Lei Federal 14.026/2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#:~:text=%E2%80%9CEstabelece%20as%20diretrizes%20nacionais%20para,Art. Último acesso: 05/09/2024.

recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida para as quais o saneamento básico seja fator determinante (SINISA, 2021, p. 6)¹¹.

Observando as dinâmicas cotidianas das mulheres atendidas pela Lavanderia, percebe-se que não há, nesse território, o fornecimento integrado de todos os serviços públicos que compõem o saneamento básico. Essa percepção é importante porque faz parte da proposta do governo federal, de criar espaços de participação da população, de forma que contribuam com seus relatos objetivos e reais sobre os territórios. No entanto, mesmo tendo presentes todos os componentes do saneamento básico, ele ainda não alcança os domicílios em sua totalidade.

No Diagnóstico Geral realizado pelo SINISA (SINISA, 2021), há um conceito que amplia complexidade e a dinâmica do saneamento básico, chamado de “perda de água”. Esse termo, disseminado pelo governo federal, mas também conhecido popularmente como as “ligações clandestinas”, se referem, à perda aparente, ou seja, à água consumida que não é contabilizada (cobrada) pelo governo ou pelas empresas concessionárias ou consorciadas (SINISA, 2021, p. 38). Esse conceito de perda de água é utilizado pelas empresas como um argumento no combate aos “gatos” de água, ou “ligações clandestinas”. Mas não há ainda um indicador que analise as dificuldades dos moradores e que considere aspectos interseccionais como o racismo ambiental, ou metas claras e compartilhadas com as lideranças dos territórios que acompanhem a evolução do abastecimento de água e do saneamento básico nos domicílios.

No dia 20 de março, entidades defensoras da água como direito humano realizaram um protesto em frente à sede da empresa Águas do Rio, no Armazém 2 da Zona Portuária do Rio, como parte das atividades da Semana da Água, que culminaram no Dia Mundial da Água, 22 de março. O ato criticou o processo de privatização da distribuição de água no Rio de Janeiro, especialmente a concessão à Águas do Rio, e se alinhou à mobilização popular e parlamentar que busca barrar a continuação desse modelo. A privatização da Cedae foi apressada durante a pandemia de Covid-19, permitindo que a empresa se beneficiasse de financiamento público. Desde então, a população enfrenta abusos tarifários, desabastecimento, cobranças indevidas e falhas técnicas, como a falta d'água durante o verão e problemas com o esgoto nas chuvas, aumentando o risco de doenças.

Figura 27: Mobilização

Fonte: ENSP - FIOCRUZ.

¹¹ Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto Visão Geral 2021 – Disponível em: file:///C:/Users/55219/Downloads/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2021.pdf. Último acesso: 05/09/2024.



Nas falas cotidianas, o termo utilizado pelas moradoras é que a “falta de saneamento” gera a necessidade de garantir o acesso ao abastecimento de água de alguma forma. Afinal, trata-se de um direito essencial. Sem acesso à oferta formal de abastecimento de água, sem poderem utilizar o Rio Maracanã e sem nenhuma ação emergencial do governo, a oportunidade de garantir abastecimento às pessoas vem de fontes informais de água como poços, nascentes e água da chuva armazenada em cisternas.

A Universalização do Saneamento Básico é um direito assegurado pela Constituição e é essencial para a saúde da população e para o meio-ambiente. No entanto, a existência dessas famílias nessa região é garantida não pelo acesso, mas pela perda de água. Na perda há a capacidade de abastecer a tantas famílias. O que não ocorre na rede formal. Destacando que o imprevisto é uma ciência e também uma agência que sustenta o fornecimento de água para boa parte de uma comunidade.

Ainda de acordo com a SINISA, o Brasil tem uma média diária de consumo de água de 152,1 litros por habitante. No Rio de Janeiro, a média de consumo sobe para 173,5 litros por habitante (SINISA, 2021, p. 37). Mas para o público de mulheres que utilizam a Lavanderia Comunitária do Borel, o consumo diário por habitante pode ser ainda menor e, de acordo com algumas falas, nenhum, a não ser a água vinda da Lavanderia. Esse não é um problema apenas

do Morro do Borel, mas de muitas favelas, o que torna urgente a realização de um acompanhamento do fornecimento de água enquanto política pública, com indicadores que alcancem e exponham a realidade dos territórios.

3.2 A relação entre a Lavanderia Comunitária do Borel e o conceito de Racismo Ambiental

O racismo ambiental refere-se à forma como as populações negras e periféricas são desproporcionalmente afetadas por danos ambientais e políticas públicas negligentes, resultantes de um histórico de exclusão social e territorial. Nas favelas, especialmente nas áreas urbanas periféricas das grandes cidades brasileiras, as comunidades negras enfrentam condições ambientais adversas, como a falta de saneamento básico, a poluição do ar e da água, e a ocupação de áreas de risco, como encostas e áreas inundáveis. Esse tipo de racismo é estruturado pela desigualdade social e racial, que perpetua a segregação espacial e o abandono das favelas, que muitas vezes são vistas como territórios descartáveis pela sociedade. Há favelas que enfrentam, frequentemente, enchentes e deslizamentos de terra, resultado da precariedade das infraestruturas urbanas, enquanto as áreas mais ricas da cidade recebem atenção adequada em termos de infraestrutura e saneamento (SANTOS, 2006). Situações pelas quais já passou o Morro do Borel, quando em 1999 houve um grande deslizamento de terras e frequentemente, há inundações por causa das fortes chuvas que têm atingido a cidade.

Além disso, o racismo ambiental nas favelas está diretamente relacionado à falta de políticas públicas eficazes voltadas para o bem-estar dessas populações. As questões de acesso à água potável, tratamento de esgoto e o impacto das mudanças climáticas são exacerbadas pela falta de investimentos e de uma visão igualitária do desenvolvimento urbano. Em várias favelas, as condições de habitação precárias, como o uso de materiais improvisados para construção e a falta de planejamento urbano, tornam as comunidades mais vulneráveis a catástrofes naturais e doenças. Essas questões revelam um ciclo de exclusão, onde os impactos ambientais são mais severos nas comunidades onde há maior concentração de pessoas negras e vulneráveis. A luta por justiça ambiental, portanto, também se insere no contexto do movimento negro, que busca equidade no acesso a recursos naturais e melhores condições de vida (CARNEIRO, 2003).

O debate sobre meio ambiente e sustentabilidade é antigo dentro das favelas. De acordo com a matéria do site Agência de Notícias das Favelas, Verling (2020), afirma que a percepção de sustentabilidade está presente há muito tempo no cotidiano dos moradores e que as práticas sustentáveis marcam a existência e o modo de vida das pessoas. De fato, desde o surgimento

do Morro do Borel, em 1921, já são observados, pelos moradores, debates e lutas não somente pelo uso da terra, mas também sobre sua preservação e pela proteção das matas.

Esse debate ainda é muito presente no território e faz parte de praticamente todas as conversas durante minhas visitas. Isso porque ainda há um processo na justiça, proposto em 2010 pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para remover a subcomunidade Indiana, alegando que há risco para os moradores de permanecerem nesse espaço. O processo ainda não transitou em julgado e há uma grande sensação de temor e insegurança por parte dos moradores de que, a qualquer momento, possam ser obrigados a deixarem suas casas (IBASE, 2022, p. 30). Segundo Ana Márcia, a Lavanderia Comunitária do Borel é um dos elementos utilizados na defesa, alegando que dentre os fatores de risco elencados pela Prefeitura, um deles foi o da falta de acesso à água limpa e a lavanderia é a contra-argumentação da comunidade, que informa que, dos 315 domicílios da comunidade Indiana (IBASE, 2022, p. 25), cerca de 1/3 é abastecido pela Lavanderia Comunitária do Borel.

Em minha inserção na Lavanderia Comunitária do Borel, através de visitas, reuniões, almoços e outras atividades, pude observar que há importantes contribuições locais sobre questões ambientais e dificuldades no acesso a políticas públicas de saneamento e meio ambiente na região. Isso mostra que a máquina de lavar não é somente uma ferramenta, mas um tema/recurso gerador de grandes questões que ecoam nos encontros das moradoras e nas atividades realizadas em função do uso da máquina de lavar roupas. Há uma constatação de que a realidade desses moradores é marcada pela negligência no abastecimento de água e pela falta de preservação ambiental do Rio Maracanã, mostrando que num bairro com tanta abundância de recursos e serviços, há também a dicotomia entre acesso e escassez.

Lélia González (2022), ao falar sobre a situação da mulher negra no livro *Por um Feminismo Afro Latino-americano*, abordou o tema “divisão racial do espaço”, enquanto uma ação política, historicamente construída e voltada para a exclusão da população negra. Num bairro com o histórico colonial como a Tijuca, evidenciam a existência de uma divisão racial na geografia do bairro e aponta para a existência de conflitos pelo uso da terra em contextos urbanos historicamente construídos (González, 2020, p. 94).

Neste ponto, a indagação sempre presente nos debates e conversas com as moradoras do Morro do Borel remetem à existência de regiões com grande abundância de recursos no mesmo bairro e outras, sem nenhuma visibilidade e apoio social, “cristalizando desigualdades extremas, num processo estruturalmente articulado” (González, 2020, p. 94).

Acervo: Ester Bayerl

Indiana - Borel



As mulheres atendidas pelo projeto reclamam da ausência do poder público no saneamento básico, que faz com que o ambiente de precariedade na região se perpetue por décadas e gerações. Sendo que, tal região está ao lado de centros comerciais, hospitais particulares, escolas de alto padrão, clubes, empresas, grandes condomínios e mansões, onde não há a mesma falta de abastecimento, ausência de saneamento e água encanada.

3.3. O Racismo Ambiental e seu impacto na qualidade da água do Rio Maracanã

A pesquisa por informações sobre a qualidade da água do Rio Maracanã, revelaram o grau de contaminação e o risco que o consumo da água do Rio oferece à população. Nessas análises, foi possível observar as condições do trecho que passa pela comunidade Indiana. Foram encontradas 3 análises, sendo duas publicações em congressos (CBQ 2015¹² e CBQ 2017¹³) e uma dissertação de mestrado, que forneceram informações, imagens e mapas que demarcaram a condição de poluição do Rio Maracanã na altura do Morro do Borel. Isso justifica e sustenta as falas da Ana Márcia e das moradoras e a ação da Ana Márcia, em temer pela saúde dos moradores e criar a Lavanderia Comunitária do Borel.

Como conclusão, afirmaram que:

A análise dos parâmetros ambientais para as águas do Rio Maracanã permitiu constatar o elevado grau de deterioração do mesmo. Nestas condições, estas águas, além de não poderem ser destinadas a qualquer tipo de uso ainda contribuem para aumentar o grau de poluição no Canal do Mangue e, conseqüentemente, na Baía de Guanabara. O objetivo deste trabalho foi alcançado considerando-se a formação dos alunos do curso técnico de Meio Ambiente do IFRJ-RJ, que aprenderam na prática a qualificar as águas de um rio e desenvolver um censo crítico em relação à importância da conservação do meio ambiente (CBQ - Congresso Brasileiro de Química, 2015)¹⁴.

Em 2017, outro estudo foi realizado pelo IFRJ, confirmando o resultado anterior e fornecendo uma imagem importante, que situa os pontos de coleta de materiais para análise, sendo o segundo ponto, no entorno do Morro do Borel. Como resultado, foi afirmado que:

A Figura 1 [abaixo] apresenta os pontos de coleta ao longo do curso do rio Maracanã na cidade do Rio de Janeiro. A Tabela 1 apresenta os resultados obtidos para os nove parâmetros físico-químicos avaliados nas águas do Rio Maracanã em três pontos de coleta. A partir dos resultados da Tabela 1 é possível observar que, com exceção dos valores de OD, os resultados são crescentes

¹² 55º Congresso Brasileiro de Química: <https://www.abq.org.br/cbq/2015/trabalhos/5/8332-18278.html>. Acesso em 30 jul 2024.

¹³ 57º Congresso Brasileiro de Química – 2017 – Resumos disponíveis no site: <https://www.abq.org.br/cbq/2017/trabalhos/5/11676-18278.html> - Acesso em 10 ago 2024.

¹⁴ No Congresso Brasileiro de Química de 2015, os dados apresentados faziam parte de uma disciplina de campo, promovida pelo IFRJ, no Curso Técnico em Meio Ambiente sobre a qualidade da água do Rio Maracanã. O curso tinha o objetivo de desenvolver a aprendizagem das técnicas de determinação dos parâmetros ambientais de caracterização de águas, avaliando assim os impactos desses parâmetros nos cursos d'água. O resultado do estudo foi apresentado no 55º Congresso Brasileiro de Química, realizado em Goiânia, Goiás, foi produzido por 6 pesquisadores e teve como título a "Avaliação da Qualidade das Águas do Rio Maracanã como objeto de estudo da disciplina de Química Analítica Ambiental I do Curso Técnico de Meio Ambiente do IFRJ-Campus Rio De Janeiro" (2015). Com esse trabalho, foram definidos os métodos de análise, considerando os métodos de avaliação da água, dentre eles, a Resolução CINAMA 357. APHA, AWA, WEF e a ABNT (12614 – águas), entre outros. Disponível em: <https://www.abq.org.br/cbq/2015/trabalhos/5/8332-18278.html>.

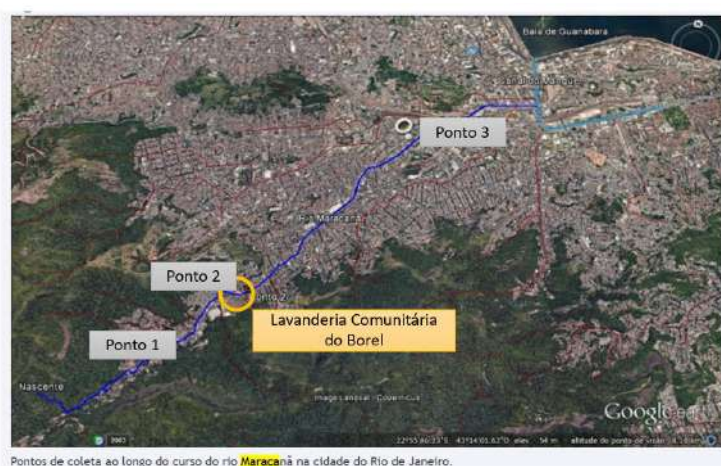
do PONTO1 ao PONTO3, mesma direção do curso do rio a partir da sua nascente. O comportamento do OD foi inverso aos demais, pois a poluição interfere de forma negativa neste parâmetro, ou seja, quanto menor o valor de saturação do OD na água, maior é o consumo do oxigênio presente pelos micro-organismos que promovem a biodegradação de poluentes e, consequentemente, mais impactado está o curso d'água. Para compreender o comprometimento da qualidade das águas do rio Maracanã fez-se uma comparação dos resultados com a CONAMA 357 (2005) para a classificação das águas doces superficiais, que vão de Classe 1, para os fins mais nobres e melhor qualidade até a Classe 4 para fins paisagísticos e de transporte e, portanto bem menos restritiva. Constatou-se que a qualidade da água no PONTO1, enquadra-se na Classe 1 da Resolução, com exceção para o parâmetro fósforo total (Pt). Neste parâmetro o PONTO1 se enquadraria apenas na Classe 4. O PONTO 2 já não se enquadra a nenhuma das 3 primeiras Classes, por conta de apresentar valores mais altos do que os preconizados para Pt, Nt (Nitrogênio total) e DBO. Este ponto se enquadraria na Classe 4. Contudo, o A foto abaixo, mostra que o estudo demarcou três pontos de análise, desde a nascente do rio, com um baixo grau de contribuição antrópica, até o ponto 3, onde há bastante contribuição, porém ainda sem canalização (CBQ, 2017).

A questão é que o ponto 2, que tem um nível de contribuição antrópica média, corresponde às proximidades da subcomunidade Indiana, no Morro do Borel, onde foi identificado que a água não se encontra classificada em nenhum dos padrões permitidos ao consumo humano: nem para a ingestão, tampouco para a pesca ou irrigação (CONAMA 357, 2005).

Considerando que a água do Rio Maracanã é considerada imprópria para o consumo, e reprovada em todos os testes, há uma importante relevância da contribuição da Lavanderia Comunitária do Borel, que garante não somente o acesso a recursos importantes e vitais para o consumo humano e essenciais à saúde. Sobre o ponto 3, destaco:

PONTO 3 não se classificaria sequer como Classe 4, pois não atinge o valor mínimo de OD. Assim, constata-se o crescente estado de poluição no curso do Rio Maracanã desde próximo da nascente até a sua foz. (CBQ, 2017).

Figura 31: Pontos de coleta de água do Rio Maracanã
Fonte: CBQ 2017



Em 2015, também foi apresentada uma dissertação de Mestrado na UERJ, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, pela mestrandia Liana Alves Freitas da Silva, que também realizou uma pesquisa de campo sobre a qualidade da água do Rio Maracanã, que aprofundou sua análise, ao abordar os dados obtidos com a análise e a percepção dos moradores, argumentando sobre a importância da produção de informações para a gestão participativa de dados ambientais (SILVA 2015). A pesquisadora também apresentou dados censitários, indicadores ambientais do IBGE e INEA e dados secundários. Para a pesquisadora, a informação garantia aos moradores o poder de “conhecimento da realidade local”.

Segundo Silva (2015), a gestão participativa de dados ambientais envolve a inclusão das comunidades locais, especialmente aquelas mais afetadas por questões ambientais, no processo de coleta, análise e tomada de decisão sobre o uso desses dados. Esse modelo de gestão valoriza o conhecimento local e promove a democratização das informações, permitindo que as pessoas impactadas por problemas como poluição, mudanças climáticas e desmatamento, tenham voz nas soluções propostas.

Silva (2015) ainda afirma que a abordagem participativa imprime ao indicador um olhar para as condições sociais existentes, para as tendências e para fatores históricos. Mostrando um contexto importante para a produção de análises e reflexões. Segundo a autora, as bacias urbanas, devido ao adensamento populacional, acabam por ser “envolvidas” pelas características dessas moradias. Costumamos dizer que o rio separa os dois lados da comunidade, mas na verdade, estão envolvidos pela dinâmica espaço-temporal do do território historicamente construído. O termo “envolver” apresenta mais conexão com a população, uma vez que o ativismo e o engajamento das pessoas na região apresenta também uma grande preocupação com a preservação ambiental. Através dos questionários aplicados em sua pesquisa, foi possível identificar as percepções dos mesmos enquanto atores componentes do contexto local.

A participação das comunidades, especialmente aquelas em áreas vulneráveis, como favelas e regiões periféricas, ajuda a garantir que as políticas públicas e os projetos de gestão ambiental atendam de forma mais eficaz às necessidades locais. Além disso, o uso de tecnologias acessíveis, como aplicativos de monitoramento e mapeamento colaborativo, tem se mostrado uma ferramenta poderosa para a coleta de dados em tempo real, envolvendo diretamente os cidadãos na preservação da vida e do meio ambiente.

A gestão participativa também contribui para o fortalecimento da consciência ecológica e a educação ambiental, permitindo que as populações compreendam melhor os impactos de suas ações no meio ambiente e como podem contribuir para a sustentabilidade. Projetos de

gestão participativa de dados ambientais, como aqueles voltados para o monitoramento da qualidade da água ou o controle de desmatamento, têm sido cada vez mais implementados com o apoio de organizações não governamentais, movimentos sociais e plataformas digitais. Essa abordagem é essencial para a construção de um futuro mais sustentável, onde as decisões são tomadas de forma mais inclusiva e justa, considerando a/s especificidades de cada comunidade e promovendo soluções coletivas e equitativas. A gestão participativa também promove maior transparência nas políticas públicas, permitindo que os dados sejam acessíveis e compreensíveis para todos.

O Rio Maracanã é um dos principais rios da região, considerado uma “bacia urbana” do Canal do Mangue. Possui 10 km de extensão e sua nascente está situada no Alto da Boa Vista [e não no Morro do Borel, como os moradores sinalizam constantemente]. A poluição relatada nos estudos chama a atenção porque não é promovida ou acelerada por agentes químicos oriundos de despejos de indústrias, mas sim pelo esgoto doméstico, produzido através de matéria orgânica e outros resíduos como plásticos, metais e vidros. A autora também chama a atenção para a remoção da vegetação do solo e destaca que as enchentes são grandes contribuidoras para a chegada dos resíduos no rio. De acordo com os relatos dos moradores, há muitas enchentes na comunidade Indiana, causadas principalmente pelo entupimento da rede pluvial, falta de saneamento e escoamento das águas e pelo transbordamento do rio.

Eventos climáticos extremos, como as chuvas fortes, são comuns no Rio de Janeiro. Assim como tornados em outros países, ou terremotos. O grande desafio é o desenvolvimento de um planejamento urbano capaz de prevenir e mitigar os efeitos desses eventos, como as perdas materiais e humanas, a perda a capacidade de lazer desses corpos hídricos, a paralisação das atividades econômicas, a contaminação da água e a veiculação hídrica de doenças como leptospirose, cólera, gastroenterite, entre outros. Vale destacar que a vida na água, num rio poluído também é bastante impactada, fazendo com que um rio como esse não possa ser utilizado como fonte de alimentação, de abastecimento local e a água não pode ser utilizada sequer para a produção de hortas comunitárias.

Platt (2006) destaca que bacias urbanas são complexos mosaico geográficos formados por uma diversidade de características físicas, ecológicas, políticas e socioeconômicas. Nesse mosaico, a urbanização altera o fluxo natural dos regimes, a qualidade da vida na água, a saúde biológica (do meio ambiente aquático e da população ao redor) e os valores socioculturais, com a consequente perda de serviços ecológicos (Platt, 2006 apud Silva, 2015).

Os textos divergem sobre a coleta de lixo. No relatório do IBASE (2022), os moradores que participaram do Diagnóstico Participativo, relataram que a coleta é insuficiente e resulta

em deslizamentos e no acúmulo e entupimento dos canais durante as chuvas (IBASE, 2022, p.35). Já Silva, afirmou que em 2015, essa coleta era satisfatória, calçando quase 100% dos domicílios (Silva, 2015, p.6).

Segundo Ana Márcia, a coleta ocorre na região três vezes na semana e com locais definidos para o recolhimento e de maneira satisfatória. Apesar de algumas caçambas terem sido retiradas, ela entende que a coleta, atualmente, é satisfatória. Porém o problema do saneamento é unânime, todos citam a negligência do governo em não fornecer o serviço aos domicílios. Não se trata de um serviço mal fornecido, mas sim inexistente.

Já o SABREN, informa que menos de 1% dos domicílios não realiza a coleta de lixo de forma regular.

Silva (2015) reforçou ainda que a questão da gestão da água não deve ser pensada somente através de métricas relacionadas à questão da qualidade, mas deve compreender o que consta no Comitê de Bacias Hidrográficas, instituído pela Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e que orienta a participação dos integrantes do Comitê e também a participação popular, sendo 40% de participação dos comitês e o mínimo 20% de participação comunitária. Outro grande ponto importante na orientação de que esses comitês sejam realizados por bacias, regionalizando as visões e decisões e possibilitando um maior engajamento da população que envolve as bacias (Silva, 2015, p. 25).

Gouveia, Brito e Johnsson (2024), nomeiam a questão do acesso à água utilizando o termo “escassez hidrorracial”. Segundo os autores, ainda temos cerca de 35 milhões de brasileiros sem acesso à água. No artigo, publicado na RPPR – Revista Política e Planejamento Regional, os autores apresentam uma constatação, através de pesquisa científica de que a universalização da água não atende às diversidades e interseccionalidades dos moradores das regiões vulnerabilizadas e que o racismo ambiental é um termo que se refere “às discriminações sofridas pelas populações periferizadas”, comprovando que a desigualdade expressa nessas regiões reproduz a desigualdade socioeconômica, “através da correlação entre abastecimento de água/características socioeconômicas” (GOUVEIA, BRITO E JOHNSSON, 2024, p. 15).

4. Considerações finais - E a Ana Márcia, é uma liderança?

"Ao compreender que a libertação é um processo contínuo, devemos buscar todas as oportunidades para descolonizar nossa mente e a mente de nossos estudantes. Apesar de graves retrocessos, houve e continuará havendo mudanças construtivas radicais na maneira como ensinamos e aprendemos, uma vez que mentes "em busca da liberdade" ensinam a transformar."

bell hooks

As relações entre pessoas vulnerabilizadas podem ocorrer após marcos e mudanças em suas trajetórias, através de conquistas ou perdas que exerçam um papel "construtivo" no que diz respeito à formação de lideranças. São essas lacunas que possibilitam mudanças e posicionamentos de pessoas que assumem a responsabilidade de criar redes de apoio coletivo para a solução de problemas. Seja por uma maternidade precoce, pela perda de um familiar, pelo risco iminente de perda de sua propriedade, ou pela necessidade de acessar algum direito, política pública ou serviço de saúde. Muitas vezes, a ação coletiva nos territórios se torna a resposta para as demandas que surgem.

A *Pedagogia da Indignação*, proposta por Paulo Freire (2000), é um chamado à ação crítica e transformadora diante das desigualdades sociais e educacionais. Freire acredita que o processo de conscientização oportuniza a tomada de consciência da realidade, tornando os sujeitos ativos na transformação de sua sociedade. A indignação, para ele, é uma resposta legítima à opressão, à injustiça e à exploração, motivando os indivíduos a não apenas questionarem a ordem estabelecida, mas a se engajarem ativamente na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Em sua visão, esses processos não são neutros e surgem do lado dos oprimidos, incentivando-os a reconhecerem suas capacidades e a agirem para mudar suas condições de vida (Freire, 2000).

No entanto, a *Pedagogia da Indignação* não se limita ao simples descontentamento com a realidade. Para Freire, a indignação deve ser acompanhada de um processo educativo crítico e reflexivo, que possibilite aos indivíduos entenderem as causas estruturais das injustiças e, a partir dessa compreensão, buscar soluções coletivas. Assim, a indignação se torna um motor de transformação social, e a educação um meio de empoderamento e resistência. A proposta de Freire é que, ao se indignar com a opressão, os indivíduos não apenas desafiem o status quo,

mas também construam alternativas para uma nova forma de viver e de se relacionar na sociedade, onde a liberdade, a justiça e a igualdade sejam valores centrais (Freire, 2000)

A História da Ana Márcia, ou “Tia Márcia”, como é popularmente conhecida no Morro do Borel, começou com a militância aos 23 anos, quando foi eleita vice-presidente da Associação de Moradores do Morro do Borel, comunidade onde nasceu e reside até o dia de hoje.

Maya Angelou, em seu livro, *Não trocaria minha jornada por nada*, fala sobre sua biografia e os desafios que enfrentou tanto na vida pessoal, quanto na acadêmica, profissional e na militância. Falou sobre os momentos de solidão, invisibilização e sobre os momentos de ação. Ela destaca em seu texto, suas percepções sobre a resistência da mulher, como uma característica importante para compreendermos o perfil das lideranças negras feministas. Segundo Angelou, uma mulher precisa demonstrar tenacidade e genialidade, a ponto de desconstruir argumentos negativos sobre si. Mas ao mesmo tempo, flexíveis o bastante para quando vivenciar as adversidades. Sobre situações difíceis, ela afirmou que quando não gostamos de uma coisa, devemos mudá-la. Mas se não for possível, devemos ao menos mudar a forma como a percebemos. Além disso, afirmou que temos que ser criativas, a ponto de inventar novos roteiros com tanta frequência quanto forem necessários. (Angelou, 2023, pgs 20, 58 e 71).

Ana Márcia tem uma influência poderosa em seu território, que se manifesta através da articulação. Outras mulheres a procuram para aprender, para aconselhamentos e para momentos de instrução sobre o futuro escolar, familiar e profissional. Outras a procuram para se abrir em relação às dificuldades enfrentadas em casa seja pela falta de alimentos ou de dinheiro para pagar as contas. Seja por alguma dificuldade no relacionamento com os filhos e também pelos casos de violência doméstica.

Num dos casos, uma das mulheres a procurou pois, além da situação de abandono do parceiro, estava doente, com suspeita de câncer de mama e sem condições de continuar trabalhando como diarista, com três filhos pequenos e já sem alimentos em casa. Com o apoio da Ana Márcia, a comunidade se mobilizou, conseguiram doações de cestas básicas, roupas e outros itens, atendimento no CRAS para o cadastro no Programa Bolsa-Família e também o agendamento das consultas médicas no Posto de Saúde da Família, sendo ela encaminhada rapidamente para exames e tratamento. Hoje está bem, trabalhando e cuidando de seus filhos.

A resistência e tenacidade de Ana Márcia se revelam na jornada insistente pela manutenção de seus projetos, seja pelas articulações que realiza, ou pelas formas com que lida com a falta de recursos para a manutenção das máquinas. Ou até mesmo, pela forma como os

conecta no fazer diário na comunidade, formando um grande diálogo entre os projetos. Percebo, até mesmo, que ela define papéis e funções entre as pessoas e projetos em seu entorno, para que esse diálogo ocorra em sintonia: quando uma parte falhar, outras funcionarão e se mobilizarão para compensar as dificuldades enfrentadas. E ela ainda define quem serão os parceiros que podem apoiar financeiramente na manutenção das máquinas, ou aqueles a quem recorrerá numa solicitação de cestas básicas, ou num atendimento médico de algum morador.

Ela também acolhe muitas mulheres jovens com filhos, que estão começando a vida em suas casas, formando redes de apoio para o cuidado com as crianças, indicando cursos profissionalizantes, trabalhos e dando-lhes conselhos de vida. Da mesma forma, atende e orienta pessoas que passaram por algum problema no território como barracos incendiados, atingidos pelas enchentes ou desabados. Ela acaba se transformando no primeiro atendimento dos moradores, antes que tenham conhecimento e acesso às políticas públicas. As pessoas não chegam aos equipamentos públicos ou aos projetos sozinhas: elas já receberam alguma orientação da Ana Márcia ou de sua rede, que facilita as instruções e os encaminhamentos seguintes.

Ao contar sua história de vida, ela destaca que foi abandonada pelo marido, que não suportou tamanha entrega às questões sociais de seu território. E afirma que “perdeu o marido, mas ganhou a comunidade”. Uma fala interessante, que aparece nos escritos de Somé (SOMÉ, 2003), sobre o abraço da comunidade cujas conexões curam feridas emocionais e fortalecem o grupo.

Essa dinâmica ficou ainda mais complexa após a pandemia, potencializada pelo risco de contaminação e morte, pelo aumento do desemprego e das carências das famílias. Mas Ana Márcia enfrentou a situação sem perder o foco: apenas se concentrando em transformar as realidades através das oportunidades que surgiam. Fortalecendo assim, as práticas sociais no interior de seus territórios, ampliando a comunicação via WhatsApp, buscando respeitar as regras de isolamento social e dando conta de que muitas pessoas pudessem acessar minimamente seus direitos.

Em abril de 2024, o Jornal O Globo fez uma matéria sobre mulheres que transformam a Zona Norte e Ana Márcia foi uma das mulheres reconhecidas por sua luta no território.

Figura 32 – Caderno Zona Norte.
Fonte: Jornal O Globo, 2024



Esse reconhecimento se deu não somente pelo trabalho na Lavanderia Comunitária do Borel, mas por seu protagonismo após os deslizamentos de 1999, em que atuou mobilizando pessoas e recursos na reconstrução das casas e barracos destruídos e no apoio às famílias. Desde então, manteve seu engajamento em ações de reflorestamento com o apoio e mobilização dos vizinhos e até hoje, atua no plantio de hortas comunitárias e mobiliza as escolas da região em ações de educação e preservação ambiental.

O Borel tem um histórico ancestral de protagonismo das mulheres negras. Numa das primeiras incursões policiais na favela, com a intenção de desmobilizar a escola comunitária que havia sido construída, as mulheres da comunidade se uniram e se colocaram na frente dos policiais, formando um corredor de proteção ao equipamento que havia acabado de ser inaugurado. As transformações desses espaços importam e muito para seus moradores e tais mulheres foram importantes para liderar os principais movimentos de resistência, evitando remoções, realizando manifestações e espalhando mensagens sobre as lutas da comunidade de porta em porta.

Hooks (2019), em seu livro *Erguer a Voz*, nos apresenta uma estrutura para que mulheres negras se manifestem e falem sobre si e sobre seus direitos. Erguer a voz, segundo a autora, representa ter o direito à voz e ter a consciência da necessidade de falar e essa fala educa para a consciência crítica. Na estrutura da fala, a autora afirma que erguer a voz é um movimento que articula o corpo (a voz), a prática (a coragem) e a ética (compromisso com a dignidade humana) e que essas três dimensões estruturam os projetos políticos feministas (Hooks, 2019, p.9).

Nessa estrutura corpo – prática – ética, mulheres como Ana Márcia tem envolvido outras mulheres num projeto pedagógico que tem a vida cotidiana como ferramenta geradora de articulações e de reflexões sobre o território. No dia-a-dia, utilizam as tecnologias presentes no cotidiano, como o WhatsApp, as conversas na esquina, a Lavanderia Comunitária, as ações de educação ambiental nas escolas, a Associação de Moradores e outras formas de diálogo para noticiar as dinâmicas territoriais e para engajar as pessoas nos movimentos e ações sociais.

A vida acontece todos os dias no Morro do Borel, numa rotina que empurra as pessoas ao silêncio e à invisibilização das lutas reais cotidianas. As mulheres da comunidade encontram em suas práticas possibilidades criativas de resistência, que suportam muitas outras pessoas e as apoiam também em suas pressões de silenciamento. O diálogo crítico no território se dá através da tensão entre as experiências de pressão, sofrimento e das situações traumatizantes. É nesses momentos que as mulheres se unem, refletem sobre os processos que estão vivendo, sobre a repetição das dores e se perguntam sobre o que podem fazer para mudar a realidade.

Penso que cada dia, Ana Márcia se torna mais potente, pois cada dia ela é capaz de criar um novo processo de reflexão e construção de estágios de conscientização, que ficam claros quando o coletivo compartilha suas histórias com outras pessoas que também as viveram (Hooks, 2019, 46).

Os momentos de mobilização realizados por Ana Márcia envolvem conversas em roda, bate-papos informais em torno da lavanderia, utilizando esse espaço para o ativismo e para a denúncia da opressão. Estar na lavanderia significa ver pessoas chegando e saindo, num fluxo intenso, afinal, ela está instalada num local de passagem. Algumas pessoas passam, param para cumprimentar as demais e seguem e outras, param por alguns minutos e iniciam as conversas. É necessário ter uma certa velocidade para dialogar com quem passa e quem utiliza o espaço, também não fica parada.

Quando puxo algum assunto, percebo as mulheres preocupadas em me contar o que pensam sobre a lavanderia e sobre a Ana Márcia e sobre a importância de utilizarem esse espaço. A realidade faz parte da conversa. As mulheres entendem que o justo seria ter água

encanada em casa, coleta de lixo e saneamento básico e no coletivo expressam que não estão conformadas. A caminhada com as roupas, baldes e louças de suas casas até a lavanderia é cansativa e precisa ser feita em etapas ou com outras pessoas cooperando, então a realidade de utilizar esse espaço tem suas tensões, mas é um espaço central de acolhimento e de liberdade para dialogarem sobre as lutas cotidianas tanto individuais, quanto coletivas.

A mobilização se dá de forma eficiente, com mensagens que alcançam a solidariedade e o engajamento das usuárias e aguçam suas percepções sobre a forma como as desigualdades estão estruturadas na região. Aos poucos, percebo que são capazes de replicar conhecimentos e de identificar outras situações de desigualdade no complexo de comunidades, utilizando a escuta e a observação como ferramentas potentes e gerando um coletivo de mulheres fortalecido, capazes de mapear as demandas do coletivo e de se unirem através do compartilhamento dos sofrimentos sociais.

A construção do pensamento crítico de Ana Márcia também abrange o debate sobre racismo estrutural, manifesto nos conhecimentos que ela dissemina que a ocupação de favelas faz parte da história da população negra no Brasil. O debate sobre o direito à moradia e infraestrutura de bem viver para a população preta periférica reflete o contexto recente pós-abolição, no qual pessoas negras foram deixadas à própria sorte, sem recursos para iniciarem uma trajetória digna de vida pós escravização.

Então a Lavanderia possui um aspecto educativo que visa construir a percepção de que moradores de favelas possuem uma história de lutas a ser compartilhada. Diferente de outros lugares e outros formatos de lavanderia, em que é possível pagar pela utilização e que não há, necessariamente, a expectativa de que os clientes se relacionam, no Borel, a Lavanderia é um espaço onde se dão relações importantes de solidariedade, sororidade e cuidado coletivo, com o intuito de formar o pensamento crítico pela realidade de sua existência.

Em seu livro *Não-Lugares: Espaços do Pós-Moderno*, o antropólogo Marc Augé discute o conceito de "não-lugares", que são espaços que, embora ocupados, não possuem um vínculo significativo com a identidade ou a história dos indivíduos que os habitam. Ele contrasta esses espaços com os "lugares", que são caracterizados pelas relações sociais, culturais e históricas Segundo o autor,

"O não-lugar é um espaço onde não se dão relações, mas sim uma circulação de pessoas sem vínculo com o espaço em que se encontram. [...] O lugar, ao contrário, é aquele em que se desenvolvem relações sociais, culturais e afetivas." (AUGÉ, 1994, p. 77)

Essa citação reflete a visão de Augé de que o "lugar" é mais do que apenas uma área geográfica; ele é um espaço de construção de identidades e relações, enquanto o "não-lugar" é um espaço vazio de significados e conexões afetivas, como aeroportos, shopping centers ou grandes avenidas urbanas, onde as interações humanas são mais superficiais e impessoais.

Uma citação relevante sobre os espaços de sociabilidade de pessoas negras pode ser encontrada também no trabalho de Lélia Gonzalez, onde afirma que os espaços de sociabilidade negra são fundamentais para a construção de identidade e resistência, muitas vezes funcionando como locais de fortalecimento e afirmação cultural. Segundo González:

"Os espaços de sociabilidade negra são fundamentais na construção de uma identidade coletiva, onde as relações e a cultura afro-brasileira se afirmam como formas de resistência diante da exclusão e da violência da sociedade racista." (GONZALEZ, 1984, p. 27)

Essa citação reflete a ideia de que os espaços de sociabilidade negra têm um papel crucial na criação de uma identidade coletiva, oferecendo resistência ao racismo estrutural e criando alternativas de convivência, respeito e fortalecimento cultural.

É claro que a maioria das mulheres atendidas pela Lavanderia são negras e que muitos dos debates sobre as violências vividas permeiam os debates sobre racismo. A formação de um pensamento antirracista na Lavanderia se dá de muitas formas, principalmente por ser esse um espaço onde as mulheres negras não são subjugadas, mas sim, apoiadas e valorizadas a ponto de terem um espaço de escuta. Não é um espaço que reforça a invisibilidade, mas sim o protagonismo e o pertencimento, a visão de emancipação das mulheres e que enfatiza a importância da valorização da cultura afro-brasileira e a criação de um espaço político para as vozes negras (Gonzalez, 1984).

O compromisso ético de mudar o mundo, a consciência de que moradores da região não possuem seus direitos essenciais atendidos, faz com que essas mulheres vejam, desde muito cedo, que precisam agir e identificar as formas com que essas situações se tornam indignas. Conhecer esses mecanismos de exclusão é a melhor maneira de agir e de propor mudanças. Entender o funcionamento das desigualdades estruturantes permite que todos tenham consciência de si. Vale reforçar que mulheres negras sempre estiveram no topo das desigualdades e sempre foram as que mais enfrentaram incertezas.

Sendo assim, no que diz respeito ao mapeamento de desigualdades e injustiças socialmente construídas, não tendo dúvidas de que estou lidando com especialistas mais experientes que eu, cuja teoria foi forjada no próprio território, através da vivência e da prática

e da memória das lutas do povo do Borel, mantida através de histórias orais, da presença, das interações e das interações com/no território.

O que chamamos de ativismo, hooks chamou de “Erguer a voz” (hooks, 2022, p. 31). A ousadia na mobilização dos territórios, no compartilhamento de informações e na gestão dos projetos, Angelou chamou de “Tenacidade” (Angelou, 2019, p. 20) e a solidariedade e o sentimento de coletividade, valorizando não somente as mulheres, mas as famílias que representam, González chamou de “Mulheridade” (González, 2020, p. 269).

Todas as autoras confirmam o protagonismo de mulheres negras, pautado na solidariedade, na sororidade e no olhar voltado ao coletivo e todas compreendem o quanto as mulheres negras possuem uma metodologia própria de fazer social, pautada nas interseccionalidades, buscando vencer juntas os desafios impostos pela desigualdade social que ainda não estão previstos ou não recebem o devido suporte pelas políticas públicas. Desafios esses tão complexos, que ainda comprometem a dignidade humana.

Outra percepção importante sobre a trajetória dessas mulheres é que a especialização que possuem é um processo historicamente construído. Não chega de uma hora para outra. González (2020), afirmou que, quando precisou dar aulas numa universidade à noite, se surpreendeu com a participação da turma e expressou o quanto aprendeu as críticas de seus alunos. Essa forja é processual e ocorre diariamente, através de momentos de tensão e de conquistas.

Entramos nesses territórios muitas vezes, certos de que temos todas as ferramentas que precisamos para apoiá-los em suas demandas sociais, mas compreendemos com o tempo que o território é que nos oportuniza o crescimento. Porque cada território envolve seus moradores com formas singulares de apropriação e cada problema social afeta as pessoas de uma forma diferente. Para entender o produto da forja, é importante compreender também a ferramenta da forja. Segundo Acserald:

[os conflitos] são eventos que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (Acserald, 2004 apud Rodin, 2021).

Rodin (2021) ainda afirma que as classes mais afetadas pela desigualdade têm gênero, cor e classe e diz que a mesma interseccionalidade responsável por impor maior vulnerabilidade social às mulheres negras, também tem um efeito mobilizador, que potencializa a agência e a resistência dessas mulheres, tanto no território, quanto fora dele. São mulheres que ocupam

espaços públicos, constroem agendas de compromissos coletivos, atuam diretamente no enfrentamento de violências e violações de direitos e protagonizam a resistência contra os modelos estruturantes de desigualdade, contra o racismo e contra a necropolítica. Essas mulheres têm um papel fundamental na movimentação de políticas em direção aos mais vulnerabilizados, no sentido de abrir frentes prioritárias de ação dentro das favelas para que as políticas públicas alcancem a todas e todos os moradores.

A universalização de direitos, dentro de uma favela tem um sentido diferente: não é setorizada, nem dividida em metas. Muitas vezes não é sequer percebida como um direito, principalmente quando os problemas estruturais ocorrem de forma duradoura, atravessando gerações. As gerações de hoje, do Morro do Borel, nasceram com o desafio de vencer desafios do passado, ainda relacionados à pouca infraestrutura, falta de saneamento básico e pouco acesso a políticas públicas. Daí lideranças como a Ana Márcia se tornam fundamentais para evitar a normatização desses sofrimentos, mostrar a riqueza que há na mobilização social e no fortalecimento da comunidade e para ampliar o conhecimento da população não somente sobre os problemas, mas sobre o que deveria ser uma vida justa e equânime dentro do território, onde houve falhas na legislação e na implementação de ações, para que as pessoas saibam não somente o que não ocorre, mas também o que deveria correr.

Eu trabalho há mais de 20 anos em projetos comunitários. Já visitei tantas favelas que nem sei precisar em números quantas foram e essa vivência não me tirou a sensibilidade de sempre chegar numa comunidade e observar os fenômenos de cada espaço. Cada favela é única e tem sua própria história. Os anos que tenho de experiência profissional me geraram um efeito diferente: o de ouvir com atenção cada história apresentada.

Mas a atuação nas Ciências Sociais sugere um olhar atento a conceitos e dados que a academia compreende por referências e que nos tornam seguidores de conceitos pouco ou nada conectados às realidades dos locais estudados. Fui ensinada a transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar, construindo distanciamentos que não me ajudaram a superar as limitações das realidades desafiadoras. Para compreender o que se passa em uma favela é preciso bastante aproximação e intimidade, de forma que seja possível ter uma escuta ética e respeitosa, mas também engajada e, principalmente, política para compreender quais as forças que operam naquele território.

A história que Ana Márcia conta é diferente da história do bairro Tijuca. Um bairro de classe média, que foi sede e residência da família real e da nobreza portuguesa, que carrega com orgulho a fama e a memória da vida num império construído através do esforço desumano de pessoas negras escravizadas.

O bairro Tijuca possui uma população de maioria branca (46%), contra 38% de pessoas negras (pretas e pardas)¹⁵, que se beneficiou das benesses concedidas aos que eram próximos da família imperial. E é essa a fala de Ana Márcia: como fica a população negra e indígena que ocupou a Tijuca na mesma época? Esse questionamento perpassa por gerações de lideranças comunitárias no Morro do Borel, que foi a primeira favela a denunciar a grilagem de terras por especuladores que juravam ser donos e herdeiros dos terrenos da Tijuca. Durante décadas, a história que prevalecia era a desses grileiros, até que as lideranças decidiram questionar a quem pertenciam de fato as terras ocupadas.

Em 2003, Ana Márcia se juntou ao grupo de mães do Borel e outros moradores para contar uma outra história, sobre o assassinato de quatro jovens na favela. Eles foram mortos por policiais, que alegaram “ato de resistência”, no entanto, não houve confronto e os jovens sofreram uma emboscada e foram todos mortos com tiros nas costas e na frente. Ela conta que os moradores, desde o início, afirmaram que não foi um confronto, que questionaram os fatos narrados pelos policiais, mas lamenta que mesmo após a perícia constatar que não houve ato de resistência e que, de fato, os jovens foram assassinados, os policiais foram inocentados após décadas de espera pela justiça¹⁶.

As lideranças do Morro do Borel, provaram e ainda provam que há outras narrativas, produzidas pelos moradores da comunidade e alertam para os riscos e as limitações de se ouvir uma única narrativa sobre um povo, um país ou uma cultura. O Estado validava a história dos grileiros, a polícia também e essa “história dominante” (Adichie, 2009) foi repetida incessantemente, criando estereótipos que empobreceram a percepção que se tinha sobre a complexidade da distribuição das terras no Rio de Janeiro. Marcando o território das favelas como espaços repletos de pobreza e carências, ignorando, inclusive, a condição de que tais moradores deveriam ser vistos, na verdade, como demandantes de políticas públicas. Ana Márcia apresenta então múltiplas perspectivas e uma visão mais aprofundada do Morro do Borel destacando outras realidades que habitam o ambiente.

¹⁵ Dados obtidos no site da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fiocruz - um estudo que analisa o percentual de pessoas negras por bairros e regiões versus os índices de vacinação. Na Grande Tijuca, que compreende os bairros da Tijuca, Andaraí, Alto da Boa Vista, Rio Comprido, Vila Isabel, Praça da Bandeira, Maracanã e Grajaú, residem 46% de pessoas brancas e 38% de pessoas negras. Disponível em: Bairros com maior percentual de população negra no Rio de Janeiro têm menor taxa de vacinação | Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Último acesso: 25 mar. 2025.

¹⁶ Notícia sobre o julgamento dos policiais da Chacina do Borel em 2020 no site Ponte.org. Disponível em: <https://ponte.org/novo-juri-popular-absolve-pm-acusados-pela-chacina-do-borel-no-rio/>. Último acesso: 25 mar. 2025

4.1 Pode uma favela esperar cem anos por uma política pública? O Tempo como Fator Crucial no acesso às Políticas Públicas

As políticas públicas têm como objetivo criar condições de bem-estar social, promovendo a igualdade e a justiça. No entanto, o tempo desempenha um papel fundamental na implementação e no sucesso dessas políticas, seja em termos de planejamento, execução ou avaliação de seus impactos. A obra de Milton Santos, oferece uma profunda reflexão sobre como o tempo, enquanto uma dimensão dinâmica e multifacetada, influencia a vida social e as políticas públicas. Santos alerta para a necessidade de considerar as diversas temporalidades ao pensar as políticas públicas, pois elas não podem ser dissociadas dos contextos espaciais e históricos.

Milton Santos propõe uma análise do tempo que transcende a visão linear e homogênea do tempo tradicional. Para ele, o tempo não pode ser visto apenas como uma constante quantitativa, como um cronômetro que marca a passagem de segundos, minutos e horas. Santos defende uma abordagem mais complexa, na qual o tempo é entendido como algo que se organiza de maneira diferenciada, de acordo com os contextos sociais, econômicos e espaciais. A ideia de tempo que ele sugere está relacionada à forma como as relações de poder e os processos de globalização influenciam o cotidiano das pessoas e das cidades. A temporalidade, portanto, deve ser vista como uma construção social, que se manifesta nas diferentes velocidades e ritmos dos processos que ocorrem nas esferas econômica, política e social.

Ao planejar uma política pública, é fundamental reconhecer que o tempo é um elemento estratégico. Isso porque as políticas públicas não podem ser concebidas sem uma compreensão profunda dos tempos e ritmos que regem a sociedade. Para Santos, uma das falhas mais frequentes nas políticas públicas é a desconsideração do tempo necessário para que as transformações sociais ocorram. Ele observa que as mudanças estruturais exigem tempos mais longos do que os frequentemente previstos pelos gestores públicos, que, muitas vezes, buscam resultados rápidos e imediatos.

Milton Santos também destaca que o tempo é uma variável chave quando se trata das desigualdades sociais. As disparidades econômicas e sociais são profundamente influenciadas pela forma como o tempo é organizado e administrado nas políticas públicas. A desigualdade não se manifesta apenas nas condições materiais de vida, mas também no acesso ao tempo, ou seja, na capacidade de indivíduos e grupos de vivenciar o tempo de maneira mais qualitativa e menos marcada por limitações. Neste caso, o tempo é uma variável estratégica no processo de

elaboração e implementação das políticas públicas, afetando diretamente a qualidade de vida das populações e a eficácia das intervenções do Estado.

Entendo também que o tempo é uma estratégia intencional, utilizada para alavancar ou para “esquecer” políticas, de forma a atender aos interesses da sociedade. Além disso, o acesso a serviços públicos em tempo hábil é uma questão de justiça social. Quando uma política pública falha em entregar serviços essenciais de forma pontual e dentro de um tempo adequado, isso perpetua as desigualdades sociais, pois as populações mais vulneráveis são as que mais sofrem com essa demora. O tempo, portanto, tem uma relação direta com a capacidade do Estado em promover a equidade social. Neste caso, o tempo é uma variável estratégica no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, afetando diretamente a qualidade de vida das populações e a eficácia das intervenções do Estado. Entendo também que o tempo é uma estratégia intencional, utilizada para alavancar ou para “esquecer” políticas, de forma a atender aos interesses da sociedade.

Figura 33: Guarda-roupas Solidário
– Complexo do Alemão. Fonte: Voz
das Comunidades - 2020



Figura 34: Reportagem Youtube.
Fonte: Sesc RJ 2022



Referências bibliográficas

55^o CONGRESSO BRASILEIRO DE QUÍMICA, 2015, Goiás, Anais [8332]. Goiânia: CBQ, 2015. Disponível em: <<https://www.abq.org.br/cbq/2015/trabalhos/5/8332-18278.html>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

57^o CONGRESSO BRASILEIRO DE QUÍMICA, 2015, Rio Grande do Sul, Anais [11676]: CBQ, 2017. Disponível em: <<https://www.abq.org.br/cbq/2017/trabalhos/5/11676-18278.html>>. Acesso: 10 ago. 2024.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. Editora Juruá, 2017.

AMOROSO, M., PERALTA, D. E. Sobre “periferias urbanas” e “favelas” Análise da produção acadêmica sobre os espaços urbanos de moradia popular no Rio de Janeiro e em São Paulo. Acervo Revista do Arquivo Nacional. Setembro de 2022. Disponível em: <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1889>>. Acesso em: 22 jun 2024.

ANGELOU, M. Não trocaria minha jornada por nada. Ed. Nova Fronteira, 2023.

AUGÉ, Marc. Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. 1. ed. São Paulo: 34, 1994.

BARROS, P. L., SOUZA, R. C., & OLIVEIRA, A. M. (2019). Ergonomia em ambientes urbanos de risco: a adaptação das favelas brasileiras. Revista de Engenharia Social, 21(4), 75-85.

BATISTA, P.C. (2019). O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após a abolição. GT 2 - Comunicação, cultura e diversidade. IV Sical. SP – UNICAMP.

BITENCOURT, R. (2021, 4 de maio). Sem internet, favela vive ‘Estado mínimo’ profundo na pandemia, aponta Instituto Locomotiva. Valor Econômico. <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/04/sem-internet-favela-vive-estado-minimo-profundo-na-pandemia-aponta-instituto-locomotiva.ghml>>.

CHEQUER, V. (2020, 6 de julho) WhatsApp no Brasil: como o app se tornou a principal forma de comunicação digital? Take Blip Blog. <<https://www.take.net/blog/whatsapp/whatsapp-no-brasil/>>.

CARNEIRO, Sueli. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DUARTE, M.C. Mulher Timba: As lavadeiras da minha rua no Bairro Timbaúba. Universidade Federal do Cariri, 2020. E-BOOK Kindle.

EVARISTO, Conceição. Insubmissas: Memórias de Mulheres Negras. Editora Olhares, 2018.

FERREIRA, A. (2020). O desgaste das lideranças comunitárias e suas implicações sociais. São Paulo: Editora Social.

FREIRE, P. (2001). A educação na cidade. Cortez.

FREIRE, P. (2000). Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos. Editora Paz e Terra.

GENTILLI, P. et al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás Faces of inequality in Brazil: a look at those left behind. Saúde debate | Rio de Janeiro, v. 42, n. Especial 3, p. 54-66, novembro 2018. Disponível em. Acesso em: 20 mai. 2024.

GONÇALVES F, D. et al. Avaliação Da Qualidade Das Águas Do Rio Maracanã Como Objeto De Estudo Da Disciplina De Química Analítica Ambiental I Do Curso Técnico De Meio Ambiente Do Ifrj-Campus Rio De Janeiro. 55^o Congresso Brasileiro de Química. 2015. Goiás. Disponível em: <<https://www.abq.org.br/cbq/2015/trabalhos/5/8332-18278.html>>. Acesso em 15 jul. 2024.

GOMES, Manoel . As lutas do povo do Borel. Rio de Janeiro: Editora Muro, 1980.

GONÇALVES, A. L D (2022, 8 de janeiro). WhatsApp é o app mais popular do Brasil; veja o top 10. <<https://www.tecmundo.com.br/dispositivos-moveis/231633-whatsapp-app-popular-brasil-veja-o-top-10.htm>>.

GONZALEZ, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Zahar.

GONZALEZ, Lélia. O Lugar da Mulher Negra. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Lugar de Mulher é no Poder: O Feminismo Negro no Brasil. Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

GOUVEIA, AG de, R. M. Formiga-Johnsson, and A. L. N. P. Britto. "Escassez hidrossocial no município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro." *Revista Política e Planejamento Regional* 8.2 (2021): 161-183. Disponível em: <<http://www.peamb.eng.uerj.br/trabalhosconclusao/2017/DissertacaoPEAMB2017AndrezaGarciaDeGouveia.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2024.

HASENBALG, Carlos. Desigualdade e Estratificação Social no Brasil. Editora Vozes, 1987.

hooks, bell. *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. Boston: South End Press, 1981.

hooks, bell. *Erguer a Voz - Pensar como feminista, pensar como negra*, São Paulo, Editora Elefante, 2019.

JORGE, Andreza. *Feminismos favelados: uma experiência no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2023.

JULIÃO, H. (2021, 4 de maio). Internet 3G e 4G não chega ou é ineficiente em 43% dos lares nas favelas. *Teletime*. Disponível em: <<https://teletime.com.br/04/05/2021/internet-3g-ou-4g-nao-chega-ou-e-ineficiente-no-lar-de-43-dos-moradores-de-favelas/>>

LASSANGE Jr., A. E.L. & Pedreira, J. S. (2004) Tecnologias sociais e políticas públicas. In R. Dagnino (Ed.), *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento* (pp. 65-83). Fundação Banco do Brasil.

LIMA, J. M., & SILVA, R. M. (2018). Solidariedade e redes informais nas favelas brasileiras: Uma análise das práticas comunitárias. *Revista de Estudos Sociais*, 15(2), 44-58.

LORD, Audre. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Berkeley: Crossing Press, 1984.

MARQUES, J. (2019, 17 de janeiro). Quem inventou o WhatsApp? Veja oito curiosidades sobre a história do app. Tech Tudo. <<https://www.techtudo.com.br/listas/2019/01/quem-inventou-o-whatsapp-veja-oito-curiosidades-sobre-a-historia-do-app.ghml>>.

MACEDO, S. C. M., DANTAS, G. A. F.D., e SILVA A. F. C. Uma cidade em transição: a construção dos problemas urbanos de Natal à luz dos estudos Serete (anos 1960 e 1970). Acervo Revista do Arquivo Nacional. 2023. Disponível em: [/https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1882/1854](https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1882/1854)>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MACEDO, F. A. (2017). Ajustamentos urbanos e soluções improvisadas: A experiência da população favelada. Cadernos de Sociologia Urbana, 22(1), 75-88.

MACERATA, I. M.; SADE, C. Território na pesquisa, território da pesquisa: protagonismo do território na pesquisa-intervenção participativa. Interface - Comunicação, Saúde, Educação 2020, Volume 24 . Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.190733>>. Acesso em: 18 mai. 2024.

MELO, H. P. ; Mello, S. C. Revista Estudos Feministas 2022, Volume 30 Nº 2 . Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286994>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

MINAYO, MCS; DESLANDES, M. Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 26⁰ ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NITAHARA. A. (2022, 20 de março). Pesquisa mostra importância de projetos sociais em favelas do Rio. EBC. <<https://memoria.ebc.com.br/2012/09/pesquisa-mostra-importancia-de-projetos-sociais-em-favelas-do-rio>>

OLIVEIRA, J.S. (2018, 05 de abril). As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá. Revista Organizações & Sociedade, v. 25, p. 511-531. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/jRKzhfLkJ5jsGrz4QRZpVjn/?format=pdf&lang=pt>>.

PAIVA, A. R. & Burgos, M. B. (Ed.). A escola e a favela. Editora PUC-Rio/ Editora Pallas.

Portela, J. A. S. (2017, setembro). Diagnóstico Cidade de Deus. <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34848/2/Diagn%C3%B3stico%20Cidade%20de%20Deus%20-%20PDF.pdf>>.

PONTES, A.G.V. et al. (p. 2022), NASF-AB no campo e nas águas: o cuidado em torno do trabalho, ambiente e saúde de famílias agricultoras e pescadoras Trabalho, Educação e Saúde 2022, Volume 20. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/j6533dQLZSrvxXCdTcPd75p/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

RIBEIRO, Djamila. O Que é Lugar de Fala? São Paulo: Letramento, 2017.

RIBEIRO, L. H. L; SILVA, C. A. Cartografia da ação social e luta pelo uso do território no Brasil: contribuições à reflexão do método a partir da Rede Fitovida no Rio de Janeiro. Geosp, v. 26, n. 2, e-187100, ago. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/187100>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SANTOS, A. F., & SILVA, M. R. (2017). Ergonomia e saúde em ambientes de alta densidade: uma análise das condições de vida nas favelas do Rio de Janeiro. Arquivos de Saúde Comunitária, 12(3), 44-53.

SANTOS, M. (2000). A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M., & COSTA, T. R. (2019). A urbanização das favelas: Desafios e perspectivas para a inclusão urbana. Revista Brasileira de Planejamento Urbano, 27(3), 101-115.

SILVA, Ll.p. Análise socioambiental das sub-bacias do Rio Morto e do Rio Maracanã, Rio de Janeiro, a partir de indicadores ambientais e da percepção da comunidade do entorno. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/11022>>. Acesso em 10 set. 2024.

SILVA, L. O. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

SINISA – Visão Geral 2019: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico, disponível no portal Gov.Br, através do link: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/diagnosticos-anteriores-do-snis/agua-e-esgotos-1/2019>> Acesso em 10 set. 2024.

SINISA – Visão Geral 2020: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/diagnosticos-anteriores-do-snis/agua-e-esgotos-1/2020>>. Acesso em 10 set. 2024.

SOMÉ, Sobonfu.. SOMÉ, Sobonfu. O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SOUZA, M. L. de. Terras Devolutas no Brasil: uma análise da apropriação das terras públicas e seus impactos na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

Thimel, Harmut; Mestre Catinga [João dos Santos]. Política habitacional vs. cultura popular. Revista Morar de Outras Maneiras. UFMG. Módulo, n. 6, 1980, p. 28–33. 1980. Disponível em:< http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/acervo_revistas/index.html>. Acesso em: 03 set.2024.

THIOLLENT, M., (2004). Metodologia da pesquisa-ação. Cortez.

WALKER, R. K. (2022). Produzindo impacto social: elaborando e avaliando projetos de desenvolvimento. E.P.U.

YAGIU *et all.* (2021). Participação Social de lideranças comunitárias em um contexto de desigualdade social e no enfrentamento da pandemia de COVID-19: um enfoque psicossocial. Dossiê Ética do cuidado e construção de direitos: acolhimento psicossocial em práticas da saúde da família em situações de exclusão social. FAPESP. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HGkK97kXYSGNBcQpZzrhxkt/>>. Acesso em: 03 mar.2025.